

**UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL – IMES
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO**

MARIA CRISTINA PACHE PECHTOLL

**O LEGISLATIVO LOCAL E A PERSPECTIVA DE GÊNERO
NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA
REGIÃO DO GRANDE ABC**

São Caetano do Sul

2007

FICHA CATALOGRÁFICA

P3811 Pechtoll, Maria Cristina Pache, 1962 –
O legislativo local e a perspectiva de gênero nas políticas
públicas da Região do Grande ABC / Maria Cristina Pache
Pechtoll. – São Caetano do Sul, 2007.
viii, 114 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado em
Administração, Universidade Municipal de São Caetano do Sul
Orientador: Antonio Carlos Gil

1. Mulheres e política. 2. Política regional. 3. Administração
Pública Municipal. I. Título.

CDD 305.4
CDU 396.5

MARIA CRISTINA PACHE PECHTOLL

**O LEGISLATIVO LOCAL E A PERSPECTIVA DE GÊNERO
NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA
REGIÃO DO GRANDE ABC**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Administração da Universidade Municipal de São Caetano do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Área de Concentração: Gestão da Regionalidade e das Organizações.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos Gil

**São Caetano do Sul
2007**

UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL - IMES
Campus II - R. Santo Antônio, 50 – Centro - São Caetano do Sul (SP)

Reitor: Prof. Dr. Laércio Baptista da Silva

Pró-Reitor de Pós-graduação e Pesquisa: Prof. Dr. René Henrique Licht

Coordenador do Programa de Mestrado em Administração: Prof. Dr. Eduardo de Camargo Oliva

Dissertação defendida e aprovada em 29/09/2007 pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. Antonio Carlos Gil

Profª. Dra. Heleieth Iara Bongiovani Saffioti

Profª. Dra. Priscila Ferreira Perazzo

*A minha avó, Virgínia ,
e a minha mãe , Cida,
ambas que zelam por mim lá de cima e
das quais tento seguir o exemplo,
a primeira pela fortaleza e tenacidade,
a segunda pela bondade e serenidade.*

*A meu pai, Jorge,
autodidata que soube me apresentar aos livros.
A meu grande amor e companheiro de todas as horas, Pechitoll,
que construiu comigo nosso porto seguro.
Às minhas queridas filhas Larissa e Nádia
que me dão tanta felicidade.*

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Prof. Dr. Antonio Carlos Gil, pelo grande estímulo, desde as primeiras aulas, que me fez restabelecer a autoconfiança num momento de perda, dando-me segurança no árduo caminho de produção do conhecimento.

Aos professores do IMES Dr. Jeroen Klink, Dr. Gino Giacomini Filho, Dr. Roberto Elísio dos Santos, Dr. Luiz Paulo Bresciani e, em especial, à Profa. Dra. Priscila Perazzo, com a qual pude manter maior proximidade e cujas contribuições no exame de qualificação possibilitaram a observação do problema por outros ângulos.

À Profa. Dra. Heleieth Iara Bongiovani Saffioti, que por duas vezes prontamente aceitou os convites. No exame de qualificação, suas contribuições valiosas, como teórica renomada na área dos estudos de gênero, possibilitaram o necessário enriquecimento do estudo. Mais uma vez, na banca examinadora, prestigia esse momento com suas observações valiosas.

À instituição de fomento CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela bolsa de estudo.

Aos colegas de turma, que com suas diversidades proporcionaram debates enriquecedores.

Às amigas Maria Aparecida Carvalho, Nanci dos Santos e Maria Aparecida Ruiz Soliani, pela ajuda nos momentos de necessidades mais diversas.

Às amigas Ivete Garcia e Matilde Ribeiro, por terem me iniciado na teoria e na militância política feminista.

À minha família, José Lourenço, Larissa e Nádia, pelas contribuições, pelo incentivo e, principalmente, pela compreensão por tão prolongada ausência nos momentos de vida familiar.

RESUMO

A promoção da igualdade entre homens e mulheres é imprescindível para uma sociedade mais justa e democrática, razão por que vêm sendo desenvolvidas políticas públicas com esse fim. A pesquisa científica pode ser utilizada como instrumento para a realização de diagnósticos a partir dos quais são concebidas essas políticas, no âmbito da gestão pública e também no âmbito dos movimentos de mulheres e organizações feministas. Faz parte do processo de elaboração de políticas públicas o Legislativo Local, responsável pela proposição e aprovação da legislação e pela fiscalização das ações do Executivo. É nesse sentido que esta pesquisa visa verificar a importância atribuída pelos(as) vereadores(as) da Região do Grande ABC à perspectiva de gênero na formulação de políticas públicas. Mais especificamente, verificar suas opiniões, crenças e atitudes quanto à promoção da igualdade entre homens e mulheres no âmbito das políticas públicas. Esta pesquisa pode ser definida como um *survey* analítico, pois tem como escopo não apenas descrever características de uma população, mas também verificar a existência de relação entre variáveis. Para isso, aplicou-se formulário com perguntas fechadas a 98 vereadores(as), sete dos quais foram submetidos a entrevista parcialmente estruturada. Verificou-se que o tema causa estranheza e resistência entre os/as vereadores(as) e a falta de informação e de elementos podem ser entrave para legislar sobre o assunto e acompanhar e fiscalizar as ações do executivo nessa área. As informações levantadas por esta pesquisa podem ser úteis tanto para os movimentos de mulheres e organizações feministas, quanto para os/as gestores(as) públicos(as), no sentido de traçar nova estratégia de sensibilização dos detentores do poder no âmbito do legislativo local.

Palavras-chave: Relações de Gênero, Políticas Públicas, Poder Legislativo Local, Região do Grande ABC.

ABSTRACT

Promoting equality between men and women is essential to build a society with justice and democracy, and this accounts for the public policies aiming at this goal. The scientific research may be used as a tool to diagnose such policies either in the public administration or among Women Movements and feminist organizations. Part of the process to plan public policies, the local Legislative body is responsible to motion and to pass legislation besides supervising the Executive's actions. With such an intention in view, this research will ascertain the importance councilmen/women from Greater ABC attribute to gender when planning public policies. More precisely, it will check their opinions, attitudes and beliefs as to promoting equality between men and women within the subject of public policies. This research may be defined as an analytical survey, because it intends not only to describe the features of a population but also to ascertain the relationships among the variants. To this purpose, a questionnaire with closed questions was submitted to 98 councilmen/women, seven of whom went through a partly structured interview. The theme was found to cause strangeness and resistance among councilmen/women and the lack of general data may become a hindrance for their work dealing with the subject or when following up and supervising the actions of Executive power in this field. Information collected for this research may prove useful both to Women Movements or feminist organizations and to public administrators in order to trace new strategies to make local councilmen/women more sensitive to the issue.

Key words: gender relations, public policies, local legislative power, Greater ABC Region.

LISTA DE TABELAS

Tabela	2.1	População e área das cidades da Região do Grande ABC em 2005	31
Tabela	2.2	Índice de GINI e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal das cidades da Região do Grande ABC, 2000	32
Tabela	4.1	Evolução da participação das mulheres nas Câmaras Municipais da Região do Grande ABC, por cidade, conforme a legislatura, a partir de 1989	41
Tabela	4.2	Distribuição de vereadores por sexo nos níveis municipal, estadual e federal, no Brasil, 2007	42
Tabela	4.3	Distribuição dos vereadores(as), em 2007, por idade comparada à da população da Região do Grande ABC, Estado de São Paulo e Brasil – Censo 2000	45
Tabela	4.4	Distribuição de vereadores(as) por cor/etnia comparada à da população da Região do Grande ABC, Estado de São Paulo e Brasil	47
Tabela	4.5	Distribuição de Vereadores(as) por estado conjugal comparada à população da Região do Grande ABC, Estado de São Paulo e Brasil	50
Tabela	4.6	Distribuição de vereadores(as) por escolaridade comparada à população da Região do Grande ABC, Estado de São Paulo e Brasil	51
Tabela	4.7	Distribuição de vereadores(as) por religião comparada à população da Região do Grande ABC, Estado de São Paulo e Brasil	53
Tabela	4.8	Distribuição de vereadores(as) da Região do Grande ABC por partidos políticos em maio de 2007	55
Tabela	4.9	Distribuição de vereadores(as) por número de mandatos	56
Tabela	4.10	Distribuição de vereadores(as) por ocupação ou atividade profissional	57
Tabela	4.11	Distribuição percentual dos vereadores(as) conforme importância de se considerarem as questões de gênero na formulação de políticas públicas	59
Tabela	4.12	Importância atribuída às políticas afirmativas de gênero	69
Tabela	4.13	A quem deve fidelidade prioritária no exercício do mandato por ordem de importância	74
Tabela	4.14	Distribuição de vereadores de acordo com os atores sociais a quem consulta para a tomada de decisão a respeito de assuntos importantes do mandato	75
Tabela	4.15	Distribuição de funcionários por sexo nos gabinetes	79
Tabela	4.16	Percepção em relação à igualdade de gênero	80
Tabela	4.17	Correlação entre a percepção de vereadores(as) acerca da importância de se considerarem as questões de gênero na formulação de políticas públicas e variáveis sócio-demográficas e percepções relativas às relações de gênero	81

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Origem do estudo	1
1.2 Problematização	1
1.3 Objetivos	5
1.4 Justificativa	6
1.5 Delimitação do estudo	7
1.6 Vinculação à linha de pesquisa	8
2. REFERENCIAL CONCEITUAL.....	9
2.1 Conceituação de gênero.....	9
2.2 Gênero e relações sociais.....	10
2.3 Políticas Públicas de gênero.....	14
2.3.1 Ações afirmativas, discriminação positiva, cotas.....	15
2.3.2 Políticas com ênfase na eficiência ou em direitos e o empoderamento.....	17
2.3.3 Como operar as políticas de gênero: transversalidade.....	18
2.4 O papel do legislativo local na formulação de Políticas Públicas.....	20
2.4.1 A importância do Poder Legislativo.....	20
2.4.2 O Poder Legislativo no Brasil.....	20
2.4.3 O Poder Legislativo local.....	23
2.4.4 A representação.....	25
2.4.5 Além do voto.....	27
2.4.6 Partidos políticos.....	28
2.4.7 O diferencial feminino no Legislativo.....	29
2.5 A Região do Grande ABC.....	31
3 METODOLOGIA.....	36
3.1 Tipo de Pesquisa.....	36
3.2 Sujeitos da Pesquisa.....	36
3.3 Instrumentos da Pesquisa.....	37
3.4 Coleta de Dados.....	38
3.5 Procedimentos para Análise dos Resultados.....	39

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS.....	40
4.1 Caracterização da população pesquisada.....	40
4.1.1 A pequena inserção feminina nos legislativos da Região do Grande ABC.....	40
4.1.2 O predomínio da maturidade entre os vereadores(as) do ABC.....	44
4.1.3 A hegemonia branca entre os/as parlamentares.....	47
4.1.4 A maioria dos/das Vereadores(as) não vivem sozinho(as).....	50
4.1.5 O alto nível de escolaridade presente nos Legislativos do ABC.....	51
4.1.6 A religião católica é predominante dentre os vereadores(as).....	52
4.1.7 A representação político-partidária nas Câmaras Municipais do ABC.....	55
4.1.8 Pouca renovação é a marca dos Legislativos da Região do Grande ABC.....	56
4.1.9 Ocupações e atividades profissionais dos/das vereadores(as).....	57
4.2 Percepções dos/das vereadores(as) da Região do Grande ABC relativas às relações de gênero.....	58
4.2.1 A importância de se considerar a perspectiva de gênero na formulação de políticas públicas.....	58
4.2.2 Conhecimento de organismos administrativos específicos que se dedicam às políticas de gênero.....	61
4.2.3 Conhecimento de programas/projetos para promoção da igualdade de gênero.....	63
4.2.4 Apresentação de proposições relativas a relações de gênero.....	64
4.2.5 Importância atribuída às políticas afirmativas de gênero.....	68
4.2.6 Adequação da punição de autores de violência doméstica contra mulheres.....	72
4.2.7 A “População em Geral” tem a fidelidade prioritária no exercício do mandato.....	73
4.2.8 Atores sociais e a tomada de decisão.....	75
4.2.9 Relações com os Movimentos Sociais.....	77
4.2.10 A presença masculina e feminina nos gabinetes.....	78
4.2.11 A influência de estereótipos de gênero na desigualdade entre homens e mulheres	80
4.3 Resultados da aplicação do cálculo de correlação entre variáveis.....	81
4.3.1 O fato de ser mulher não influencia as vereadoras em favor das políticas de gênero.....	82
4.3.2 Ser mais jovem não favorece a percepção da importância da perspectiva de gênero nas Políticas Públicas.....	84
4.3.3 Raça/etnia é fator de baixa influência na percepção dos vereadores.....	85
4.3.4 O estado conjugal não tem importância na percepção dos vereadores.....	86
4.3.5 O maior número de anos de estudo não sensibiliza para as Políticas Públicas de Gênero.....	87
4.3.6 Conservadorismo das religiões evangélicas pentecostais pode favorecer manutenção da superioridade do homem sobre a mulher.....	88

4.3.7	Partidos da esquerda dão mais importância para a promoção da igualdade entre homens e mulheres.....	90
4.3.8	O número de mandatos não tem relação com a percepção da importância de políticas de gênero.....	91
4.3.9	Dedicação exclusiva permite que vereadores(as) sejam mais sensíveis à importância da promoção da igualdade de gênero pelas políticas públicas.....	92
4.3.10	O conhecimento de organismos específicos de promoção da igualdade de gênero é fator relevante.....	93
4.3.11	A percepção da importância da questão de gênero nas políticas públicas não leva à ação parlamentar.....	94
4.3.12	Correlação forte entre políticas afirmativas de gênero e a percepção da importância de considerar a perspectiva de gênero nas políticas.....	94
4.3.13	O enfrentamento da violência doméstica contra a mulher tem apelo maior do que outras políticas de promoção da igualdade.....	94
4.3.14	Apoio de movimentos sociais influencia na percepção da importância de políticas públicas de gênero.....	95
4.3.15	Assessoria predominantemente feminina nada influencia na percepção da importância das políticas públicas de gênero.....	97
4.3.16	Opiniões conservadoras levam a percepção de menor importância para políticas públicas de gênero.....	97
5	CONCLUSÃO.....	100
	REFERÊNCIAS.....	104

APÊNDICE

1 INTRODUÇÃO

Se queres ser universal, fala da tua aldeia
(Liev Nikolaievitch Tolstoi)

1.1 Origem do estudo

O interesse em desenvolver uma pesquisa em Administração na área de Políticas Públicas com perspectiva de gênero, cujos sujeitos fossem os parlamentares das Câmaras da Região do Grande ABC, se deu por duas razões.

A primeira razão deveu-se à longa atuação da pesquisadora (mais de 12 anos) no Movimento de Mulheres, sempre agindo no sentido de propor políticas públicas às instâncias governamentais e de disseminar os conceitos de relações de gênero para promover maior equidade entre homens e mulheres na sociedade.

Em segundo lugar, porque a trajetória profissional da pesquisadora se deu durante os últimos 21 anos no âmbito da Câmara Municipal de Santo André, o que, de um lado, facilita a abordagem de vereadores e vereadoras, tanto dessa cidade como das demais compreendidas na Região do Grande ABC, e, de outro, suscita o interesse de testar cientificamente algumas hipóteses surgidas na prática e na convivência próxima e cotidiana com os(as) legisladores(as) da cidade, a partir de seus próprios locais de atuação.

1.2 Problematização

Mulheres brasileiras vêm alcançando melhorias expressivas de condição de vida. A desigualdade de gênero verificada em nossa sociedade é bem menor do que há algumas décadas. A obtenção de níveis cada vez mais elevados de educação formal, assim como os avanços legais que asseguram maior igualdade entre homens e mulheres no campo da família, do trabalho e da política têm contribuído para reduzir a discriminação e a exclusão das mulheres, mas, apesar desses progressos, muitos são os desafios a enfrentar quando se agregam as dimensões de raça/etnia e classe, além da de gênero.

Ao focar as dimensões de raça/etnia e classe nessa questão, verifica-se que, a partir das políticas de ajustes, o fenômeno da *feminização da pobreza* vem aumentando. Políticas de ajustes tais como a redução da responsabilidade social do Estado, a ênfase na

estabilidade da economia, a abertura dos mercados nacionais para o capital internacional e a privatização das empresas estatais contribuem para o crescimento da distância entre os mais ricos e os mais pobres. Nesse cenário, as mulheres são especialmente afetadas e a desigualdade entre as próprias mulheres fica evidenciada, porque esse é um segmento da população cada vez mais heterogêneo. O conceito *feminização da pobreza* foi introduzido por Diane Pearce, em 1978, num artigo publicado na *Urban and Social Change Review*, cujo pressuposto é que “a pobreza está rapidamente se tornando um problema feminino” (NOVELLINO, 2004, p. 2).

É o que demonstram os dados estatísticos disponíveis em nível mundial, na região Metropolitana de São Paulo e também, no âmbito de estudo desta pesquisa, na Região do Grande ABC.

Em âmbito mundial, com relação à distribuição dos recursos e do poder na sociedade entre os dois sexos, estudos da ONU registram que as mulheres executam 2/3 do trabalho realizado pela humanidade, recebem 1/3 dos salários e são proprietárias de 1% dos bens imóveis. Dos quase 1,3 bilhão de miseráveis do mundo, 70% são mulheres. Em média, as mulheres negras ganham a metade do que as mulheres brancas (FARIA, 1997).

Quando o foco se fixa na Região Metropolitana da Grande São Paulo, os dados obtidos pelo DIEESE, em 2005, evidenciam essa *feminização da pobreza*. A taxa de desemprego entre as mulheres era de 19,7%, enquanto, entre os homens, era de 14,4%. Do total de mulheres ocupadas, 51,2% das mulheres negras e 35,6% das mulheres brancas estavam em situação de trabalho vulnerável¹, contra 32,1% dos homens negros e 26,1% de homens brancos na mesma situação. O rendimento mensal médio feminino - R\$ 813,00 - correspondia a 64% do rendimento mensal médio masculino - R\$ 1.267,00².

Em pesquisa realizada pelo IBGE, em agosto de 2006, nas seis principais regiões metropolitanas do Brasil, as mulheres que sustentam o domicílio já chegam a 29,6% das mulheres ocupadas. O que evidencia a *feminização da pobreza* é que esses domicílios sustentados pelas mulheres têm rendimento significativamente inferior aos domicílios providos pelos homens. Enquanto a renda familiar do domicílio em que o homem é o principal responsável é de R\$ 2.116,28, o rendimento médio nos domicílios sustentados por mulheres é de R\$ 1.503,99³.

¹ Inclui os assalariados sem carteira de trabalho assinada, os autônomos que trabalham para o público, os trabalhadores familiares não remunerados e os empregados domésticos.

² Dados do *Anuário dos trabalhadores 2006*. São Paulo: Dieese, 2006.

³ Dados de pesquisa publicada no *O Estado de São Paulo*, 5 out. 2006, p. B4.

Na Região do Grande ABC, as mulheres, que representam 51,4% da sua população, também são afetadas pelo binômio *pobreza e emprego* de maneira diferente à dos homens e nesse espaço regional as disparidades também se reproduzem. Então, vejamos os contrastes levantados, de acordo com os microdados da amostra do Censo 2000, do IBGE⁴.

Por um lado, positivamente, temos dados animadores: as gerações femininas mais novas têm maior nível de escolaridade que os homens na mesma faixa etária, a participação na força de trabalho é crescente, corresponde hoje a 41,7% da PEA (População Economicamente Ativa) e o percentual de mulheres na condição de responsáveis pelo domicílio e família cresceu de 14,9%, em 1991, para 22,9%, em 2000.

Por outro lado, negativamente, a crescente entrada da mulher no mercado de trabalho não constitui fator de mudança significativa para a diminuição da desigualdade entre homens e mulheres na Região do Grande ABC. Quanto aos rendimentos, as mulheres recebem, em média, apenas 60,7% (R\$ 615,91) da média de rendimentos dos homens (R\$ 1.014,06). A diferença salarial é ainda maior se o recorte é feito em relação às mulheres negras, que têm, em média, um rendimento de 62% (R\$ 465,68) do rendimento da mulher branca (R\$ 751,22).

Também é superior a taxa de desemprego entre as mulheres, que é de 26,8%, em relação à dos homens, de 17,7%, enquanto a da Região fica em 21,4%. Dos 73.263 domicílios do Grande ABC em extrema pobreza (10,9% do total de 669.071 domicílios), com renda per capita de até ½ salário mínimo, 30,4% são chefiados por mulheres.

Essa realidade demonstra que o grau de desigualdade continua sem apresentar alterações significativas. O que houve foi que as fronteiras entre o masculino e o feminino se deslocaram, porém, as barreiras continuam existindo, a despeito de terem as mulheres assumido novos papéis e de ter havido transformações em suas vidas (HIRATA, 2002).

Para atingir uma situação aceitável, demandam-se muitos esforços não apenas dos governos, mas de toda a sociedade civil e dos organismos internacionais, num processo de intensa integração e troca entre essas várias esferas em âmbito local, estadual, federal e internacional, processo que já vem manifestando maior intensidade nos últimos 30 anos.

É o que se pode verificar pelas conferências mundiais, tais como a ECO-92, sobre Meio Ambiente; a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, em 1993; a Conferência sobre População e Desenvolvimento Social, em 1994; a Conferência Mundial de Beijing, sobre a Mulher, em 1995; a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação

⁴ Elaboração: Depto. de Indicadores Sociais e Econômicos - DISE/SOPP/PMSA.

Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância e o Fórum Social Mundial, realizados anualmente desde 2001, todas influenciadas pelo ativismo feminista para que a perspectiva de gênero fosse contemplada na proposição de políticas públicas.

Também no Brasil, foi necessário que o Movimento de Mulheres e as organizações feministas fizessem valer suas reivindicações e conquistassem, na década de 1980, a criação do primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina (1983) e da primeira Delegacia da Mulher (1985). A partir daí, uma série de políticas públicas contemplando as especificidades da mulher começaram a se desenvolver tanto na esfera estadual quanto na federal com o objetivo de proporcionar condições igualitárias entre homens e mulheres. No entanto, em âmbito local, apenas nos anos 1990 a sensibilização dos gestores públicos municipais para a promoção da igualdade de gênero começa a resultar em políticas públicas de ação afirmativa, com experiências pontuais em alguns poucos municípios em todo o País.

Se a sociedade civil tem seu papel na mudança de cultura e conscientização dos indivíduos, é ao Estado que cabe o papel determinante na construção da igualdade, responsável que é pelas políticas públicas. Quando se trata de políticas públicas, a problemática da continuidade administrativa vem à tona. Sabe-se que, para não haver retrocessos na administração pública com a descontinuidade, uma das premissas é que os programas, projetos e serviços que constituem as políticas públicas sejam traduzidos em legislação. Dessa forma, a garantia de continuidade de tais ações não fica à mercê dos titulares dos futuros mandatos.

É por essa lógica que o Legislativo, um dos três poderes que constituem o Estado e parte substancial da ordem política, desempenha papel primordial na construção da igualdade numa concepção democrática de sociedade. É nele que estão os eleitos pelo povo como seus representantes para elaborar, revogar ou emendar leis, além de fiscalizar o Poder Executivo que efetiva essas políticas públicas. Tais atores sociais em nível local são os vereadores e vereadoras.

Há, nesse papel de representação popular, uma via de mão dupla em que, ao mesmo tempo, os vereadores e vereadoras são influenciados por aqueles que os elegeram e têm também o poder de influenciar, por meio de leis, o comportamento dos cidadãos e cidadãs. Mas como saber se aqueles que os cidadãos e cidadãs elegeram como seus representantes estão agindo em prol do interesse público? A resposta vem com a avaliação desses legisladores e legisladoras, de onde surgem o interesse e uma nova pergunta: **Qual é a percepção dos vereadores e vereadoras da Região do Grande ABC a respeito da**

importância de as questões de relação de gênero serem contempladas nas políticas públicas?

1.3 Objetivos

Esta pesquisa tem como objetivo verificar a importância que atribuem vereadores e vereadoras da Região do Grande ABC à questão de gênero na formulação de políticas públicas. Mais especificamente, verificar suas opiniões, crenças e atitudes diante da promoção da igualdade entre homens e mulheres no âmbito das políticas públicas.

Para conferir caráter analítico ao trabalho, também se verificará a existência de relação entre variáveis. A variável dependente, que é o reconhecimento da importância da questão de gênero na formulação de políticas públicas, será testada pelas 17 hipóteses abaixo relacionadas:

- X₁ – sexo;
- X₂ – idade;
- X₃ – raça/etnia;
- X₄ – estado conjugal;
- X₅ – nível de escolaridade;
- X₆ – religião;
- X₇ – partido político;
- X₈ – número de mandatos;
- X₉ – exercício de outra ocupação profissional, concomitante à vereança;
- X₁₀ – conhecimento de organismos que tratam das questões de gênero;
- X₁₁ – conhecimento de programas/projetos que tratam das questões de gênero;
- X₁₂ – apresentação de proposições relativas à questão de gênero;
- X₁₃ – importância atribuída às políticas afirmativas de gênero;
- X₁₄ – importância de punição de autores de violência doméstica contra mulheres;
- X₁₅ – apoio de movimentos sociais;
- X₁₆ – presença de homens e de mulheres como profissionais no gabinete;
- X₁₇ – posição declarada em relação à igualdade de gênero.

1.4 Justificativa

Não há como negar que as ações para eliminar as desigualdades são imprescindíveis à diminuição da pobreza com desenvolvimento sustentável e, conseqüentemente, à construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Entre as diversas desigualdades – como a de raça/etnia e de classe – a de gênero é uma das mais visíveis e disseminadas ao longo da história da humanidade.

Dentre os vários instrumentos a recorrer para acelerar o processo de equidade de gênero, encontra-se a pesquisa científica acerca dessa questão. Tanto é que o Banco Mundial recomenda, para tornar as ações mais eficazes em prol da igualdade entre homens e mulheres, que se empreendam análises das principais questões relacionadas ao gênero.

Já existe uma considerável produção nacional e internacional de pesquisas tratando da situação de desigualdade que sofre a mulher no mercado de trabalho, na vida política e na educação, bem como estudos versando sobre saúde reprodutiva, atenção maternal, creches, violência doméstica e assédio sexual. Sabe-se que as pesquisas são utilizadas para o desenho de diagnósticos que serve de ponto de partida na concepção de políticas públicas. Sendo assim, os planos de políticas públicas elaborados nos diversos âmbitos de governo têm início em estudos e pesquisas dessa natureza.

Tomando como exemplo o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, finalizado em dezembro de 2004, constata-se o longo processo de sua construção, de mobilização e participação da sociedade civil e dos agentes públicos dos poderes executivo, legislativo e judiciário de todos os níveis federativos. O Plano foi resultado de conferências realizadas em nível local, regional e estadual por todo o País. Seus resultados foram discutidos na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em julho de 2004, em Brasília. Para a promoção da igualdade entre homens e mulheres, esse Plano propõe políticas afirmativas para as mulheres, pois é esse o segmento que sofre os prejuízos na relação. No entanto, para serem efetivas, essas políticas devem ter reflexo em nível local, tanto na sociedade civil, quanto nos poderes locais constituídos: a Prefeitura e a Câmara de Vereadores e Vereadoras.

Todavia, são poucas as pesquisas referentes aos legislativos locais. Ser o Poder Legislativo menos valorizado pelas pessoas que o Executivo não diminui sua responsabilidade quanto ao que faz e ao que deveria fazer.

Nesse contexto, os/as Vereadores(as) constituem importantes atores/atrizes, já que em decorrência de sua função legislativa, estão aptos para influenciar, elaborar e fiscalizar as políticas públicas e representar os anseios da população e dos movimentos sociais.

Se tais vereadores(as) tomam suas ações legislativas por neutras e até dispensam concebe-las, levando em conta seus impactos diferenciados em homens e mulheres, não haverá produção legislativa que proponha ações afirmativas no sentido de efetivar a igualdade entre homens e mulheres.

Um dos caminhos possíveis é tornar conhecida e consolidada a produção de pesquisas sob a perspectiva de gênero nesses espaços de poder local a fim de sensibilizar tais sujeitos. Para tanto, importa haver, porém, um ponto de partida, que é estudar as atitudes e as preferências desses legisladores(as) para compreender seus comportamentos e verificar em que medida fatores diferenciados são responsáveis por suas atitudes em respeito à importância atribuída à promoção da igualdade de gênero nas políticas públicas.

Enfim, se a sociedade civil se utiliza do voto, a cada quatro anos, para eleger aqueles e aquelas que melhor possam representar seus anseios, compete igualmente a esses cidadãos e cidadãs criar mecanismos para monitorar o comportamento de seus representantes, para avaliá-los nesse período. O que se pode vislumbrar é que o resultado da pesquisa facilitará o processo de avaliação e proporcionará elementos para que os movimentos de mulheres e organizações feministas criem estratégias de pressão que obriguem os/as parlamentares a atuar em prol da promoção da igualdade de gênero, por meio da proposição de políticas públicas de gênero.

1.5 Delimitação do estudo

Esta pesquisa está geograficamente restrita à Região do Grande ABC, localizada a sudeste da Região Metropolitana de São Paulo e constituída por sete cidades: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

As zonas urbanizadas dos municípios estão conurbadas. Da mesma forma, áreas de proteção de mananciais de água e manutenção da flora e da fauna estendem-se continuamente, não se restringindo a limites intermunicipais.

Quanto à delimitação temporal, sendo os sujeitos da pesquisa os vereadores e as vereadoras em exercício de mandato, é necessário restringir a pesquisa ao período da legislatura para o qual tais parlamentares foram eleitos, isto é, 2005/2008.

1.6 Vinculação à linha de pesquisa

A Linha de Pesquisa 1: Gestão para o Desenvolvimento da Regionalidade foi escolhida pois este trabalho se realizou com os legislativos da Região do Grande ABC, os quais, em diversas oportunidades, desenvolveram ações conjuntas em prol de políticas públicas para o desenvolvimento da Região. Além disso, as políticas públicas de gênero locais se originaram de iniciativas dos Movimentos de Mulheres que, para ganhar força, também se organizaram, enquanto Região do Grande ABC, estando representados em todos os municípios abrangidos pela pesquisa.

2 REFERENCIAL CONCEITUAL

2.1 Conceituação de gênero

Ninguém nasce mulher, torna-se mulher.

(Simone de Beauvoir)

O conceito de gênero começou a ser utilizado pelas teóricas da política feminista nos anos 1980 e se difundiu no meio acadêmico nos anos 1990, quando, também, o movimento de mulheres começou a se apropriar desse conceito.

A conceituação mais utilizada e difundida no Brasil, na década de 1990, foi a de Scott, imprimindo à palavra *gênero* uma categoria analítica relacional que se refere à organização social das relações entre os sexos (1991).

Mas é importante deixar registrado que o primeiro autor a mencionar esse sentido do termo foi Robert Stoller, em 1968. Entretanto, somente em 1975 é que se retomaram os estudos desse conceito, a partir de artigo da estudiosa Gayle Rubin, ao registrar que, no sistema de sexo/gênero, a sexualidade biológica é transformada pela atividade humana (SAFFIOTI, 2004).

O conceito já existia há muito mais tempo, sem que fosse traduzido pela palavra *gênero*. Em 1949, a filósofa feminista, Simone de Beauvoir, em seu livro *O Segundo Sexo*, resume o conceito com a frase “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher”.

No Brasil, já na década de 1960, a teórica feminista Saffioti foi responsável por pesquisa com base na elaboração social do sexo, em que mulheres e seus maridos foram pesquisados a partir do princípio de que as mulheres compõem uma categoria social discriminada por outra categoria social – a dos homens. Seu livro *A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade*, publicado em 1969, já versava a respeito de como o fator sexo opera nas sociedades de classes de maneira a excluir as mulheres do mercado de trabalho, e procurava

desvendar as verdadeiras raízes desse alijamento justificado ou em termos de uma tradição, conforme a qual à mulher cabem os papéis domésticos ou, de maneira mais ampla, todos aqueles que podem ser desempenhados no lar, ou por teorias cujo conteúdo explicita pretensas deficiências do organismo e da personalidade femininos (SAFFIOTI, 1979).

Verifica-se, portanto, que, ao utilizar a expressão *categoria de sexo*, o conceito já estava sendo elaborado, como as imagens que a sociedade estabelece do masculino e do feminino.

Esse conceito tem sido incorporado nos trabalhos científicos, desenvolvidos no âmbito dos movimentos de mulheres; primeiramente, em estudos sociológicos e antropológicos e, mais recentemente, no campo da Administração, na área de formulação e análise de políticas públicas.

Variam as concepções para o conceito de gênero, conforme a corrente feminista. No entanto, para o fim desta pesquisa, enfatizam-se as relações sociais entre os sexos, construídas, histórica e culturalmente, de forma assimétrica. Nesse contexto, as desigualdades entre homens e mulheres não são determinadas pela diferença biológica entre os sexos. Portanto, quando se usam expressões como *questão de gênero* e *perspectiva de gênero*, não se pretende estar tratando especificamente da consideração da mulher, mas se estão constatando as diferenças entre homens e mulheres, as desigualdades construídas a partir dessas diferenças e as relações de poder e submissão da mulher pelo homem (FARAH, 2004).

Sob esse aspecto, não é possível dissociar o conceito de gênero de uma ordem patriarcal, a qual se estabelece numa cultura com as seguintes bases:

1 – Não se trata de uma relação privada, mas civil; 2 – dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres; 3 – configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; 4 – tem uma base material; 5 – corporifica-se; 6 – representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência (SAFFIOTI, 2004).

Portanto, houve um grande progresso epistemológico desde os primeiros tempos feministas, quando se passou da análise de papéis sexuais para a análise das relações de gênero. O conceito de gênero, para além de conter as categorias de homens e de mulheres, nomeia uma relação social, o que conduz para uma ontologia relacional (SAFFIOTI, 2004).

2.2 Gênero e relações sociais

Triste época! É mais fácil desintegrar um átomo do que um preconceito
(Albert Einstein)

No âmbito da sociologia, está determinado que a constituição do sujeito é um processo que se dá nas relações sociais. A construção do sujeito tem um caráter relacional no qual a formação do *eu* leva em conta outros *eus*. Entretanto, não só a identidade de gênero

masculina ou feminina completa o sujeito. O sujeito é constituído de forma tripla: gênero, raça/etnia e classe (SAFFIOTI, 2004).

Dessa forma, verifica-se que o binômio homem-mulher não basta para explicar as desigualdades construídas socialmente, mas também há que levar em conta brancos e negros, ricos e pobres. A categoria mulheres não é homogênea: nela também se encontram diferenças, conforme as categorias socialmente construídas se intersectam. “Esses três antagonismos constituem um nó, que potencia o efeito dessas contradições, tomadas cada uma de *per si*, isoladamente” (SAFFIOTI, 2004, p.37).

Vale dizer que a mulher negra e pobre será mais discriminada nas relações sociais do que a mulher branca e rica. As mulheres negras estão sujeitas às “múltiplas formas de discriminação social [...], em consequência da conjugação perversa do racismo e do sexismo, as quais resultam em uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida” (CARNEIRO, 2002, p. 210).

As discriminações de gênero e raça não se excluem mutuamente, interagem, sendo freqüente que a discriminação racial esteja imbricada na discriminação de gênero. Assim, as mulheres tendem a experimentar discriminações e outros abusos de direitos humanos de forma diferente que os homens (PINHEIRO, SOARES, 2005).

Essa construção do sujeito de forma tripla se dá nas instituições sociais, tais como família, educação, trabalho, entre outras. Nessas instituições, as discriminações são reproduzidas, com maior ou menor intensidade e os estereótipos podem ser reforçados ou desconstruídos.

A família é o primeiro filtro por meio do qual se começa a ver e significar o mundo, mesmo com toda a diversidade de composição e organização que ela possa ter. Esse processo não opera apenas na infância; produz efeitos ao longo de toda a vida e de maneiras diferentes a partir dos lugares que se ocupa na família. Assim, a família serve de espaço de elaboração das experiências vividas (SARTI, 2004, p.120). É nela que a menina é ensinada a brincar de casinha e o menino é incentivado a sair para jogar bola.

Outra instituição social importante por favorecer positiva ou negativamente na reprodução de preconceitos e discriminações é a escola.

A escola, como o local da educação, sempre esteve permeada de uma ação distintiva, pois tornava os que nela entravam distintos dos outros que a ela não tinham acesso enquanto dividia internamente os que lá estavam, por meio de diversos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização (LOURO, 1997, p.78).

A escola, como um espaço social que foi se tornando, historicamente, nas sociedades urbanas ocidentais, um *locus* privilegiado para a formação de meninos e meninas, homens e mulheres, é, ela própria, um espaço *generificado*, isto é, um espaço atravessado pelas representações de gênero (LOURO, 1997, p.77).

Nos livros didáticos, era freqüente a caracterização da mulher de avental, rodeada de filhos, o homem saindo para trabalhar e a ausência de negros.

No trabalho, os atributos ligados à maternidade foram, por longo tempo, e continuam sendo usados para inferiorizar as mulheres nas sociedades capitalistas e socialistas, antes e após a globalização. Fatores biológicos como menstruação, gravidez, aleitamento constituem pretextos para impor uma divisão social do trabalho, desqualificadora para as mulheres. Assim, o mercado de trabalho pretere a mulher para cargos mais bem remunerados, sob a alegação de que ela tem “responsabilidades familiares a cumprir” ou que é mais “frágil” (BLAY, 2002).

Outras tantas instituições sociais poderiam ser citadas e como as relações de gênero são ali construídas de forma assimétrica, mas o que importa registrar é que as opiniões, as crenças e os tabus que constroem os estereótipos do que é ser homem e do que é ser mulher sedimentam a discriminação da mulher no âmbito das relações sociais (CAPPELLIN, 1996).

A desconstrução desses estereótipos – fatores de discriminação e desigualdades – se dá por um caminho de mão dupla, pelas análises macro e microsociológicas das estruturas da sociedade e por ações que também tenham por foco micro e macro-estruturas.

Se, por um lado, as transformações cíclicas da economia, com seus fluxos, refluxos e crises, as dificuldades do poder judiciário e a forte burocratização da máquina administrativa pública fazem com que as modificações das relações sociais, no sentido da promoção da igualdade, sejam muito lentas, por outro, para além das ações dos poderes constituídos, é necessário promover uma movimentação por meio da conscientização individual de cada pessoa nas relações sociais.

No entanto, o movimento nessas duas direções só ocorre quando as mulheres são “empoderadas”, quando deixam o espaço privado para ocupar os espaços públicos. Só então as mulheres passam a ter condições de influenciar, decisivamente, a mudança dos estereótipos do que é ser homem ou mulher.

Nessa perspectiva, os movimentos sociais, populares e, principalmente, os movimentos de mulheres e as organizações feministas são especialmente eficazes na condução da mulher para fora do isolamento social (SUÁREZ; TEIXEIRA; CLEAVER, 2002).

Fruto da recente história da política brasileira, nos anos 1970 e 1980, os movimentos sociais ganharam força e se multiplicaram, articularam-se de forma mais intensa em torno de reivindicações por melhores condições de vida e pela democratização do Estado autoritário. Foi sob esse regime político autoritário que conseguiram ampliar o horizonte político, em que partidos e sindicatos estavam impedidos de agir, exercendo muitas vezes papel alternativo de representante de interesses (MENEGUELLO, 1989).

No campo ou na cidade, os movimentos sociais brasileiros têm-se mobilizado na defesa não apenas de suas reivindicações específicas, mas na luta por mudanças estruturais tão necessárias para a construção da justiça social neste País (SOARES, 2005, p. 2).

Soares exemplifica:

O Movimento de Mulheres Sem Terra, cuja multiplicidade e diversidade não têm impedido que, além de lutar contra as evidentes desigualdades de gênero e de raça, entendam que a luta por direitos universais consubstanciados em políticas públicas efetivas é absolutamente essencial (2005, p. 6).

Além de se unirem em torno de causas maiores, os movimentos sociais interagem e potencializam as lutas específicas de cada um de forma solidária, pois a luta pela equidade é um denominador comum. Um bom exemplo dessa solidariedade necessária entre os movimentos sociais é o que diz Santos a respeito do esforço do Movimento Negro pela implantação de cotas.

Essa pressão não pode ser obra exclusiva do movimento negro e do movimento indígena. É necessário que o MST, os movimentos de direitos humanos, sindicais, feministas e ecológicos se juntem à luta, no entendimento de que, no momento presente, a luta pelas cotas e pela igualdade racial condensa, de modo privilegiado, as contradições de que nascem todas as outras lutas em que estão envolvidos (2006, p.A3).

O Movimento Negro é um movimento social em que os afrodescendentes discriminados se organizam para lutar contra a ideologia que os exclui e as práticas que os oprimem ao desvalorizar suas potencialidades. Sua luta é simultaneamente pela igualdade e pelo reconhecimento da diferença. “Reivindicam o direito de ser iguais quando a diferença os inferioriza e o direito de ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza” (SANTOS, 1997).

É oportuna a reflexão sobre o significado das palavras *igualdade*, *diferença*, *identidade* e *desigualdade*. Nesse contexto de relações sociais, a igualdade contrapõe-se à desigualdade, a diferença se contrapõe à identidade e ser diferente, por isso, não significa ser desigual.

As identidades, como também as diferenças, são bem-vindas. Numa sociedade multicultural, nem deveria ser de outra forma. Lamentavelmente, porém, em função de não se haver alcançado o desejável grau de

democracia, há uma intolerância muito grande em relação às diferenças (SAFFIOTI, 2004, p. 37).

É nesse sentido que existem hoje, cada vez mais, ações de cidadania que visam promover o respeito às diversidades e políticas públicas voltadas para as necessidades específicas da juventude, da terceira idade, dos homossexuais e das pessoas com deficiência.

No entanto, as categorias estruturantes do sujeito são gênero, raça/etnia e classe, visto que as mulheres nunca deixaram de ser mulheres, os negros sempre serão negros e a mobilidade social na sociedade capitalista é exceção. Quem nasce pobre, no máximo, pode chegar a ser remediado.

Com efeito, as diferenças podem ser concebidas como naturais, mas não a desigualdade.

2.3 Políticas Públicas de Gênero

As políticas públicas são de iniciativa prioritária do Estado e se constituem de ações com objetivo determinado e universal. No entanto, a correlação de forças entre diversos atores e atrizes da sociedade, conjugada com a desigualdade a que grupos são submetidos por longos períodos tornam necessária a focalização das políticas (FARAH, 2004).

As desigualdades sociais podem diminuir por meio da focalização das políticas. Esse esforço de alteração das relações de poder e de acesso a direitos não pode prescindir da perspectiva de gênero.

O Estado tem uma dimensão educativa, que incide sobre valores, comportamentos, relações. Assim, as ações do governo devem estar coerentes com um projeto geral de mudança, no qual a perspectiva de superação das desigualdades de gênero seja um dos seus componentes indispensáveis (GODINHO, 2004).

Quando o ponto de vista de gênero é considerado, na proposição de políticas, surgem as políticas públicas de gênero.

É salutar, neste ponto, mencionar que políticas públicas de gênero têm uma dimensão maior do que políticas públicas para as mulheres.

As políticas públicas para as mulheres surgiram, em âmbito internacional, na década de 1970 e, no Brasil, a partir da década de 1980, como resultado das reivindicações do movimento de mulheres, que foi formado na década de 1970. Esse movimento de mulheres sempre foi heterogêneo, uniam-se as feministas de classe média, militantes políticas contra a ditadura militar, intelectuais, sindicalistas, trabalhadoras de diferentes setores, das

comunidades das periferias urbanas como as Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, entre outras (BLAY, 2003; SOARES, 1998).

Tais políticas vêm suprir a necessidade de garantir serviços, que atendam às especificidades das mulheres. As primeiras iniciativas foram em torno das demandas por serviços de proteção à mulher em situação de violência. Com iniciativas tímidas do Estado foram criados, em 1983, o primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina e, em 1985, a primeira Delegacia de Defesa da Mulher, ambos em São Paulo (BLAY, 2003, p.91).

Também o PAISM – Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher e as creches públicas fazem parte dessas primeiras políticas que têm uma perspectiva restrita, pontual e não contribuem para a ruptura com as ações tradicionais do feminino (BANDEIRA, 2005).

As políticas públicas de gênero possuem concepção mais ampla e são fundamentadas na perspectiva relacional e crítica:

Políticas públicas de gênero implicam e envolvem não só a diferenciação dos processos de socialização entre o feminino e o masculino, mas também a natureza dos conflitos e das negociações que são produzidos nas relações interpessoais, que se estabelecem entre homens e mulheres e internamente entre homens ou entre mulheres. Também envolvem a dimensão da subjetividade feminina que passa pela construção da condição de sujeito. (BANDEIRA, 2005, p. 11).

Dessa forma, pode-se dizer que as políticas públicas para as mulheres fazem parte das Políticas Públicas de Gênero.

2.3.1 Ações afirmativas, discriminação positiva, cotas

Para que as políticas sejam universais, isto é, para todas as pessoas, é necessário que os indivíduos tenham acesso a essas políticas e oportunidades de usufruir delas. Isso leva à questão de que os desiguais precisam de um tratamento diferenciado para que alcancem a igualdade.

Nessa lógica, surgem as ações afirmativas ou, em outra terminologia, a discriminação positiva, cujo sentido mais amplo é dado pela Organização Internacional do Trabalho – OIT: “não se considerará discriminatório um tratamento especial positivo durante um período de transição, a fim de alcançar uma igualdade efetiva entre os sexos” (LIGOCKI, 1996, p. 37).

Por serem pouco discutidas e pouco aceitas, tais ações costumam causar polêmica, como é o caso da política de cotas, que “é uma forma de ação afirmativa que

reserva, para um grupo específico, um número definido de lugares em eleições de todas as ordens, em vagas para preenchimentos de concursos públicos e em vagas de trabalho em empresas privadas” (PINTO, 2006, p.103).

Essas controvérsias em torno das políticas afirmativas acontecem pela ausência da consciência crítica necessária para aceitar essas ações como uma estratégia, a fim de corrigir as desigualdades. Pois, deve-se considerar que esses grupos – mulheres, negros – por suas trajetórias históricas, encontram-se em condições inferiores em comparação com os outros grupos – homens, brancos.

As políticas públicas de gênero, concretizadas por meio de ações afirmativas, têm como objetivo contribuir para cancelar ou corrigir as desigualdades de fato, dando condições para que as mulheres possam estar presentes e participar em todos os setores da sociedade e em todos os níveis de decisão e poder (CAPELLIN, 1996).

Um exemplo dessa política de cotas para mulheres é a garantia de 30% de candidatas nas listas apresentadas pelos partidos para as eleições legislativas em todos os níveis. No Brasil, a política de cotas nas eleições ainda não produziram efeitos significativos. Em 2006, as mulheres eram apenas 8,7% na Câmara Federal, 11,6% nas Assembléias Estaduais e 12,6% nas Câmaras de Vereadores. O problema está na forma como os partidos driblam a legislação e continuam restringindo o espaço para as mulheres. Nas eleições municipais de 2004, a média nacional de candidaturas femininas para as Câmaras Municipais foi de 22%. Isso significa que os partidos deixaram de preencher as vagas disponíveis para as mulheres. Aumentam as chances de mulheres serem eleitas quando os partidos lançam um maior número de candidatas. “Esse dado é muito importante, pois mostra que o eleitorado responde positivamente quando existem maiores opções de voto em lideranças femininas” (ALVES, 2004).

Outras ações, paralelas à política de cotas, são necessárias para mudar esse quadro, como as lições para o acesso ao poder recomendadas por Avelar: exercer a cidadania com atuação política em todos os canais, nos partidos, entidades profissionais, sindicais, associativas e nos diversos movimentos; promover a formação de lideranças; buscar recursos e organização financeira; realizar um trabalho organizacional com profissionalismo e competências específicas; formular idéias-ação como suporte da ação política organizada; criar *lobbies* para exercer pressão sobre as áreas legislativas e burocrático-governamentais; realizar cursos de formação política (1996).

Outra questão é que a política de cotas não garante a presença de mulheres nos legislativos, que irão defender uma plataforma de direitos das mulheres (PINTO, 2006). No

entanto, a importância das cotas está na possibilidade de ampliar a presença de mulheres, que, como representantes de uma categoria, heterogênea em seu bojo, “fazem a diferença” na política

ao trazer para a vida pública experiências distintas e uma outra perspectiva, as quais, somadas às dos homens, ampliam o campo das temáticas tratadas na política, pelo simples fato de que homens e mulheres diferem em suas prioridades. Seja qual for o seu partido, as mulheres tendem a dar mais atenção e prioridade às políticas dos direitos da mulher e às políticas públicas relacionadas com questões familiares, tais como condição de vida das crianças, saúde, reprodução (AVELAR, 1996, P. 64).

2.3.2 Políticas com ênfase na eficiência ou em direitos e o empoderamento

As Políticas Públicas de Gênero podem ser categorizadas em políticas com ênfase na eficiência ou com ênfase em direitos. A ênfase na eficiência se dá ao reconhecer a mulher como um *instrumento* do desenvolvimento, quando as políticas são focadas nas mulheres mais atingidas pela exclusão (negras, mães solteiras, chefes de família) (FARAH, 2004).

Como resultado de políticas com a ênfase na eficiência, pesquisas demonstram que, nos países em desenvolvimento, o aumento da capacidade produtiva das mulheres incide diretamente para quebrar o ciclo da pobreza. Na família chefiada por mulher, a qualidade de vida melhora, pois sua renda é revertida numa proporção considerável em gastos com comida, educação e saúde dos filhos e filhas (BANDEIRA, 2005).

Se, por um lado, a melhoria dos níveis de equidade estimula o crescimento, pois a iniquidade custa caro em termos de eficiência macro-econômica. Por outro lado, o crescimento econômico não assegura, por si só, o progresso social (KLIKSBURG, 1997).

Dessa forma, as políticas públicas de gênero, com ênfase na eficiência, têm papel fundamental nos processos interdependentes entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social. Nessa perspectiva, os gestores públicos podem se utilizar de instrumentos específicos para o diagnóstico necessário, a fim de planejar e desenvolver políticas efetivas que beneficiarão as pessoas certas, nos locais onde se encontram. São os índices de GINI e IDH que combinados podem direcionar as políticas de gênero de modo a conseguir resultados potencializados.

O índice de GINI, desenvolvido pelo estatístico italiano Conrado Gini, é utilizado para mensurar igualdade ou desigualdade das condições socioeconômicas de um local. Combina resultados de variáveis – renda, educação, saúde – que permitem identificar os

níveis de desigualdade social de um município, unidade da federação ou país. Com ele constata-se aumento da desigualdade ou concentração de renda.

O IDH, Índice de Desenvolvimento Humano, metodologia utilizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, envolve a transformação de três dimensões – longevidade, educação e renda – como forma de avaliação e medida do bem-estar de uma população, especialmente o bem-estar infantil.

A categoria de Políticas Públicas de Gênero com ênfase em direitos retira a mulher da invisibilidade, elevando-a a sujeito, com inclusão no espaço de cidadania (FARAH, 2004).

Tais políticas contribuem para o *empowerment* das mulheres – ou o neologismo em português: *empoderamento* – que pode ser resumido nesta expressão: empoderamento = (recursos + autonomia):

O empowerment pode ser entendido como um processo através do qual as populações e as mulheres em particular, individual ou coletivamente, tomam consciência de como as relações de poder operam nas suas vidas e ganham autoconfiança e capacidade para as desafiar (FERREIRA, 2004, p. 86).

As políticas pautadas em direitos atuam no sentido de fortalecer a participação das mulheres em espaços de poder e de decisão de políticas, nos quais elas possam disputar recursos, tenham voz nos mecanismos de controle social e possam também decidir a respeito das prioridades de governo.

2.3.3 Como operar as políticas de gênero: transversalidade

Com essas considerações iniciais sobre os conceitos de políticas públicas de gênero, é importante tecer algumas considerações a respeito da forma de como operacionalizar essas políticas numa estrutura administrativa inadequada, pois não está preparada para uma prática na perspectiva de articulação e integração.

Em 1995, na IV Conferência Mundial das Mulheres de Beijing, realizou-se um diagnóstico que, mesmos os países que haviam aderido aos compromissos internacionais – frutos de conferências anteriores – não se estavam obtendo avanços significativos na promoção da igualdade entre homens e mulheres. Por isso, pensou-se a estratégia designada de “gender mainstreaming”.

O gender mainstreaming consiste na reorganização, melhora, desenvolvimento e avaliação de processos de decisão em todas as áreas políticas e de trabalho de uma organização. O objetivo do gender mainstreaming é incorporar a perspectiva das relações existentes entre os

sexos em todos os processos de decisão e fazer com que todos os processos de decisão sejam úteis para a igualdade de oportunidades” (STIEGER, 2003, p.5).

No Brasil, o termo não foi traduzido do inglês, mas sim batizado como *transversalidade de gênero*.

Bandeira explicita, mais detalhadamente, esse processo novo e transformador:

Por transversalidade de gênero nas políticas públicas entende-se a idéia de elaborar uma matriz que permita orientar uma nova visão de competências (políticas, institucionais e administrativas) e uma responsabilização dos agentes públicos em relação à superação das assimetrias de gênero, nas e entre as distintas esferas do governo. Esta transversalidade garantiria uma ação integrada e sustentável entre as diversas instâncias governamentais e, conseqüentemente, o aumento da eficácia das políticas públicas, assegurando uma governabilidade mais democrática e inclusiva em relação às mulheres (2005, p. 7).

Isso quer dizer que não é possível conseguir resultados efetivos na promoção da igualdade entre homens e mulheres se a responsabilidade de conceber, planejar e executar as políticas de gênero for de um organismo único e isolado no organograma do governo.

Seria ideal que o organismo responsável por garantir a transversalidade de gênero na administração pública como um todo se situasse num espaço de decisão governamental, proporcionando poder para o desenvolvimento de propostas e ações estruturalmente dependentes de co-responsabilização inter-secretarial. Ademais, deveria ter dotação orçamentária para implementar e compartilhar projetos e programas em comum com as demais áreas (GODINHO, 2004).

Nessa perspectiva, a transversalidade de gênero deveria ser contemplada nas diversas políticas de governo, principalmente na educação, saúde, geração de trabalho e renda, cultura, inclusão social, não esquecendo a intersecção de gênero com as dimensões estruturantes raça/etnia e classe. Ao mesmo tempo, deve-se considerar as diferenças, tais como orientação sexual, idade, deficiências, pois as mulheres, assim como os homens, não são segmentos homogêneos. Essa diversidade gera demandas específicas que precisam ser consideradas nas políticas públicas.

Como último desafio para que as Políticas Públicas de Gênero realmente deixem de ser apenas projetos pilotos e restritos, recomenda-se que o governo se esforce em ampliar os espaços de solidariedade interna e em aumentar a capilaridade das ações e do debate sobre a discriminação (GODINHO, 2004).

2.4 O papel do Legislativo local na formulação de Políticas Públicas

2.4.1 A importância do Poder Legislativo

A partir da ordenação política democrática, os três poderes que constituem o Estado, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, têm papéis distintos, porém, complementares. Para os fins desta pesquisa, é importante resgatar o que representa o Poder Legislativo.

Desde os primórdios da civilização em *República* de Platão, o *autor de leis* tem importância destacada. Mais tarde, Rousseau, em sua teoria, dizia que o Legislativo representava a própria soberania nacional, era o de maior importância entre os três poderes (SALDANHA, 1992).

O próprio “conceito de república, na raiz de sua tradição, nos remete particularmente à idéia de ‘governo de leis’ (e não de homens), de ‘império da lei’ e mesmo de ‘estado de direito’” (STARLING, 2006, p. 74), o que denota o valor do Legislativo na conformação republicana.

John Locke identificou dois poderes como fundamentais: o Legislativo e o Executivo. O primeiro com a função de fazer leis e o segundo de executá-las. Porém, para ele o Legislativo é visto como o principal poder do governo (MACHADO, 1996). Tanto assim o considerou que disse: “*o fogo tem o poder de fundir metais [...] do mesmo modo que o soberano tem o poder de fazer as leis e, fazendo as leis, de influir sobre a conduta de seus súditos*” (apud BOBBIO, 1987, p. 77).

Tal é a importância do Legislativo que Jaucourt – um dos iluministas que, no século XVIII, contribuíram para a Enciclopédia desenvolvida por Diderot e D’Alembert – escreveu no verbete político a respeito de Governo:

A dissolução do governo pode acontecer quando o Poder Legislativo é alterado. Ele é a alma do corpo político, é dele que os membros do Estado tiram tudo o que é necessário para sua conservação, para sua união e para sua felicidade. Se, portanto, o Poder Legislativo for arruinado, o resultado é a dissolução e a morte do corpo político (DIDEROT, 2006, p. 150).

2.4.2 O Poder Legislativo no Brasil

Feito este breve resgate, para que se possa analisar o Poder Legislativo Local, foco deste estudo, é necessário traçar um conciso quadro de como o Estado Brasileiro está

organizado. Aqui, empresta-se o conceito de Estado como “ordem jurídica soberana que tem por fim o bem comum de um povo situado em determinado território” (DALLARI, 2005, p.119).

No Brasil, por ser um Estado Federal, as atribuições da União e as das unidades federadas são fixadas na Constituição, que também define as suas competências. Nessa forma de Estado, a acumulação de poder num só órgão é dificultada (DALLARI, 2005).

Como República, desde 1889, o Brasil segue as características dessa forma de governo: eletividade, temporariedade e responsabilidade. O Chefe do Governo é eleito pelo povo para um mandato com prazo predeterminado e com o compromisso de prestar contas de seus atos.

O Presidencialismo rege as relações entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo. Nesse sistema de governo, o Presidente da República assume o Executivo unipessoalmente com poder de veto e é, ao mesmo tempo, Chefe do Estado e Chefe do Governo. Se, por um lado, tal sistema de governo proporciona rapidez no decidir e no concretizar as decisões, unidade de comando e energia na utilização dos recursos do Estado, por outro, pode ser considerado uma ditadura a prazo fixo (DALLARI, 2005).

Nos três níveis dos entes federados – municipal, estadual e federal – os cargos eletivos dos executivos seguem o sistema eleitoral majoritário e os legislativos são compostos pela representação proporcional. A representação proporcional, somada ao pluripartidarismo, foi a forma de resolver o difícil problema da democracia representativa que é a representação das minorias, pois os partidos têm direito a representação de acordo com o número dos votos recebidos, estabelecendo-se uma proporção.

Essas características da organização política levam o Brasil ao modelo consensual de democracia, pois elas favorecem a dispersão de poder entre os atores relevantes e, com isso, “garantem a participação institucionalizada das minorias e facultam a expressão da heterogeneidade e do pluralismo sociais” (ANASTASIA; NUNES, 2006, p. 22).

Além de tal dispersão de poder, essa conformação do Estado Brasileiro determina como se dá a complementaridade, ou interdependência dos poderes Executivo e Legislativo.

Se, nos países sob o sistema parlamentarista, o Legislativo goza de maior força, nos países presidencialistas é o Executivo que se sobressai. Assim, no Brasil, a verticalidade do presidencialismo resulta no desequilíbrio dos poderes e na personificação da gestão pública na figura do executivo, fatos que se reproduzem tanto em nível federal, estadual ou municipal (MASSOLO, 2002).

Além da verticalidade própria do Presidencialismo, só muito recentemente, no Brasil, o Legislativo volta a ter um papel decisivo de intervir nos processos decisórios. Depois de 21 anos de ditadura, entre 1964 e 1985, em que as instituições democráticas foram marginalizadas e o Congresso foi fechado, e após a Constituição de 1988, o Legislativo restitui suas prerrogativas tradicionais. Por isso, o fortalecimento do Legislativo, após esse período de inércia, tem sido gradativo, tanto que, ainda não ocupou o espaço devido na divisão dos poderes constituídos. “É natural que o Executivo manobre para que o Legislativo tenha que conquistar, a duras penas, as parcelas de Poder que, por direito, lhe foram atribuídas pela sociedade” (SANCHES, 2000, p. 1).

Observa-se que a supremacia do Executivo sobre o Legislativo ocorre, também, por conta das competências e prerrogativas institucionais que o chefe do executivo possui na definição da agenda legislativa. Dessa maneira, o chefe do executivo acaba afetando os procedimentos e dinâmica e passa a ter a vantagem de *first mover* na arena legislativa, bem como, de poder avaliar qual o melhor *timing* de apresentação de propostas. Além disso, áreas cruciais de políticas públicas só podem ser objeto de legislação pela iniciativa deliberada do poder executivo. No Brasil, é de competência exclusiva do Executivo propor leis que gerem aumento de receita à administração. Soma-se a isso que o Executivo possui a prerrogativa de vetar, total ou parcialmente, os Projetos de Lei aprovados pelo Legislativo (INÁCIO, 2006).

Tais condições provavelmente geram como conseqüência, que cerca de 80% das leis federais e estaduais sancionadas tenham origem no Executivo (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999).

Outro fator de interdependência entre os poderes Executivo e Legislativo, no Brasil, é a alta fragmentação do sistema partidário, o que leva a um governo dividido, pois seu partido não possui a maioria das cadeiras legislativas, obrigando-o a fazer coalizão política. Conseqüentemente, o chefe do executivo lança mão de outros recursos com a finalidade de obter a maioria de votos para aprovação de seus projetos, como a distribuição de cargos – patronagem – e liberação de emendas orçamentárias (ANASTASIA; NUNES, 2006).

Dallari alerta que o pluripartidarismo, quando exagerado, quase sempre causa dano de interesse público, pois “pode levar a uma excessiva divisão do eleitorado, sendo impossível a qualquer partido obter sozinho o governo, donde resulta a necessidade de acordos eleitorais e de outros artifícios destinados a compor maiorias” (2005, p.166).

Em contrapartida, é no Legislativo que as normas são aprovadas, rejeitadas, emendadas, ou substituídas. Dessa maneira, o Legislativo tem o poder de impedir muitas das iniciativas do Executivo.

2.4.3 O Poder Legislativo local

É nas cidades que os efeitos da globalização são mais visíveis nas estruturas espaciais e sociais, visto que o mundo globalizado é cada vez mais um mundo urbanizado. O movimento entre o local e o global é tencionado constantemente, pois, ao mesmo tempo em que a globalização é responsável por estabelecer um espaço político mundial, também, em sentido oposto,

se reforçam os âmbitos locais e regionais como configurações econômicas, espaços de identidade coletiva e de participação política e também como expressão concentrada dos problemas e desafios da humanidade: crescimento e meio ambiente, desperdício e pobreza, liberdades possíveis e exclusões reais” (BORJA; CASTELLS, 1997, p. 368).

Em decorrência do processo de globalização, o poder local vem sendo reconhecido como importante componente estratégico para o desenvolvimento de ações que resultem em um efetivo respeito aos direitos da pessoa humana, além de ser objeto de numerosos estudos. Os governos nacionais e as agências internacionais de financiamento e cooperação têm destinado, privilegiadamente, políticas e programas ao município. O governo municipal está mais ligado às necessidades e demandas sociais. A ele cabe atender, diretamente, os múltiplos e distintos assuntos públicos do cotidiano da vida das pessoas. A cidade é a primeira escola de democracia (MASSOLO, 2002).

Essa tendência internacional de valorizar os níveis subnacionais de governo foi contemplada na nossa Constituição de 1988. A partir dela, os municípios tornaram-se entes federados, cada um com sua Lei Orgânica do Município – LOM, que reproduz em nível local a Constituição Federal e, ganhando relativa autonomia político-jurídica. Assim, o papel do município, no cenário político brasileiro, foi resgatado.

Os municípios passaram a ter um maior volume de encargos relativos às políticas sociais e às ações de desenvolvimento econômico local, dando aos governos locais uma capacidade de intervenção efetiva na construção de uma agenda de políticas públicas. Deve-se ressaltar que os municípios receberam a maior parcela dos aumentos resultantes das transferências constitucionais e foram os principais favorecidos pela descentralização de competências na área social (KERBAUY, 2005, p. 338).

Nessa esfera, há que se considerarem as atribuições das Câmaras Municipais de legislar sobre assuntos de interesse local e de promover a fiscalização sobre os atos da Administração Municipal, a utilização dos recursos públicos e a prestação dos serviços públicos.

No entanto, o Poder Legislativo local ainda não consegue desempenhar plenamente seu papel de avaliador de políticas públicas (PPs), principalmente porque elas possuem quatro singularidades básicas que dificultam essa ação:

As PPs não são formuladas por um agente determinado, mas por múltiplos agentes; as PPs, como norma, não são claramente explicitadas pelos seus formuladores; as PPs são operacionalizadas por intermédio de um vasto número de agentes e ações; as PPs são submetidas a constantes mudanças, sofrendo os efeitos de novas PPs (SANCHES, 2000, p. 1).

Com base na Constituição de 1988, as Leis Orgânicas dos Municípios determinam os instrumentos disponíveis para o Legislativo local poder intervir nas políticas públicas: o poder de convocar autoridades, requisitar informação e realizar audiências públicas; a atribuição de poderes especiais de investigação das comissões parlamentares de inquérito; o acompanhamento e a fiscalização dos gastos públicos; emendar as proposições sobre planos e matérias orçamentárias – Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias – com a possibilidade de modificar, suprimir ou instituir programações específicas; o controle sobre atos do Executivo, como por exemplo, empréstimos e convênios, dentre outros.

Somando-se a essas intervenções possíveis nas políticas públicas, as Câmaras Municipais têm, como medida das mais importantes, a promoção de uma revisão geral da legislação municipal de modo a revogar normas discriminatórias ainda existentes, bem como de eliminar normas criadoras de barreiras ou impedimentos para o pleno exercício dos direitos da pessoa humana, especialmente dos grupos sociais carentes, e dos chamados grupos vulneráveis como mulheres, crianças e adolescentes, pessoas portadoras de deficiências e idosos (SAULE JR, 2001).

Dentre os instrumentos disponíveis no processo legislativo, é importante destacar que as Comissões Permanentes poderiam ter um papel muito mais ativo do que costumam ter. A falta de uma dinâmica de funcionamento das Comissões Permanentes impede que sejam órgãos consolidados, detentores de poder e capazes de influir no comportamento da Administração. Isso ocorre porque não conseguem adquirir conhecimento aprofundado e memória dos fatos, por causa da mudança de seus membros e presidência num curto espaço de tempo (SANCHES, 2000).

O ideal seria que as Comissões Permanentes fossem locais onde a interação direta entre os parlamentares que as constituem funcionasse de maneira a torná-las locais especializados de discussão e deliberação sobre determinados temas.

Assim, ainda existem dificuldades de as câmaras municipais produzirem legislação municipal significativa.

Diante destas dificuldades, outros serão os mecanismos através dos quais os vereadores poderão acessar a preferência do eleitor a partir de sua atividade no legislativo [...] Indicações, solicitações e requerimentos, cuja função o senso comum sugere ser uma ‘perfumaria’, podem ser instrumentos de costura de redes políticas” (ÁVILA FILHO, 2004, p. 3-4).

É importante ressaltar que, para o desempenho de seu trabalho cotidiano e, principalmente, para a ampliação dessas redes políticas, os vereadores contam com os seus assessores.

Os assessores têm um papel importante no desempenho político dos vereadores. Eles são encarregados da redação das proposições encaminhadas ao Plenário, do atendimento aos eleitores que vão ao gabinete, da realização de serviços e atendimento às demandas nas ruas e de aumentar o número de eleitores do seu Vereador, por meio da ampliação de sua própria rede de contatos (LOPEZ, 2004, p.161).

Pela lógica desenvolvida por Leal a respeito da Câmara Federal, infere-se que a grande tendência de os/as vereadores(as) em concentrar tempo, esforço e recursos legislativos para a reeleição, transforma a estrutura de seu gabinete em máquina eleitoral (2005).

A dificuldade de os/as vereadores(as) desenvolverem seu papel de legisladores e de fiscalizadores do executivo; a proximidade do cotidiano da vida das pessoas; o fato de os eleitores nem sempre entenderem qual é a função dos/das parlamentares; e, bem como, o desejo natural de reeleição, levam a uma prática clientelística.

Em nível local, essas práticas clientelísticas estabelecem uma relação do legislativo com o executivo muito mais dependente que em outras esferas, pois o/a vereador(a) tem uma representação social como distribuidor legítimo de benefícios, mesmo que os bens e serviços públicos sejam mais universalizados (LOPEZ, 2004).

2.4.4 A representação

Mesmo que qualquer pessoa possa expressar o desejo de uma lei, as demandas por leis passam por estruturas políticas, sociais e econômicas. Depois que tais demandas se tornam amadurecidas, por um processo de filtragem na sociedade civil, é natural que sejam assumidas como ato de iniciativa de um titular do poder legislativo (BOBBIO, 2004).

Esse processo de amadurecimento das leis e de todos os instrumentos, funções e atribuições do legislativo só são possíveis, porque os parlamentares estão exercendo um mandato de representação política proporcional, por meio do voto, em que fica implícito um conjunto de relações estabelecidas entre os cidadãos e os parlamentares. Isso quer dizer que os eleitores são os mandantes e os eleitos são os mandatários. Os primeiros delegam autoridade

para que os segundos possam agir em seu nome e em nome de seus melhores interesses (ANASTASIA; NUNES, 2006).

Dessa maneira, teoricamente, são escolhidos, por meio de eleição, os melhores dentre todos para receber um mandato aberto em que o parlamentar poderá decidir dentre alternativas de políticas de acordo com sua consciência e seu discernimento. No entanto, apesar do mandato poder ser entendido como autorização ampla para agir, a prestação de contas é esperada. Mais ainda, o mandante deveria ter o máximo de controle sobre o mandatário. Mas, geralmente, os mandatários acabam tendo liberdade de ação, sem muita consideração pelas expectativas dos eleitores. Isto acontece porque os eleitores não dispõem de informações, em quantidade e qualidade, adequadas para controlar os eleitos, durante seus mandatos. Muitas vezes, o juízo do eleitor a respeito do mandatário acontece tardiamente, quando acontece. E assim, a punição dos mandatários com desempenho não-correspondente só vem em forma da não-reeleição (ALMEIDA, 2006).

A constatação dessa falta de informação, por parte dos eleitores e da excessiva liberdade de ação dos eleitos, a respeito do mandato, aponta para a necessidade da construção de um processo de intercâmbio entre essas partes, uma retro-alimentação. Para que os cidadãos e cidadãs possam responsabilizar o Estado, é necessário que se obtenham informações sobre as ações dos representantes, de modo a poder avaliá-los. Deve-se subsidiar esse processo com uma base informacional ampliada, em que a multiplicidade de identidades, preferências e demandas sejam consideradas e proporcionem aos legisladores(as) representar, realmente, o maior número possível de cidadãos e cidadãs abrangidos pela Casa Legislativa (ANASTASIA; NUNES, 2006).

Diante dessa condição, a discussão da reforma da representação está sendo travada a partir da questão mais ampla de reforma política e traz a possibilidade de:

Transformar Casas Legislativas em “cidades mágicas”, ou seja, locais de deliberação política, que permitam e incentivem a interação entre representação e participação políticas, que facultem aos cidadãos a vocalização continuada de suas preferências perante os legisladores e que lhes garantam o acompanhamento e o monitoramento permanente dos movimentos de seus representantes (ANASTASIA; NUNES, 2006, p.18).

Nesse contexto, partidos, sindicatos, movimentos sociais e populares têm papel muito importante na democratização do Estado. Devem interagir com os representantes eleitos a fim de influenciarem na proposição de projetos e na revisão da legislação municipal com a finalidade de regulamentar as políticas públicas no sentido da promoção da igualdade de direitos. Dessa forma, estaria garantido o olhar para as contradições resultantes das

relações de gênero, raça/etnia e classe, bem como para as demandas provenientes das diversidades de orientação sexual, idades e deficiências.

2.4.5 Além do voto

A interação entre representação e participação políticas vem acontecendo nas democracias contemporâneas, em que a deliberação não é mais unilateral e, com isso, está ocorrendo uma divisão do poder com a participação mais próxima da sociedade civil. No Brasil, essa combinação desenhou uma arquitetura institucional híbrida, que privilegia a combinação entre representação e participação.

É a participação que vai além do voto, que está prevista na Constituição de 1988 e foi normatizada a partir dos anos 1990. Foram criadas as instituições compostas de pessoas ou entidades da sociedade civil e de gestores(as) do poder executivo, que são os conselhos de política relacionados com a área temática na qual atuam, tais como crianças e adolescentes, educação, saúde e assistência social. Ou, ainda, as formas de participação em âmbito local, como o orçamento participativo, que envolve a população na definição das prioridades de investimento do orçamento municipal. Tanto os conselhos temáticos como o orçamento participativo influem diretamente na deliberação sobre políticas públicas (AVRITZER, 2006).

No entanto, o papel do legislativo foi pouco discutido nesse novo contexto, delineado a partir da criação dos conselhos e a partir do princípio da governança democrática, seguida pelos governos municipais. Conseqüentemente, esses novos arranjos institucionais acabam por reforçar a idéia difundida de que as câmaras municipais constituem um apêndice do poder executivo. Vem se somar a essa imagem a idéia de que o legislativo local é uma instituição clientelista e homologadora das decisões do prefeito (KERBAUY, 2005).

Dessa maneira, os conselhos e o orçamento participativo passam a competir, no âmbito das deliberações, acerca de políticas públicas com esse Poder Legislativo que tem perdido legitimidade na política local e frente à sociedade civil.

Para enfrentar essa situação, “é desejável que os arranjos participativos locais se articulem melhor com os legislativos locais. Somente assim cada uma das formas de exercício da soberania, a participação e a representação, poderão complementar déficits ou incompletudes presentes na outra” (AVRITZER, 2006, p. 42).

2.4.6 Partidos políticos

Para os fins desta pesquisa, há de se fazer alusão aos partidos políticos, já que o caminho para alcançar um cargo eletivo passa necessariamente por essa instância.

Apesar dos estudiosos das ciências políticas definirem os partidos como mediadores da relação entre a sociedade e o estado (LEAL, 2005), no âmbito local, esse papel dos partidos é mais tênue do que nas esferas estaduais e federal.

Na prática, as relações dos/das vereadores(as) com o executivo local é mais personificada do que partidária. Eles representam com maior ênfase a base eleitoral, a quem devem sua eleição, do que o partido. Isso pode ser consequência de uma nova ambiência eleitoral, que são mudanças associadas à americanização das eleições:

Supervalorização da figura do candidato; eleitor com baixa racionalidade de informação, autocentrado e propenso à aceitação de atalhos informativos que facilitem a decisão através do processamento de informações prévias; e campanhas com capacidade limitada de garantir vitórias, e que obrigam os atores políticos a considerar outras estratégias de conexão eleitoral mais duradouras. (LEAL, 2005, p.23)

Tal supervalorização da figura do candidato e o contato mais próximo da população colaboram para que os/as vereadores(as) insiram-se em um enredo de trocas mais intenso e amíúde, do que acontece com os deputados estaduais ou federais. Assim, mesmo a contragosto, essa situação leva-os ao atendimento de demandas pessoais, não deixando muito espaço para a atuação orientada ideologicamente pelo partido (LOPEZ, 2004).

De qualquer forma, os/as vereadores(as) escolhem os partidos por afinidade ideológica e esse fator ideológico influencia suas percepções e atitudes no exercício do mandato.

Partindo da ideologia adotada, os partidos podem ser alinhados às concepções de direita, centro e esquerda. Tal alinhamento é habitual nas avaliações dos especialistas da ciência política brasileira, dos meios de comunicação, bem como dos militantes políticos.

Relacionados os partidos que têm representação nas Câmaras Municipais da Região do Grande ABC, fez-se o exercício de alinhá-los nessa caracterização. Os partidos DEM, PHS, PP, PR, PSC, PSDC, PTB, podem ser considerados de direita. O PSDB e o PMDB situam-se ao centro. À esquerda desse eixo ficam PC DO B, PDT, PMN, PPS, PSB, PSOL, PT e PV (MIGUEL, QUEIROZ, 2006; RODRIGUES, 2002).

Porém, as dúvidas encontradas para se realizar esse alinhamento levam a crer que

os partidos são percebidos de modo diferente na medida em que o sistema partidário se institucionaliza e suas orientações políticas e programas mudam, especialmente quando confrontados com a realidade do governo ou com as possibilidades de alcançá-lo (RODRIGUES, 2002, p. 32).

Nesse contexto, é importante observar como os movimentos sociais se posicionam partidariamente, principalmente, o movimento de mulheres e as organizações feministas, sabendo que foram os propulsores das políticas públicas de gênero.

Com a redemocratização do País, surge a necessidade de os movimentos procurarem abrigo político-institucional. Os principais partidos que receberam em suas fileiras esses movimentos, foram, inicialmente, o PMDB e, desde sua formação, o PT, que se configurou como uma nova forma de representação popular no âmbito institucional (MENEGUELLO, 1989).

Avelar observou, em suas pesquisas, que “os partidos políticos organizados sob o princípio de classes é que incorporam, em maior proporção, segmentos representativos das mulheres” (AVELAR, 1996, p. 32).

A inserção das feministas marxistas nos partidos de esquerda foi intensa e influenciou decisivamente nas definições programáticas, na organicidade e nas práticas partidárias. Logo, existe uma estreita relação entre feminismo e socialismo nos partidos de esquerda. Isso pode ser observado pelo relato de como as mulheres se organizaram no PT:

Para parte significativa das ativistas que se dedicaram à construção do movimento, a luta pela libertação das mulheres não poderia deixar de ser parte integrante de um projeto socialista, [...]. Não por acaso uma das primeiras palavras de ordem destacadas pelas mulheres organizadas dentro do PT [...] foi “Não há socialismo sem feminismo” (GODINHO, 1998, p. 15).

2.4.7 O diferencial feminino no Legislativo

Nas eleições municipais de 2004, a média nacional de candidaturas femininas para as Câmaras Municipais foi de 22% e as vereadoras eleitas foram apenas 12% (ALVES, 2004).

Explica-se essa subrepresentação feminina nos legislativos por razões provenientes das estruturas familiares, da vida pessoal, dos sistemas econômicos, das estruturas do estado, dos tipos de regimes políticos e do grau de tradicionalismo e religiosidade.

No entanto, esses diversos aspectos têm uma única causa, que é a construção histórica e culturalmente assimétrica das relações de gênero, com base em relações de poder e submissão da mulher pelo homem.

A questão importante sugerida por esses estudos é que as candidatas femininas enfrentam um peso de serem mulheres que não pode ser explicado – ou contra-atacado – pela razão, exigindo delas um esforço maior para serem aceitas como ocupantes efetivas de cargos de liderança (FINAMORE; CARVALHO, 2006, p. 354).

A presença das mulheres nos parlamentos e postos de decisão está estreitamente relacionada à posição social que elas ocupam na sociedade, quanto mais alta é sua posição social, mais aumentam as chances de ocuparem esses espaços. Pesquisas indicam que o *status* baixo – que tem como indicadores principais o padrão de renda auferido e a educação – é um dos principais obstáculos à ascensão ao poder (AVELAR, 1996).

No entanto, quando as barreiras são ultrapassadas, a participação feminina nesses espaços de poder imprime neles um diferencial, pelas próprias experiências distintas das mulheres, construídas na sociedade, que educa mulheres e homens diferentemente. Além do que, as prioridades de homens e mulheres diferem. Assim, as experiências e prioridades das mulheres, somadas às dos homens, ampliam o campo das temáticas tratadas na política (AVELAR, 1996).

Em seus estudos, Avelar ressalta que as mulheres conseguem defender políticas sociais ligadas à saúde da mulher e à da criança, pleitear verbas para escolas, para creches e para a melhoria do ensino, de forma singular e com mais intensidade. Isso traz modernidade política na situação de enorme dívida social em que se encontra o País (1996).

No entanto, nem todas as mulheres presentes nesses espaços trazem um diferencial. As mulheres, que fazem parte de contextos políticos com características oligárquicas, contribuem para a perpetuação da dominação política por meio dos laços familiares. “Nestes casos, as mulheres políticas são portadoras dos valores e interesses nem sempre identificados com as causas femininas, reafirmando a rede de relações clientelísticas, que ligam o poder local ao Estado central” (AVELAR, 1996, p.21).

2.5 A Região do Grande ABC

Com uma população estimada, em 2005, de 2.546.465 habitantes⁵ e com uma área de 825 km², a Região do Grande ABC localiza-se na porção sudoeste da Região Metropolitana de São Paulo, a 18km da capital, e é formada pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

Tabela 2.1 – População e área das cidades da Região do Grande ABC em 2005

Cidade	População	Área em km²
Santo André	669.592	175
São Bernardo do Campo	788.560	406
São Caetano do Sul	134.295	15
Diadema	389.503	31
Mauá	406.242	62
Ribeirão Pires	116.677	99
Rio Grande da Serra	41.596	37
Total Região do Grande ABC	2.546.465	825

Fonte: IBGE

Constituiu-se como a região mais industrializada do Brasil. Seu processo de industrialização iniciou-se no final do século XIX, efeito da construção da ferrovia São Paulo Railway. Nos anos 1950, foi sede da indústria automobilística brasileira, pela facilidade de transporte com a construção da Rodovia Anchieta que liga a cidade de São Paulo ao porto de Santos. Décadas depois, a rodovia transformou-se no complexo rodoviário Anchieta/Imigrantes. Ainda hoje, a região possui um importante parque industrial e tecnológico, principalmente nos setores mecânico, metalúrgico e químico.

A Região do Grande ABC, como outros espaços geográficos denominados de região, é fruto de uma história que teceu relações, enraizou as pessoas ao território e particularizou esse espaço, fazendo-o distinto dos espaços contíguos (LENCIONI, 1999).

A partir da segunda metade do século passado e, mais intensamente, a partir dos anos 1970, a região ficou notabilizada por sua história ligada ao sindicalismo combativo; à organização celular de Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, da Igreja Católica; a uma grande capacidade de organização de movimentos sociais e populares; fatores que levaram a um arranjo político de centro esquerda (SADER, 1995). Assim, a Região do Grande ABC chegou a ter cinco cidades administradas pelo Partido dos Trabalhadores (2001/2004). Nesse

⁵ Dados do IBGE

cenário, as mulheres organizadas nas CEBs, Movimentos Populares, Sindicatos, Central Única dos Trabalhadores – CUT e nos partidos começaram a dar a tônica para influenciar nas políticas públicas das administrações democrático-populares.

Pode-se dizer que a constituição da Região do Grande ABC se deu em função de múltiplos aspectos, dentre eles as problemáticas, tais como, demandas sociais, desafios competitivos, negociações com outras instâncias estatais e a fuga de fatores regionais de produção (GIL, 2003).

Especificamente, a fuga de fatores regionais de produção é fruto de exterioridades como a crise que se abate sobre o Brasil e os efeitos da reestruturação produtiva, que afetou as plantas industriais da região. A partir daí, se verificam os contrastes entre áreas onde a urbanização e o poder aquisitivo têm um alto padrão e os bolsões de pobreza e de baixos índices de qualidade de vida, associados a períodos de flagrante aumento no número de desempregados(as) (CONCEIÇÃO, 2003).

No âmbito de cada cidade dessa região e entre elas, esses contrastes entre a riqueza e a pobreza são observados. O desenvolvimento sócio-econômico das cidades mostra-se desigual, podendo ser observado quando os índices de GINI e o IDH-M das cidades são comparados.

Tabela 2.2 – Índice de GINI e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal das cidades da Região do Grande ABC, 2000

Cidade	GINI	IDH-M
Santo André	0,53	0,835
São Bernardo do Campo	0,56	0,834
São Caetano do Sul	0,50	0,919
Diadema	0,49	0,790
Mauá	0,49	0,781
Ribeirão Pires	0,52	0,807
Rio Grande da Serra	0,47	0,764

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano

O índice de GINI varia de zero a um. Quando o índice é igual a zero, constata-se que há situação teórica de igualdade. Quando igual a 1 (um), ocorre situação de máxima desigualdade. Desse modo, na medida em que o resultado se aproxima de 1 (um) constata-se aumento da desigualdade ou concentração de renda. A cidade que apresenta maior desigualdade é São Bernardo do Campo, com o índice 0,56.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH-M varia entre 0, pior, e 1, melhor. Conforme a classificação do PNUD, municípios com IDH maior que 0,8 são

considerados de alto desenvolvimento humano. São Caetano do Sul possui o melhor índice das cidades do Brasil, 0,919 – semelhante às cidades mais ricas do mundo. Outras três cidades possuem o IDH maior que 0,8.

Nos municípios mais pobres, com IDH-M menor que 0,8, as desigualdades são menores e nos municípios com melhor IDH-M, acima de 0,8 as desigualdades são maiores. Essa situação controversa nos municípios da Região do Grande ABC demonstra a forma irregular e não-homogênea com que a região se estabelece (CARVALHO, 2004).

Mesmo com sua economia afetada, o Grande ABC é o quarto mercado brasileiro, superado somente pelas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. O setor de serviços e comércio tem ocupado uma posição de destaque no cenário econômico, como uma característica própria das grandes metrópoles, após a reestruturação produtiva das últimas décadas.

A Região do Grande ABC tem sido objeto de estudos por suas características históricas, econômicas e de localização, pois na procura de soluções conjuntas, a sociedade civil, o poder público e o setor privado, nos anos 1990, impulsionaram a articulação da regionalidade no Grande ABC. Nesse contexto, vários organismos foram criados como: Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, Câmara Regional do Grande ABC, Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC e Fórum da Cidadania do Grande ABC. Essa institucionalidade regional, com finalidade mais ampla de integração da região e com abordagem de múltiplos temas para o desenvolvimento sustentável, passa a ser uma experiência única em regiões metropolitanas em todo o Brasil (DANIEL, 2001).

Pode-se considerar essa região como cidade-região, que enfrenta o desafio de elaborar novas formas de participação e democracia local, buscando uma redefinição de identidade e cidadania. Nesse contexto de cidade-região, em busca de soluções para seus problemas, a cidade torna-se mais competitiva e atrativa ao mostrar um grau tolerável de pobreza, marginalização e violência. Ao mesmo tempo, a busca por uma imagem positiva a tornará um espaço produtivo, agradável e seguro para se fazerem negócios (KLINK, 2001).

Nesse sentido, os dois enfoques, que as políticas públicas de gênero podem adquirir, contribuem para alcançar tais objetivos. O enfoque na eficiência, ao se privilegiar políticas voltadas para as mulheres mais atingidas pela pobreza, passa a agir no âmbito de desenvolvimento econômico da cidade ou região. De outro lado, o enfoque nos direitos, ao se focarem as políticas para a construção da plena cidadania das mulheres, contribui para formar uma imagem positiva da cidade.

Nem todas as cidades da Região do Grande ABC desenvolvem políticas públicas de gênero. Algumas têm estruturas específicas para o desenvolvimento dessas políticas e outras não.

Santo André conta em sua estrutura administrativa, na Secretaria de Governo, com o Núcleo de Políticas de Gênero, Raça, Geração e Pessoa com Deficiência, que é responsável pela articulação das políticas de cidadania de forma intersecretarial para garantir a transversalidade dos olhares de diversidade nas políticas públicas municipais, dentre eles está a perspectiva de gênero. Também possui serviços tais como: o Centro de Apoio à mulher em situação de violência doméstica - Vem Maria, equipamento da Supervisão Técnica de Serviços de Cidadania, alocado na Secretaria de Inclusão Social, e o Programa Saúde da Mulher desenvolvido na rede de equipamentos da Secretaria de Saúde dentre outros.

Em São Caetano do Sul há o Centro de Atendimento Integrado à Saúde da Mulher – CAISM, equipamento da Secretaria de Saúde, que dá atendimento diferenciado à população feminina da cidade. Esse mesmo equipamento conta com o trabalho de apoio às mulheres em situação de violência, com orientação de assistentes sociais, psicólogas e encaminhamento jurídico.

O Programa de Atenção à Mulher em situação de Violência – PAM, subordinado à Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania – SEDESC, é o serviço que existe na cidade de São Bernardo do Campo, responsável pelo atendimento específico às mulheres em situação de violência e por ações preventivas.

Em Diadema há o Serviço de atendimento à mulher em situação de violência - Casa Beth Lobo, que faz acolhimento às mulheres em situação de violência doméstica e desenvolve ações sócio-educativas de prevenção. Esse organismo público faz parte do Departamento de Defesa dos Direitos de Cidadania da Secretaria de Assistência Social e Cidadania. Diadema conta ainda com o Conselho Municipal de Direitos da Mulher.

Mauá possui o Programa da Mulher, subordinado à Secretaria de Assistência Social e Cidadania, tendo como objetivo conscientizar as mulheres sobre o seu papel fundamental na construção da cidadania.

Em Ribeirão Pires, a Coordenadoria da Mulher subordinada à Secretaria de Promoção Social, apesar de ser prevista em lei, na prática, não funciona.

A Coordenadoria de Políticas Públicas para Mulheres, subordinada à Secretaria de Cidadania e Ação Social, é o organismo específico da cidade de Rio Grande da Serra para tratar das políticas de gênero. A cidade conta ainda com o Conselho Municipal de Direitos da Mulher.

No Consórcio Intermunicipal, existe um grupo de trabalho – GT de Gênero e Raça, responsável por viabilizar ações com base na regionalidade, formado por gestoras públicas das sete cidades. O GT atua no sentido de assessorar as prefeituras em relação às políticas de ações afirmativas para a inclusão social das mulheres e da comunidade negra. Nesse sentido, destaca-se o Plano Regional do ABC de Combate à Violência Contra a Mulher, de 2003. Em decorrência desse plano, em 2005, realizou-se o Programa de Fortalecimento Institucional para a Igualdade de Gênero e Raça, a Erradicação da Pobreza e a Geração de Emprego – GRPE, por meio de convênio com a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial - SEPIR do Governo Federal e da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

Outra instância é a Frente Regional do ABC de Combate à violência contra a Mulher, na qual a sociedade civil está representada juntamente com os setores públicos.

O trabalho regional, fortalecido por essas articulações, possibilitou a criação da primeira experiência no País de uma Casa Abrigo Regionalizada. Essa casa atende mulheres em situação de violência doméstica e em risco de morte. Inicialmente, ela foi custeada por cinco, das sete cidades da Região do ABC e, a partir de 2007, todas as cidades da região contribuem para o custeio da Casa.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo de Pesquisa

A presente pesquisa pode ser definida como um *survey* analítico, pois tem como escopo, não apenas descrever características de uma população, mas também verificar a existência de relações entre variáveis.

3.2 Sujeitos da Pesquisa

O universo da pesquisa constituiu-se da totalidade de vereadores das Câmaras Municipais de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Porém, dos 106 vereadores(as), oito não atenderam à solicitação da pesquisadora, portanto, 98 responderam ao formulário.

Na segunda etapa da coleta de dados, observaram-se dois critérios para a definição de quais seriam os/as vereadores(as) submetidos à entrevista parcialmente estruturada: um vereador ou uma vereadora de cada cidade, que compõe a Região do Grande ABC; um vereador e uma vereadora, de acordo com a alternativa escolhida da questão principal, que operacionalizou a variável dependente. Dessa forma, quatro vereadores e quatro vereadoras foram solicitados(as) a conceder entrevistas. Como, porém, não se obteve êxito com uma vereadora, foram realizadas sete entrevistas.

Com a finalidade de facilitar a análise dos dados, decidiu-se pela identificação dos/as vereadores(as) entrevistados(as), mantendo seu anonimato. Classificaram-se de acordo com a percepção que eles/elas têm da importância das questões de gênero na formulação de políticas públicas, conforme sua resposta quando da aplicação do formulário.

O Vereador A, de Diadema, e a Vereadora B, de Ribeirão Pires, escolheram a alternativa *a: nenhum projeto de cunho social deveria ser levado a plenário se não considerasse a questão de gênero*, isto é, dão grande importância para as questões de gênero na formulação de políticas públicas.

O Vereador C, de São Caetano do Sul, optou pela alternativa *b: seria bom que os vereadores considerassem a questão de gênero na formulação de seus projetos*; o que significa que o entrevistado considera importante a questão de gênero nas políticas públicas.

O Vereador D, de Rio Grande da Serra, e a Vereadora E, de Santo André, indicaram a alternativa *c*: *admito que seja importante tratar da questão de gênero, mas essa questão não pode ser considerada obrigatória no processo legislativo*. Para esses informantes é de média importância contemplar as relações de gênero em políticas públicas.

Finalmente o Vereador F, de Mauá, e a Vereadora G de São Bernardo do Campo, escolheram a alternativa *d*: *a questão de gênero só deve ser considerada em projetos que tratam especificamente dessa questão*, o que os classifica como pessoas que dão pouca importância a essa questão.

3.3 Instrumentos da Pesquisa

Elaborou-se o formulário – que a rigor refere-se à entrevista aplicada com questionário – com perguntas fechadas, o que proporcionou definir previamente as categorias analíticas e também elaborar a pré-codificação dos dados, conforme se observa no Anexo 1. A pesquisadora formulou as perguntas oralmente e registrou as respostas no formulário.

Para a elaboração do formulário, procedeu-se à operacionalização das variáveis definidas nas hipóteses. Assim, incluíram-se todos os itens necessários para sua mensuração. Levantaram-se as características sócio-econômicas dos vereadores(as), referentes às variáveis independentes X_1 a X_9 , com base nas respostas às perguntas de números 2 a 12 do formulário. Registraram-se as percepções em relação à questão de gênero, referentes às variáveis independentes X_{10} a X_{17} , por meio das respostas às questões de números 14 a 24.

Para a operacionalização da variável dependente, incluiu-se a pergunta de nº 13: *Qual das alternativas abaixo corresponde melhor ao que o/a senhor(a) pensa acerca da maneira como deve ser tratada a questão de gênero nas políticas públicas – políticas de promoção da igualdade entre homens e mulheres*. Elaboraram-se as alternativas para a resposta, partindo-se de uma escala do tipo Likert, com quatro enunciados:

- a) Nenhum projeto de cunho social deveria ser levado a plenário se não considerasse a questão de gênero
- b) Seria bom que os vereadores considerassem a questão de gênero na formulação de seus projetos
- c) Admito que seja importante tratar da questão de gênero, mas essa questão não pode ser considerada obrigatória no processo legislativo;
- d) A questão de gênero só deve ser considerada em projetos, que tratam especificamente dessa questão.

Foi com base nas resposta a essa pergunta que se pôde levantar a percepção dos vereadores(as) acerca da importância de se considerarem as questões de gênero na formulação de políticas públicas, objetivo principal dessa pesquisa.

Estabeleceu-se que a opção pelo enunciado *a* denota que o sujeito dá grande importância para as questões de gênero na formulação de políticas públicas. A escolha do enunciado *b* significa que o entrevistado(a) considera importante a questão de gênero nas políticas públicas. É de média importância contemplar as relações de gênero em políticas públicas para os informantes que optaram pelo enunciado *c*. E, finalmente, quem escolheu a opção *d* deu pouca importância a essa questão.

As demais questões tiveram como finalidade operacionalizar as variáveis independentes. Dentre essas questões, a de número 17 e a de número 24 também utilizam escala do tipo Likert.

A questão 17 apresenta alguns exemplos de políticas públicas com a solicitação de que o/a informante indicasse a importância que ele ou ela dá para essas políticas, escolhendo uma alternativa entre cinco, numa gradação de *muito importante* até *nada importante*. Escolheram-se essas políticas de maneira a contemplar diversas áreas, como habitação, enfrentamento a violência contra a mulher, geração de emprego e renda, política eleitoral e educação inclusiva.

A questão 24 relaciona 15 afirmações, que reproduzem visões estereotipadas a respeito do que é natural da mulher e o que é natural do homem. E os/as informantes escolheram uma opção, numa gradação entre cinco, desde *concorda totalmente* até *discorda totalmente*. Construíram-se ou escolheram-se essas afirmações, partindo-se de consulta a instrumentos utilizados em outras pesquisas de natureza semelhante. Uma das pesquisas consultadas foi: Juventude Cultura e Cidadania (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 1999). Outra pesquisa que subsidiou a elaboração dessas afirmações foi o relatório de pesquisa denominado: *Measurement of gender-role attitudes, beliefs, and principle* (PRASAD; BARON, 1996).

3.4 Coleta de Dados

Coletaram-se os dados mediante os dois instrumentos de pesquisa: formulário com perguntas fechadas e entrevista parcialmente estruturada, ambos aplicados pela própria pesquisadora nas dependências das Câmaras Municipais.

Os formulários foram aplicados em duas ocasiões. Os/As vereadores(as) de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul responderam ao formulário entre os dias 24 de outubro a 11 de novembro de 2005. Os/As Vereadores(as) das demais cidades responderam aos formulários no período de 9 de fevereiro a 28 de março de 2007.

Realizaram-se as entrevistas entre os dias 26 de abril a 10 de maio de 2007, gravadas e transcritas. Antes do início de cada entrevista, esclareceram-se o objetivo da pesquisa, o tema e que se manteria o sigilo do nome do/da entrevistado(a).

3.5 Procedimentos para Análise dos Resultados

Estabeleceram-se os procedimentos de análise estatística por porcentagens e o cálculo das correlações por meio do coeficiente Q de Yule. Como os informantes constituem a totalidade do universo, tornou-se desnecessário aplicar testes de significância.

Na discussão dos resultados do levantamento foram utilizadas as entrevistas dos sete vereadores escolhidos, no sentido de se obterem visões mais subjetivas, que pudessem ser cotejadas com as respostas objetivas.

Dessa forma, houve uma complementaridade entre a análise qualitativa e a análise quantitativa. Foi possível extrair relevantes inferências e mais evidências, pois, por meio do discurso, os informantes tiveram oportunidade de expressar pontos de vista pessoais, eventualmente dissonantes da escolha prévia na resposta à pergunta fechada, ainda se puderam colher elementos de seus discursos, que ajudaram a entender suas reais opiniões.

Realizou-se a interpretação dos resultados quantitativos e qualitativos à luz da existência de relações de poder, sob uma abordagem epistemológica feminista. A produção do conhecimento concebida sob essa abordagem é um compromisso político na ciência, pois a pesquisadora, como pessoa integral, não pode se despir de sua práxis. “Atuar como sujeito ético e político do conhecimento interessado exige, portanto, uma postura auto-reflexiva, pois, se a neutralidade é impossível, quem não toma posição favorecerá a reprodução do *status quo*, da dominação existente” (GIFFIN, 2006, p.644).

A dialética esteve presente na análise e interpretação dos resultados, visto que o objeto de análise está em constante modificação em função daquela que o observa. Ao fim do estudo, a pesquisadora não é mais a mesma, assim como os/as informantes também não são mais os mesmos.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo é dedicado à análise e interpretação dos resultados. Procede-se inicialmente à caracterização da população pesquisada com base nas respostas às questões de natureza sócio-demográfica. Passa-se, a seguir, à análise das respostas que indicam percepções relativas às relações de gênero. Por fim, procede-se à análise e discussão dos resultados proporcionados pela aplicação dos testes estatísticos.

Com vistas a contribuir para ampliar a discussão dos resultados, são também apresentados neste capítulo trechos de entrevistas com vereadores(as), bem como material obtido mediante levantamento bibliográfico e documental. Trata-se, a rigor, da utilização de dados qualitativos, que têm por finalidade, não apenas complementar os dados quantitativos, mas, sobretudo, proporcionar melhor compreensão do problema.

4.1 Caracterização da população pesquisada

Para análise e interpretação das informações levantadas para a caracterização da população pesquisada, valeu-se do recurso de comparação dos dados levantados pela pesquisa com os dados do censo de 2000 do IBGE ou com dados de outras fontes secundárias, quando necessário. A comparação é feita com dados sócio-demográficos da população da Região do Grande ABC, do Estado de São Paulo e do Brasil. Esses dados da população são relevantes para delinear os contornos que definem a sociedade em que os parlamentares atuam. Na democracia representativa, é suposto que os/as eleitores(as) elejam seus iguais para fazerem-se representar em suas necessidades.

4.1.1 A pequena inserção feminina nos legislativos da Região do Grande ABC

As mulheres constituem a maioria da população da Região do Grande ABC - são 52,10% - mas, sua inserção no legislativo é pequena. Apenas 11 vereadoras foram eleitas no pleito de 2004, diante de 95 vereadores, o que significa 10,38 % do total. Porém, nas eleições de 2006, uma das vereadoras foi eleita deputada estadual e, em seu lugar, assumiu um suplente, homem. Assim, no momento da conclusão desta pesquisa, o Grande ABC contava com 10 vereadoras e 96 vereadores, o que significa 9,43 % de mulheres nos legislativos da região. A cidade de Diadema tem o maior número de vereadoras: quatro parlamentares. Em seguida, vem Santo André, com 3 vereadoras. São Bernardo do Campo, Mauá e Ribeirão

Pires contam com uma única vereadora em cada legislativo e as Câmaras de São Caetano do Sul e de Rio Grande da Serra não têm representação feminina. Houve momentos na história recente em que a porcentagem de mulheres era maior em algumas cidades da Região do Grande ABC.

A tabela 4.1 permite estabelecer o comparativo histórico da distribuição percentual das vereadoras das legislaturas, a partir de 1989. Constata-se um decréscimo significativo de 19 para 11 de vereadoras na legislatura anterior de 2001/2004 para a de 2005/2008. Porém, deve-se registrar que, por força de legislação, houve uma redução de vagas em cinco legislativos da região. Essa redução pode se configurar como uma diminuição de chances das mulheres serem eleitas. De cinco cidades em que houve redução de vagas no legislativo, quatro registraram diminuição de vereadoras eleitas. Houve diminuição numérica de uma vereadora em Diadema, porém, proporcionalmente, houve um aumento de 23,8% para 25%.

Tabela 4.1 Evolução da participação das mulheres nas Câmaras Municipais da Região do Grande ABC, por cidade, conforme a legislatura, a partir de 1989

Municípios	Legislaturas									
	1989 a 1992		1993 a 1996		1997 a 2000		2001 a 2004		2005 a 2008	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Santo André	1	4,8	4	19,0	3	14,3	4	19,0	3	14,3
São Bernardo do Campo	2	9,5	1	4,8	1	4,8	1	4,8	1	4,8
São Caetano do Sul *	3	14,3	2	9,5	2	9,5	3	14,3	0	0,0
Diadema *	1	4,8	3	14,3	3	14,3	5	23,8	4	25,0
Mauá *	0	0,0	1	4,8	1	4,8	2	9,5	2	11,8
Ribeirão Pires *	1	5,9	0	0,0	1	5,3	3	20,0	1	9,1
Rio Grande da Serra *	1	7,1	0	0,0	0	0,0	1	6,7	0	0,0
Total	9		11		11		19		11	

Fonte: Câmaras Municipais das referidas cidades.

¹ Cidades que tiveram o número total de vereadores reduzido, por força de lei, nas eleições de 2004.

Observa-se, pela Tabela 4.2, que a porcentagem de vereadoras da Região do Grande ABC, 10,38, está abaixo da média nacional e estadual. O total de vereadoras eleitas em todo o Brasil representa 12,65 % do total e no Estado de São Paulo, comparecem com 11%.

Comparando-se com os resultados das últimas eleições de 2006 dos legislativos nas esferas estadual e federal, observa-se a Região do Grande ABC com menor

representatividade feminina do que a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, que conta com 11,70% de deputadas estaduais. Não obstante, supera a Câmara Federal que possui 8,77% de deputadas federais e fica aquém do Senado, que tem 14,81% de senadoras.

Tabela 4.2 Distribuição de vereadores por sexo nos níveis municipal, estadual e federal, no Brasil, 2007

Legislativos	Homens		Mulheres		Total
	N	%	N	%	N
Câmaras Municipais do Grande ABC	95	89,62	11	10,38	106
Câmaras Municipais do Estado de São Paulo	5.560	88,99	688	11,01	6.248
Câmaras Municipais do Brasil	45.252	87,35	6.556	12,65	51.808
Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo	83	88,30	11	11,70	94
Assembléias Legislativas do Brasil	936	88,39	123	11,61	1059
Câmara Federal	468	91,23	45	8,77	513
Senado Federal	23	85,19	4	14,81	27

Fontes: Pechtoll, Maria Cristina P. Base – Pesquisa realizada com vereadores(as); CFEMEA: <http://www.cfemea.org.br/>

Os/As vereadores(as) apontaram alguns motivos para essa sub-representação das mulheres na política, ao se abordar o assunto na entrevista.

Uma das vereadoras entrevistadas demonstrou um forte preconceito contra as mulheres, ao colocá-las todas como pessoas sem inteligência, extremamente fúteis e desinteressadas:

Porque mulheres não votam em mulheres. Porque elas votam por um rosto bonito. [...] Se as mulheres tivessem consciência, elas já começariam a pensar em quem vão votar. Porque elas deixam pro último dia. Você pergunta pras amigas em quem votou, não sabem em quem votou, não sabem em quem vão votar, e não me interessa.⁶

Nessa generalização, a tal vereadora considerou apenas uma parcela do eleitorado feminino pouco informada e que se identifica, na sua grande maioria, com o que se parece *popular*. Esse comportamento não é privilégio das mulheres, mas de todos os segmentos marginalizados econômica e socialmente (AVELAR, 1996).

Apontaram-se características e papéis atribuídos social, cultural e historicamente ao mundo feminino como fatores para dificultar a presença das mulheres na política, o que se percebe pela fala do vereador:

⁶ Entrevista realizada pela pesquisadora com a Vereadora G, transcrição com as mesmas palavras.

São poucas as mulheres que dá (sic) a vida à política, se dedica à política. Por quê? Tem aquela questão mãe, né? Ainda a gente vê muito, de estar cuidando dos filhos, de pôr os filhos na escola, ainda tem muito isso. [...] Eu acho que ela (a mulher) tem medo de decisão ainda. De tomar decisão. [...] Eu acho que é a própria mulher que se segura. Falta iniciativa das mulheres⁷.

Outra vereadora arrola várias questões como empecilhos para uma participação feminina em maior número, tais como, os papéis tradicionalmente impostos às mulheres, a falta de consciência de sua própria importância, a falta de iniciativa, a condição social que não supre adequadamente as necessidades básicas. Apesar de tal vereadora agregar a questão de classe social em seu discurso, ela imputa a responsabilidade da não-participação às próprias mulheres, no plano do esforço individual.

[...] não é só na política. Nós temos que vir de base. Nós temos que fazer com que a mulher entenda o seu papel na sociedade, porque na minha opinião, muitas ainda não se conscientizaram. Ou porque não têm uma cultura suficiente ainda, a respeito de política, acha que a política não interessa, e ela tem que cuidar da casa, dos filhos, da comida, porque é verdade também, mas você pode, se você tiver condições, como é meu caso, por exemplo. Durante anos, na minha vida, eu não trabalhava na política, mas eu trabalhava em casa, e fora de casa. Eu não tinha uma segunda tarefa, naquele momento. [...] a mulher não sabe o quanto ela faz falta na política. Na minha opinião. E ela não dá tanto valor a isso. Eu já cansei de convocar mulheres para virem participar, se não quiser ser candidata pelo menos acompanhar os trabalhos da câmara, [...] pra você poder se inteirar, porque, na realidade, o que os vereadores, deputados estaduais, senadores federais fazem, mexe com a nossa vida. Tudo mexe com a nossa vida. Qualquer papel que você assina lá, aqui embaixo reflete, mas elas não percebem isso. Aliás, não é (sic) só elas, né? Muitos homens não percebem também. Pessoas mais simples não percebem, porque elas estão com uma preocupação primeira, qual é? De colocar as necessidades básicas que é, uma comida, um emprego, um salário, um atendimento de saúde, isso pra ele é importante. Quando ele tem isso, talvez ele até possa começar a pensar em política. Mas se ele não tiver essas questões básicas resolvidas, ele não se interessa com nada. A não ser alguma coisa muito pessoal pra ele.⁸

Pesquisas indicam que o *status* baixo – que tem como indicador principal o padrão de renda auferido – é um dos principais obstáculos à ascensão ao poder. A presença das mulheres nos parlamentos e postos de decisão está estreitamente relacionada à posição social que ela ocupa na sociedade, quanto mais alta é sua posição social, mais aumentam as chances de ocuparem esses espaços (AVELAR, 1996).

A ação coletiva, por meio do Movimento de Mulheres, para a proposição de políticas públicas que alavanquem a entrada das mulheres na vida política é uma resposta para solucionar o problema, como se vê na fala do vereador.

⁷ Entrevista realizada pela pesquisadora com o Vereador F, transcrição com as mesmas palavras.

⁸ Entrevista realizada pela pesquisadora com o Vereador E, transcrição com as mesmas palavras.

Eu acho que tem a ver exatamente com a falta de um trabalho mais efetivo em relação à garantia dos direitos da mulher na discussão política. [...] Agora, uma coisa é uma mulher estar liderando, outra coisa são movimentos que tenham como bandeira fundamental a questão das mulheres, a questão dos direitos das mulheres e de outros segmentos. Acho que falta fundamentalmente é essa cultura. Então, o resultado da falta de movimentos, você não tem a rigor política sendo construída. Se você não tem políticas sendo construídas, quase nunca você tem um diálogo que fortalece essa participação das mulheres⁹.

Ainda nessa mesma linha de pensamento, mas com um discurso mais incisivo, em que as mulheres são sujeitos da história a ser construída:

Nós só conquistamos as coisas com luta. Não adianta achar que política pública pras mulheres vai chegar porque o estado é machista. Os representantes do estado, do nosso estado, na sua maioria são homens. Majoritariamente de homens, não é? Então, não adianta acharmos que eles vão ter políticas. Se nós mulheres somos machistas, imagine os homens desse parlamento que eu conheço, que você conhece, esse parlamento que nós temos, que eles vão se sensibilizar com a luta das mulheres não. É na luta, tem que ser a luta do enfrentamento, da organização, do esclarecimento, que, muitas vezes, falta esclarecimento, entendeu?¹⁰

Finalmente, um último vereador constata que as políticas públicas específicas – desenvolvidas por administrações governadas por partidos do espectro político da esquerda – possibilitam a presença mais significativa das mulheres no legislativo:

Em Diadema, esse avanço em ter uma quantidade de mulheres maior, é exatamente por ela ser uma cidade há muito tempo governada por governos com uma tonalidade mais à esquerda, que avança um pouco mais nessa discussão, que capacitou ou possibilitou você eleger até esse número de mulheres. Eu acho ainda pouco. Eu acho que tem que ter uma paridade, porque tem bastante mulheres competentes em condições de ocupar espaços no legislativo, com representatividade, com condições e competência para, por exemplo, avançar muito mais nessas políticas públicas. Aqui já tem algumas, que fazem esse trabalho com muita competência.¹¹

4.1.2 O predomínio da maturidade entre os vereadores(as) do ABC

Os jovens nos Legislativos da Região do Grande ABC estão representados por apenas 2% de vereadores, os quais se encontram na faixa etária de 20 a 29 anos. Os vereadores(as) de 30 a 39 anos de idade são 16,33%. Existem 33,67% parlamentares entre 40 a 49 e 36,73% entre 50 a 59 anos. Os idosos¹², acima de 60 anos, são 11,22%.

⁹ Entrevista realizada pela pesquisadora com o Vereador C, transcrição com as mesmas palavras.

¹⁰ Entrevista realizada pela pesquisadora com a Vereadora B, transcrição com as mesmas palavras.

¹¹ Entrevista realizada pela pesquisadora com o Vereador A, transcrição com as mesmas palavras.

¹² De acordo a Lei Federal n. 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto da Pessoa Idosa - as pessoas acima de 60 anos são consideradas idosas.

Há um predomínio de vereadores(as) na idade madura nas Câmaras das sete cidades, acima de 40 anos são 81,6%. Não existe representatividade geracional equitativa quando se compara proporcionalmente a idade dos/das parlamentares com a idade da população acima de 20 anos da Região do Grande ABC, conforme demonstrada na Tabela 4.3.

Tabela 4.3 Distribuição dos vereadores(as), em 2007, por idade comparada à da população da Região do Grande ABC, Estado de São Paulo e Brasil – Censo 2000

Idade	Vereadores(as)		% População (acima de 20 anos)		
	N	%	Região Grande ABC	Estado de São Paulo	Brasil
De 20 a 29 anos	2	2,04	28,95	26,88	27,78
De 30 a 39 anos	16	16,33	25,90	23,64	23,43
De 40 a 49 anos	33	33,67	20,50	18,73	17,85
De 50 a 59 anos	36	36,73	12,36	11,81	11,59
Mais de 60 anos	11	11,22	12,29	18,94	19,35
Total	98	100,00			

Fontes: Pechtoll, Maria Cristina P. Base – Pesquisa realizada com vereadores(as); Censo Demográfico 2000 – IBGE

Chama atenção a sub-representação da juventude¹³, são apenas 2 vereadores entre 20 e 29 anos, sendo que na população da Região do Grande ABC essa faixa etária é de 29,95%.

Apesar de o legislativo local ser o espaço propício para o início de uma vida política eletiva, os jovens não estão presentes proporcionalmente nesse espaço. Isto pode ser resultado de três fatores distintos, que juntos potencializam a ausência da juventude na vida política.

O primeiro fenômeno é o grande desinteresse das pessoas jovens na participação sócio-política. Pesquisa de opinião pública do Instituto Cidadania/Sebrae/Instituto de Hospitalidade aponta que 85% dos jovens pesquisados não participam de atividades de nenhum grupo de jovens. Quando o assunto é política, o envolvimento é muito pequeno. Oito

¹³ Há divergências sobre a faixa de idade que compreende a juventude, já que não existe uma definição legal. O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece como adolescente a pessoa dos doze aos dezoito anos, mas não se refere à juventude. A ONU, por ocasião do Ano Internacional da Juventude, em 1985, definiu como jovens as pessoas entre 15 e 24 anos. Vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) é responsável por articular os programas e projetos, em âmbito federal, destinados aos jovens na faixa etária entre 15 e 29 anos. Para fins desta pesquisa, considerou-se jovem a pessoa até 29 anos.

por cento dos jovens disseram participar de reuniões de partidos políticos. Sendo que 6% haviam participado em algum momento, mas não participavam mais (ABRAMO, BRANCO, 2005).

Em segundo lugar, a questão econômica é um fator que pode influenciar fortemente nessa questão. O trânsito entre a dependência e a autonomia econômica para os jovens se modificou por conta do prolongamento da condição de estudante no tempo e demora na entrada no mercado de trabalho (LEÓN, 2005).

As campanhas políticas têm sido extremamente caras, o que seria um impeditivo para os mais jovens, pois ainda não galgaram uma estabilidade econômica suficiente para se lançarem em campanhas políticas. Só como exemplo, a despesa declarada no Tribunal Eleitoral de uma candidatura que obteve em torno de 3.000 votos na cidade de Santo André foi de R\$ 60.000.00¹⁴.

O terceiro fator é a construção social das idades em que a representação de cada fase da vida está marcada por características determinadas cultural e historicamente. Cada geração atua com relação a si própria e outras com base nessa representação. Desse modo, a juventude pode ser privilegiada ou desprestigiada conforme o fato social a que esteja relacionada e aos papéis que lhe são atribuídos. Essa construção social estabelece estereótipos. Os jovens são constantemente identificados ou temidos como força de mudança e de turbulência que poderia abalar a ordem social. Os substantivos transitoriedade, turbulência, agitação, tensão, ruptura, crise, conflito, instabilidade, ambigüidade, liminaridade, flexibilidade, inquietude são fortemente relacionados à juventude na construção de tal estereótipo (BOGHOSSIAN, 1999).

Infelizmente, essas características negativas, que se impõem socialmente à juventude, podem ser um dos fatores mais fortes para que os eleitores não sintam segurança em votar em uma pessoa jovem.

De outro lado, essa mesma construção social das idades pode influenciar, de maneira positiva, quando se observa a representação de idosos entre os/as vereadores(as). Essa representação, de 11%, está equilibrada com a proporção de pessoas da terceira idade da população da Região do Grande ABC, 12%. Diante de frases do senso comum sobre a velhice, pesquisa de opinião pública da Fundação Perseu Abramo indica o consenso quase absoluto à idéia que *os idosos têm muita coisa para ensinar* – 94% de concordância entre os

¹⁴ Site do Tribunal Superior Eleitoral em prestação de contas - eleições 2004 - <http://www.tse.gov.br/internet/index.html>.

idosos e 96% entre não-idosos – e que *envelhecer é um privilégio* – concordam 86% e 82%, respectivamente ¹⁵.

4.1.3 A hegemonia branca entre os/as parlamentares

Os/As vereadores(as) identificaram-se, majoritariamente, como brancos, são 76,53%. Há apenas 1% de indígenas e 2% de amarelos, 9% que se identificaram como pretos e 11% como pardos.

Para a análise alinhar-se a diversos estudos demográficos, que enfocam a questão racial no Brasil, agruparam-se as pessoas que se declararam pretas ou pardas, na categoria negra. De acordo com pesquisa do UNIFEM/IPEA:

Embora as pessoas que se identifiquem como pardas possam vir de diferentes cruzamentos inter-raciais, é plausível supor que a maior parte das pessoas que assim se classifica reconheceria a existência de ancestrais pretos em suas árvores genealógicas. Desta forma, assume-se que os negros (pretos ou pardos) são as pessoas que possuem ascendência africana e cujas marcas desta ascendência se manifestam com maior ou menor intensidade em sua aparência física. (PINHEIRO, SOARES, 2005).

Com esse agrupamento, a Tabela 4.4 registra que as câmaras da Região do Grande ABC têm uma representação de 20,4% de negros.

Tabela 4.4 Distribuição de vereadores(as) por cor/etnia comparada à da população da Região do Grande ABC, Estado de São Paulo e Brasil

Cor/etnia	Vereadores(as)		% População		
	N	%	Região Grande ABC	Estado de São Paulo	Brasil
Branca	75	76,5	70,1	70,7	53,7
Negra	20	20,4	27,9	27,2	44,7
Amarela	2	2,04	1,2	1,2	0,4
Índigena	1	1,02	0,2	0,2	0,4
Não declarada	0	0	0,7	0,7	0,7
Total	98	100,00	2.354.722	37.035.456	169.872.856

Fontes: Pechtoll, Maria Cristina P.. Base – Pesquisa realizada com vereadores(as). Censo Demográfico 2000 – IBGE.

¹⁵ FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na 3ª idade*. São Paulo: FPA. 2007. Disponível em: < <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/index.php?storytopic=1642>>. Acesso em 3 jun 2007.

Constata-se uma sub-representação das pessoas negras nas câmaras ao se comparar com a proporção da população negra da Região do Grande ABC, que é de 27,9%.

Ainda, é interessante observar que a proporção da população negra brasileira é bem maior do que a da Região do Grande ABC. No Brasil há 44,7% de pessoas negras.

É importante registrar a desigualdade de gênero reproduzida quando da intersecção com a categoria de análise raça/etnia. Também entre os parlamentares negros existe uma sub-representação das mulheres, há apenas uma vereadora negra.

Cabe considerar que houve duas perguntas para a identificação da cor/etnia dos informantes. A primeira fechada, com as opções estabelecidas conforme os sentidos do IBGE, ou seja, branca, preta, amarela, parda ou indígena. Com o resultado dessas respostas, tabulou-se a quantidade de vereadores(as) quanto à cor/etnia.

Em seguida, fez-se a pergunta aberta: *Como o/a senhor(a) se define em relação à raça ou etnia?* A intenção foi verificar a auto-definição de cada pessoa, quando não estão sujeitas a categorização prévia.

Muitos não entenderam tal pergunta. Não houve resposta por 28%, pois consideraram que sua resposta à pergunta anterior já bastava. Onze por cento entenderam que a pergunta se referia a sua posição quanto a preconceito ou racismo, pois algumas das respostas foram: *somos todos iguais, isonômico, contra qualquer preconceito racial/étnico, humana, com igualdade a todas as outras raças*. Mas, de outro lado, houve 43% que se definiram como brancos, 3% como pretos, 2% como pardos, 3% como morenos, 5% como negros e uma pessoa respondeu *afroeurodescendente*.

Os/As vereadores(as) que se declararam de cor preta são 9,18%, porcentagem bem maior do que os 3,7% da população da Região do Grande ABC que assim se identificam. Isso pode denotar que tais vereadores(as) tratam a questão racial em consonância com o movimento negro, no sentido de abrir caminho para novas conquistas e valorização da população afro-descendente.

O Movimento Negro é um movimento social em que os discriminados afro-descendentes se organizam para lutar contra a ideologia que os exclui e as práticas que os oprimem pela desvalorização de suas potencialidades. Sua luta é simultaneamente pela igualdade e pelo reconhecimento da diferença. “Reivindicam o direito de ser iguais quando a diferença os inferioriza e o direito de ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza” (SANTOS, 1997).

A possibilidade de haver uma consciência crítica em relação à questão racial por parte daqueles que se declaram pretos ou negros fica mais evidente quando se constata que

alguns tinham menos pigmentação da pele, revelando com menor intensidade os traços de sua ascendência. Ao contrário do que ocorreu com vereadores que, embora visivelmente possuíssem traços de pessoa negra, se classificaram como brancos.

Vereadores(as) abordaram a questão racial nas entrevistas quando a promoção da igualdade estava sendo tratada. Alguns, embora negros ou pardos, revelaram posições antagônicas às defendidas pelo Movimento Negro:

Ele (o governo) me pega ali e ele me estabelece (sic) cotas dentro de uma faculdade. A partir do momento que você estabelece cota, que eles dizem que é prá combater o racismo, o preconceito e outras coisas, a partir do momento que você estabelece cota você estabelece o racismo. O próprio governante ele tá fazendo o que? O racismo. Ele tá promovendo o que? O preconceito. Porque numa escola que estuda o negro, que estuda o branco, que estuda o pardo, é a mesma escola. Você vai, por exemplo, numa escola estadual aqui, você vai ver que aqui tem várias raças, várias etnias aí que estão estudando. Na minha família, por exemplo, tem pessoas de cor preta, negro, e, portanto a gente não tem que ter preconceito nenhum. Então, eu acho o seguinte, eu acho que isso daí vale pela capacidade da pessoa. Se você estudar bem, você vai passar, você vai ser um bom aluno, agora se você estudar mal, é através de cotas que vai resolver seu problema?¹⁶

Percebe-se que esse raciocínio tende a considerar as desigualdades sociais como efeito de incapacidade individual e não como sinal de injustiças provenientes da estrutura social, política e econômica.

Outros discursos deram importância ao combate ao preconceito e à discriminação racial:

Eu só acho que nós não devemos perder a perspectiva de continuar lutando pra que haja essa igualdade, e essa diminuição em relação a essa questão de gênero. Porque é muito triste às vezes ver umas falas, às vezes até por inocência, pela cultura que está implementada no povo brasileiro, pela mídia, grande mídia, que discrimina às vezes, num personagem de novela, [...] fiquei vendo parte da novela, que tinha o Lázaro Ramos, era aquele rapaz negro, fazendo um personagem, um bobalhão numa novela [...] Às vezes, isso me toca e eu assisto algumas partes daquela novela pra ver como combater essas desigualdades, essas perseguições, essas distorções, que nós da sociedade, eu digo nós porque eu ainda fiz muito pouco pra me retirar fora desse bloco que tem essa postura de incompreensão do problema. [...] são barreiras que têm que ser derrubadas, tem que ultrapassar os limites e nós atingirmos um estado no qual todos tenham igualdade de condições, independente do gênero, de raça, da cor, etc.¹⁷

A vereadora considerou importante a recuperação e valorização da identidade afro-descendente, com presença e visibilidade na mídia:

[...] Só do partido ter mulher, ter negros, isso já cria a visibilidade, aquela questão do outro. Eu gosto de ver negros na televisão. Eu não gosto da Globo. Não acho que a Globo tenha a melhor proposta, mas eu gosto de ver

¹⁶ Entrevista realizada pela pesquisadora com o Vereador D, transcrição com as mesmas palavras.

¹⁷ Entrevista realizada pela pesquisadora com o Vereador A, transcrição com as mesmas palavras.

negro na Rede Globo, entendeu, porque eu tô lá, eu tô participando. Não é que o programa, que a novela seja maravilhosa, e que aquele negro que esteja lá esteja fazendo um papel que eu gostaria de ver. Eu acho que o Lázaro Ramos tem muito mais talento que fazer Cobras e Lagartos, mas eu gosto de ver o Lázaro Ramos lá. Porque é um espaço, porque a população brasileira não vai ao teatro. Ela vê aquilo ali. Quando ela vê um Lázaro Ramos ali, um “neguinho”, neguinho entre aspas, não é? Que não tem a estética e a beleza que nós brasileiros e que a sociedade brasileira têm como padrão.¹⁸

Porém, em geral, percebe-se que a recuperação e valorização das identidades é um processo ainda em curso e pouco elucidado, ou mesmo pouco valorizado entre os/as parlamentares.

4.1.4 A maioria dos/das Vereadores(as) não vivem sozinho(as)

Quanto ao estado conjugal dos/das parlamentares, verifica-se que 73% são casados ou vivem maritalmente com alguém. Comparando-se à população da Região do Grande ABC, existe uma grande diferença, pois na região as pessoas casadas ou em união consensual são 47%. Também há uma diferença substancial na proporção de vereadores(as) separados ou divorciados, 14%, com a existente na população da região, 5%. Porém, nesse caso, os números seguem a tendência que se mostra nos últimos censos, em que triplicaram os divorciados.

Tabela 4.5 Distribuição de Vereadores(as) por estado conjugal comparada à população da Região do Grande ABC, Estado de São Paulo e Brasil

Estado Conjugal	Vereadores(as)		% População (acima de 15 anos)		
	N	%	Região Grande ABC	Estado de São Paulo	Brasil
Casado(a)/Amigado(a)	72	73,47	46,95	41,2	37,0
solteiro(a)	10	10,20	42,65	48,9	54,8
víuvo(a)	2	2,04	5,17	5,0	4,6
separado(a)/divorciado(a)	14	14,29	5,24	4,9	3,6
Total	98	100,00	1.748.401	27.290.237	119.556.675

Fontes: Pechtoll, Maria Cristina P. Base – Pesquisa realizada com vereadores(as).
Censo Demográfico 2000 – IBGE

¹⁸ Entrevista realizada pela pesquisadora com a Vereadora B, transcrição com as mesmas palavras.

O que pode explicar essa proporção maior de vereadores casados é o fato de haver 81,6% dos(as) vereadores(as) com idade acima de 40 anos, fase da vida na qual a maioria das pessoas vive em união estável.

4.1.5 O alto nível de escolaridade presente nos Legislativos do ABC

A porcentagem de parlamentares que terminaram o ensino superior é expressiva, 63%. Encontram-se 29,6% de parlamentares com ensino médio completo e o superior incompleto.

Esses dados demonstram um alto nível de escolaridade dos vereadores(as), visto que, apenas 7 % da população da Região do Grande ABC são graduados em nível superior, como se observa na Tabela 4.6.

Tabela 4.6 Distribuição de vereadores(as) por escolaridade comparada à população da Região do Grande ABC, Estado de São Paulo e Brasil

Escolaridade	Vereadores(as)		% População (acima de 15 anos)		
	N	%	Região Grande ABC	Estado de São Paulo	Brasil
Sem instrução	-	-	5,4%	6,7%	11,6%
Fundamental incompleto	3	3,06	39,6%	43,1%	47,6%
Fundamental completo ou Médio incompleto	4	4,0	22,9%	20,7%	17,4%
Médio completo ou Superior incompleto	29	29,6	24,6%	21,8%	17,5%
Superior completo ou mais	62	63,27	7,1%	7,3%	4,9%
Total	98	100,00%	1.748.251	27.290.237	119.556.675

Fontes: Pechtoll, Maria Cristina P. Base – Pesquisa realizada com vereadores(as).
Censo Demográfico 2000 – IBGE

Entretanto, mesmo com esse alto nível de escolaridade, 93% com ensino médio completo ou mais, houve casos de dificuldade de compreensão de várias perguntas do formulário, o que pode denotar analfabetismo funcional. Essa constatação reflete o resultado de pesquisa de 2003 realizada pelo IBOPE, em que foi detectado que 38% dos brasileiros podem ser considerados analfabetos funcionais, isto é, não conseguem utilizar a leitura e a escrita na vida cotidiana. Esse levantamento do IBOPE também detectou que só um em cada

quatro brasileiros consegue entender totalmente as informações de textos mais longos e relacioná-las com outros dados¹⁹.

De outro lado, a elevada escolaridade dos/das legisladores, pode influenciar a eleição dos candidatos, principalmente ao se observar dois segmentos da população sub-representados, as mulheres, que são 52% da população da região e, no entanto, apenas 10% nos legislativos, e os negros, que constituem 28% da população da região, porém, representados por 20% nas câmaras.

Com maiores oportunidades de estudar, aumentam as possibilidades de ocupar espaços de poder. Observa-se tal fenômeno por dois lados diferentes na comparação com os indicadores da sociedade.

Em relação às vereadoras, destaca-se que todas têm ensino superior completo. Esse fato segue a tendência atual da população em geral, em que as mulheres apresentam nível de escolarização superior ao dos homens. Cabe observar a média de anos de estudo da população ocupada de 16 anos ou mais. Em 2003, as mulheres tinham, em média, 7,8 anos de estudos contra 6,8 dos homens²⁰.

Considera-se a educação um dos fatores cruciais para a entrada das mulheres na elite política, de acordo com a União Inter-Parlamentar (*Inter Parliamentary Union – UPI*), organização internacional (AVELAR, 1996). A elevada escolaridade passa a ser um instrumento de luta para as mulheres conquistarem melhores posições no mundo majoritariamente masculino.

De outro lado, observa-se que dentre a população negra as taxas de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais era de 16,8% em 2003 e entre a os brancos era de 7,1%²¹. No entanto, a escolaridade dos vereadores negros (pretos e pardos) é elevada, 90% têm ensino médio completo ou mais.

4.1.6 A religião católica é predominante dentre os vereadores(as)

A religião católica dentre os vereadores(as) predomina, alcançando 72,45%.

No formulário, agrupou-se as religiões protestantes e evangélicas em uma só opção de resposta. Segundo a lógica dos dados referentes à Região do Grande ABC, em que

¹⁹ ANALFABETISMO funcional atinge 38% em pesquisa. Folha On Line, 09 set. 2003, disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u13599.shtml>>, acesso em 25 maio 2007.

²⁰ PINHEIRO, Luana Simões, SOARES, Vera. *Retratos da Desigualdade*. Brasília: UNIFEM/IPEA, 2005, CDROM.

²¹ Idem.

12,8% dos evangélicos são pentecostais e apenas 5,8% são tradicionais, é possível que os 14% de vereadores(as) que escolheram essa opção sejam, em sua grande maioria, evangélicos pentecostais.

Identifica-se como evangélicas pentecostais as igrejas: Assembléia de Deus, Igreja Universal do Reino de Deus, Evangelho Quadrangular, Renascer em Cristo. Igreja da Graça, entre as mais conhecidas. Denomina-se como protestantes, evangélicas tradicionais ou históricas as igrejas: Adventistas do 7º Dia, Luterana, Batista e Presbiteriana, por exemplo.

A religião é uma das poucas características sociais dos/das parlamentares que quase se iguala à proporção que se apresenta na população em geral, como se observa no Tabela 4.7.

Tabela 4.7 Distribuição de vereadores(as) por religião comparada à população da Região do Grande ABC, Estado de São Paulo e Brasil

Religião	Vereadores(as)		% População (acima de 10 anos)		
	N	%	Região Grande ABC	Estado de São Paulo	Brasil
Católica	71	72,45	69,9	71,0	74,0
Protestante/Evangélica	14	14,29	18,6	16,4	15,0
Espírita	6	6,12	2,4	2,3	1,5
Outra religião	3	3,06	1,0	3,0	2,2
Sem religião	3	3,06	7,2	7,1	7,2
Não determinada	1	1,02	0,5	0,2	0,2
Total	98	100,00	2.354.722	60.171.507	268.068.931

Fontes: Pechtoll, Maria Cristina P. Base – Pesquisa realizada com vereadores(as).
Censo Demográfico 2000 - IBGE

Comparando os dados do Censo de 2000, em que 74% da população eram católicos e 15% evangélicos, com pesquisa por amostragem²² de 2007, em que 65% se declararam católicos e 22% evangélicos, observa-se uma queda nessa supremacia histórica da Igreja Católica no Brasil.

Tal pesquisa acusa que os católicos que mudaram de religião nos últimos anos, 58,9%, tiveram como principal destino alguma das igrejas evangélicas pentecostais.

A diversidade religiosa brasileira vem aumentando nas últimas décadas, segundo informações coletadas pelo Censo 2000, que permitiram identificar maior pluralidade religiosa. A Região do Grande ABC não difere do contexto nacional no que diz respeito à religiosidade, visto que, mesmo

²² Pesquisa do Instituto Vox Populi, Revista Carta Capital, 9 mai 2007.

predominando a religião católica, é possível constatar uma evolução na proporção de evangélicos, com considerável crescimento dos pentecostais (CARVALHO, 2004, p. 55).

Observa-se que entre os vereadores evangélicos, vários exercem posição de liderança em suas religiões, inclusive, incluindo em seu nome parlamentar a palavra *Pastor*.

Entre os vereadores protestantes/evangélicos, 28,57% disseram que suas comunidades religiosas influenciaram em suas eleições. Os vereadores católicos também mencionaram a influência da igreja em suas eleições, porém, em menor proporção, foram apenas 11,26%. Essas informações foram levantadas pela pergunta nº 21 do formulário, como se observará na seção 4.2.9.

Nesse sentido, outra pesquisa por amostragem²³ constata que os pentecostais rejeitam menos a ligação da religião com causas políticas do que os católicos.

Pela teoria de Max Weber, desenvolvida no clássico *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, o sucesso financeiro é tido como graça divina. Por essa lógica, os pentecostais estimulam a conquista de uma renda maior a partir de uma *teologia da prosperidade*.

Por um lado, as igrejas pentecostais usam como fórmula a *cura-exorcismo-prosperidade* como solução para todos os problemas humanos e têm como fatores determinantes do seu crescimento a pobreza urbana, o medo do dissenso social, a incerteza na manutenção do emprego, a violência (CAMPOS, 1998).

Por outro lado, um mandato político também pode ser visto como graça divina e como instrumento para a solução dos problemas financeiro do político e, de certa forma, daqueles a quem ele está representando.

Se a religião evangélica pentecostal, ao contrário da católica, tem representantes eleitos pelos fieis, seus mandatos, de alguma forma, poderão também servir para a defesa de doutrinas e dogmas dessa igreja, principalmente porque os que a professam têm uma fidelidade maior aos seus preceitos.

²³ Pesquisa Data Folha Os Brasileiros e a Religião, 6 mai 2007.

4.1.7 A representação político-partidária nas Câmaras Municipais do ABC

A pesquisa por meio do preenchimento dos formulários foi realizada em um período em que houve fusão de partidos, dando origem a outros. Além do que, também houve vereadores(as) que mudaram de sigla partidária. Dessa maneira, procedeu-se a atualização das informações a respeito dos partidos com consulta aos sites das respectivas câmaras municipais, no momento da análise dos dados.

Existe uma representação diversificada de partidos políticos nas câmaras municipais da Região do Grande ABC, como pode ser observado pela tabela 4.8.

Tabela 4.8 Distribuição de vereadores(as) da Região do Grande ABC por partidos políticos em maio de 2007

Partidos Políticos	N	%
PT – Partido dos Trabalhadores	21	21,43
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira	17	17,35
PSB – Partido Socialista Brasileiro	8	8,16
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro	7	7,14
PV – Partido Verde	7	7,14
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro	6	6,12
DEM – Democratas	6	6,12
PDT – Partido Democrático Trabalhista	4	4,08
PR – Partido da República	4	4,08
PSDC – Partido Social Democrata Cristão	4	4,08
Sem partido	4	4,08
PPS – Partido Popular Socialista	2	2,04
PSC – Partido Social Cristão	2	2,04
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade	2	2,04
PC do B – Partido Comunista do Brasil	1	1,02
PHS – Partido Humanista da Solidariedade	1	1,02
PMN – Partido da Mobilização Nacional	1	1,02
PP – Partido Progressista	1	1,02
Total	98	100,00

Fontes: Pechtoll, Maria Cristina P. Base – Pesquisa realizada com vereadores(as).

Considerando os 98 informantes – não a totalidade de vereadores(as) que são 106 – as duas maiores bancadas são a do Partido dos Trabalhadores – PT, com 21%, e a do Partido Social Democrático do Brasil – PSDB, com 17%. Em seguida, entre 8 e 6% de representação, há um bloco com os seguintes partidos: DEM, PSB, PTB, PV e PMDB. Outro bloco é formado por: PDT, PR, PSDC e os sem partido, com 4% de representação cada um.

Existem três partidos, PPS, PSC, PSOL, que têm 2% de representação cada um. Por último, com apenas um vereador, há o PC do B, PHS, PMN e PP.

Apesar dessa fragmentação, a reprodução da configuração partidária polarizada entre os partidos PT e PSDB, que se situam como opositores em níveis nacional e estadual, se repete na região, como era de se esperar. A Região do Grande ABC tem a maior bancada do partido que está no poder em nível federal, o PT, e a segunda maior bancada alinha-se ao partido que comanda o Estado de São Paulo, o PSDB.

Embora esses dois partidos tenham as duas maiores bancadas, os prefeitos das cidades que pertencem a esses partidos não contam com a maioria das cadeiras legislativas, fruto da alta fragmentação do sistema partidário. O resultado é um governo dividido, que o obriga a fazer coalizão política.

4.1.8 Pouca renovação é a marca dos Legislativos da Região do Grande ABC

A pouca renovação dos/das parlamentares é uma das características dos Legislativos da Região do Grande ABC. Os vereadores que estão em seu primeiro mandato são apenas 35,71% e é grande o número de vereadores há mais de 3 mandatos sem interrupção, 43,88%.

Tabela 4.9 Distribuição de vereadores(as) por número de mandatos

Numero de Mandatos	N	%
1 mandato	35	35,71
2 mandatos	20	20,41
3 mandatos	19	19,39
4 mandatos	17	17,35
Mais de 5 mandatos	7	7,14
Total	98	100,00

Fonte: Pechtoll, Maria Cristina P. Base – Pesquisa realizada com vereadores(as).

Pode-se explicar o fato, considerando que os/as vereadores(as) se lançam a reeleição em vantagem sobre aqueles(as) que não estão exercendo a vereança. Os que já são vereadores(as) possuem estrutura material e funcionários em seus gabinetes que possibilitam uma dedicação e visibilidade contínua no trabalho político. Muitos se dedicam exclusivamente ao mandato. Os pleiteantes a um mandato não possuem as mesmas

possibilidades de dedicação e visibilidade, mesmo porque a maioria precisa conjugar sua militância política com o exercício de atividade profissional.

Na mesma lógica desenvolvida por Leal a respeito da Câmara Federal, infere-se que a grande tendência de os/as vereadores(as) concentrarem tempo, esforço e recursos legislativos para a reeleição, transforma a estrutura de seus gabinetes em máquina eleitoral (2005).

4.1.9 Ocupações e atividades profissionais dos/das vereadores(as)

Para a caracterização dos/das vereadores(as) quanto a suas atividades profissionais ou ocupações, considerou-se as atuais atividades daqueles que mantiveram suas ocupações além da vereança, que são a maioria, 60%. Para os demais 40% que desempenham o papel de parlamentar com exclusividade, computaram-se as ocupações e atividades profissionais que tinham antes de se elegerem.

Diante da grande variedade de ocupações relacionadas, foi necessário categorizá-las em 6 grupos: 30% são proprietários de estabelecimentos de serviços e comércio, 25,5% são profissionais liberais, os empresários constituem 13%, assim como trabalhadores manuais e na indústria, funcionários de administração pública são 9% e professores somam 6%, como se observa na Tabela 4.10.

Tabela 4.10 Distribuição de vereadores(as) por ocupação ou atividade profissional

Ocupações/Profissões	N	%
Proprietários de estabelecimentos de serviços e comércio	30	30,61
Profissionais liberais	25	25,51
Empresários, todos os tipos	13	13,27
Trabalhadores manuais e na indústria	13	13,27
Funcionários de administração pública	9	9,18
Professores	6	6,12
Outras situações	2	2,04
Total	98	100,00

Fonte: Pechtoll, Maria Cristina P. Base – Pesquisa realizada com vereadores(as).

Constata-se que quem continuou com sua ocupação profissional não o fez como funcionário, com exceção de três vereadores que mantiveram vínculo empregatício.

Possivelmente porque a existência desse vínculo poderia prejudicar o exercício do mandato ou inviabilizar o trabalho profissional, pela dificuldade de compatibilizar horários.

Ao se desagregarem as profissões e ocupações, destacam-se as quantidades de: comerciantes – 16, advogados – 11, metalúrgicos – 11, médicos – 9 e empresários – 9.

4.2 Percepções dos/das vereadores(as) da Região do Grande ABC relativas às relações de gênero.

Nas próximas seções, passa-se a analisar e interpretar os resultados obtidos pelas respostas às perguntas elaboradas com a finalidade de se obter percepções relativas às relações de gênero, mas principalmente sobre as políticas públicas de promoção da igualdade entre homens e mulheres.

4.2.1 A importância de se considerar a perspectiva de gênero na formulação de políticas públicas

A questão do formulário que teve como objetivo responder ao problema principal desta pesquisa foi: *Qual das alternativas abaixo corresponde melhor ao que o/a senhor(a) acha acerca da maneira como deve ser tratada a questão de gênero nas políticas públicas – políticas de promoção da igualdade entre homens e mulheres?* Os informantes tinham como opção a essa pergunta quatro alternativas: *a) Nenhum projeto de cunho social deveria ser levado a plenário se não considerasse a questão de gênero; b) Seria bom que os vereadores considerassem a questão de gênero na formulação de seus projetos; c) Admito que seja importante tratar da questão de gênero, mas essa questão não pode ser considerada obrigatória no processo legislativo; d) A questão de gênero só deve ser considerada em projetos que tratam especificamente dessa questão.*

A gradação da importância de acordo com a escolha das alternativas é: para a alternativa *a* – *muito importante*, para a *b* – *importante*, para a *c* – *um pouco importante* e para a alternativa *d* – *nada importante*.

Como pode ser visto na Tabela 4.11, a distribuição dos vereadores(as) na escala de importância estabelecida acerca de se considerarem as questões de gênero na formulação de políticas públicas foi equilibrada. Ao se estabelecer a dicotomização entre aqueles que têm a percepção de *muito importante* e *importante* em um grupo e, de outro lado, aqueles que

percebem a questão como *um pouco importante* ou *nada importante* registra-se que mais da metade dos vereadores(as), 54 %, dão importância significativa à questão em pauta.

Tabela 4.11 Distribuição percentual dos vereadores(as) conforme importância de se considerarem as questões de gênero na formulação de políticas públicas

Grau de Importância	N	%
Muito importante	23	23,47
Importante	30	30,61
Um pouco importante	21	21,43
Nada importante	24	24,49
Total	98	100,00

Fonte: Pechtoll, Maria Cristina P. Base – Pesquisa realizada com vereadores(as)

A elaboração dessa pergunta e de suas alternativas teve como pano de fundo a estratégia – conhecida no Brasil como *transversalidade de gênero* – que se difundiu a partir da IV Conferência Mundial das Mulheres de Beijing, em 1995. Pensou-se tal estratégia diante do diagnóstico que, mesmo nos países que haviam aderido aos compromissos internacionais, frutos de conferências anteriores, não se estava obtendo avanços significativos na promoção da igualdade entre homens e mulheres.

A transversalidade de gênero supõe pensar políticas públicas com uma nova visão de competências, em que a responsabilidade de conceber, planejar e executar as políticas de gênero não seja incumbência exclusiva de um organismo único e isolado no organograma do governo. Os agentes públicos, sejam eles do executivo, do legislativo ou do judiciário, devem ser responsabilizados em relação à superação das assimetrias de gênero, nas e entre as distintas esferas do governo. “Essa transversalidade garantiria uma ação integrada e sustentável entre as diversas instâncias governamentais e, conseqüentemente, o aumento da eficácia das políticas públicas, assegurando uma governabilidade mais democrática e inclusiva em relação às mulheres” (BANDEIRA, 2005, p. 7).

Nessa perspectiva, a transversalidade de gênero deveria ser contemplada nas diversas políticas de governo, principalmente na educação, saúde, geração de trabalho e renda, cultura, inclusão social.

Tal conceito de transversalidade implícito nessa questão, aparece no discurso de vereadores(as) que escolheram as alternativas *a* e *b*, que, para fins desta pesquisa, foram

categorizados como aqueles que dão importância significativa a se considerarem as questões de gênero na formulação de políticas públicas.

No trecho a seguir, apresenta-se a argumentação consistente da vereadora quando comenta a respeito de sua escolha pela alternativa *a* – *nenhum projeto de cunho social deveria ser levado a plenário se não considerasse a questão de gênero*.

[...]Vamos supor aqui que você esteja discutindo a questão da saúde. Ela tem um projeto de criar um novo hospital, e na cidade, ou creche na cidade, como é que você não vai levar em consideração a discussão de gênero? Não é? A mulher que trabalha, qual é o percentual disso na cidade? Qual é o número de vagas que é necessário pra cidade, do ponto de vista de uma creche? Na questão também da saúde da mulher, como é que você não discute especificamente a questão de quantos leitos? Como é que você não discute especificamente a questão da saúde da mulher? Então, não dá pra você pensar em projetos, tanto do executivo quanto do legislativo, sem pensar na questão de gênero. E quando eu falo projeto, eu falo projeto importante, que mexe com a estrutura da cidade. [...]Então, é isso, na questão do trabalho, também, na geração de trabalho e renda. [...] Quando nós vamos [...] discutir a questão da violência... [...]. Quando você cria uma Secretaria de Segurança, você tem que criar um espaço pra fazer essa discussão específica, que é a questão da violência contra a mulher. E a violência doméstica, também... Não dá pra ter uma proposta de Secretaria de Segurança e não ter um espaço prá ser discutido. Por exemplo, eu apresentei um projeto, que os hospitais, no mínimo, é um projeto mínimo, porque tá muito difícil de passar projeto com esse governo que nós temos aí. [...] Eu acho que ter vontade política não só na fala, por exemplo, eu acho que a Secretaria Nacional de Políticas [...] para Mulheres, na verdade, é muito bom. Só que eu acho que não tem que ser só uma Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, uma Secretaria Especial de Igualdade Racial, e depois o Ministério da Casa Civil não pensa isso. [...] O Ministério da Educação não pensa isso, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, ou em Goiás [...]. Eu acho que só isso é bom, é importante, porque é inovador, é um passo a mais. [...] Porém, eu acho que não dá pra ser uma coisa separada da outra, entendeu? Não dá pra pensar o PAC sem pensar em políticas para as mulheres. [...] Não dá pra existir só uma secretaria, né? Tem que existir a secretaria, que eu continuo dizendo que é um passo muito importante, mas não só isso. [...]Essa discussão tem que estar em todos os setores da sociedade e, principalmente, nos espaços governamentais que têm política de governo.²⁴

O vereador, que também escolheu a mesma alternativa, não tem um discurso tão elaborado, porém manifesta sua opinião de que a perspectiva de gênero deve ser preocupação das diversas instâncias governamentais e da sociedade civil.

É uma coisa que nós precisamos levar pro meio dos poderes legislativos, em qualquer esfera, de qualquer ente federado, e qualquer projeto que seja discutido, relacionar essa questão, tem que ser colocado no segmento que discutiu isso, levar prá Associação de Mulheres, prá Associação de Gays, lésbicas, bissexuais etc. [...] E essa questão do gênero é uma questão que tem que estar à tona a todo momento no Poder Legislativo, no Poder Executivo,

²⁴ Entrevista realizada pela pesquisadora com a Vereadora B, transcrição com as mesmas palavras.

na Câmara Federal, nos segmentos sociais, na OAB, na Igreja. [...] Porque, no momento que você vai aprovar uma lei, ele (o segmento das mulheres) é discriminado? Ele não é encarado como sendo um elemento que está englobado naquela decisão. Então, ele tem que ser levado em consideração, os legisladores têm que levar em consideração isso em todos os projetos que são votados, têm que ser debatidos com esses segmentos, com todos os segmentos, senão não tem seriedade nos processos, nos projetos legislativos.²⁵

4.2.2 Conhecimento de organismos administrativos específicos que se dedicam às políticas de gênero

Ao se constatar a existência de organismos específicos na administração pública que formulam e executam políticas para a promoção da igualdade entre homens e mulheres, elaborou-se a questão: *O/A senhor(a) conhece algum organismo específico que trata das questões de gênero – políticas de promoção da igualdade entre homens e mulheres – nos executivos municipal, estadual ou federal? Em caso positivo. Qual/Quais?*

Os/As vereadores(as) que ainda desconhecem organismos nos executivos das esferas municipal, estadual ou federal que lidam com políticas de gênero são 27,55%.

Os 72,45% dos/das parlamentares que disseram conhecer algum organismo específico lembraram das assessorias, das coordenadorias e dos núcleos por 17 vezes. A Delegacia da Mulher teve 15 citações. Com 12 citações, vem, em seguida, a SPM – Secretaria Especial de Políticas para a Mulher do Governo Federal. Citaram, igualmente, e por oito vezes cada uma, as secretarias municipais da área da assistência social, a Casa Bete Lobo de Diadema, a SEPIR - Secretaria Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial do Governo Federal. Apesar de a pergunta referir-se aos organismos nos executivos, lembrou-se também, por 7 vezes, de entidades da Sociedade Civil, tais como Fé-Minina - Movimento e Mulheres de Santo André, CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria, EDMAN - Entidade de Defesa da Mulher Afrontada e Negligenciada, de Ribeirão Pires, sociedade amigos de bairro. Lembraram, por 4 vezes cada uma, os organismos (coordenadorias, secretarias ou assessorias municipais) de gênero e raça, de Educação e Esporte e da Saúde da Mulher. Tiveram duas citações cada, a Casa Abrigo Regional, o Conselho Estadual da Condição Feminina, o Grupo de Trabalho de Gênero e Raça do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC. Ainda referenciaram os seguintes nomes: Conferências Municipais e Estaduais, Conselho Municipal Etnias, Conselho Tutelar, CRAMI, CREPIR, DASCID - Conselho da

²⁵ Entrevista realizada pela pesquisadora com o Vereador A, transcrição com as mesmas palavras.

Mulher, Fórum Regional de Combate à Violência, Movimento Negro, Plajan-OAB-SCS, Rede Feminina de Combate ao Câncer – Municipal, Secretaria de Mulheres da CUT, Secretaria Estadual de Cidadania e Secretaria Mulheres do PT.

Registra-se que os/as vereadores(as) mencionaram alguns dos organismos com variações na nomenclatura, mas com a intenção de indicá-los.

É interessante destacar que se citaram, por várias vezes os organismos administrativos que tratam da promoção da igualdade racial, assim como o nome da Ministra Matilde Ribeiro e da SEPIR. Mesmo sendo a pesquisa a respeito da igualdade de gênero, essas lembranças podem ter ocorrido pela soma de vários fatores.

Primeiro, porque é marco conceitual tratar a questão de gênero conjuntamente com as intersecções de raça e classe, o que leva a uma prática de ações conjuntas para o enfrentamento das desigualdades.

Nesse sentido, nota-se, na fala da vereadora entrevistada, esse tratamento conjunto das perspectivas de gênero e raça em projetos no legislativo:

E quando eu falo projeto, eu falo projeto importante né, que mexe com a estrutura da cidade, [...] você leva em consideração tanto a questão de gênero quanto a questão de raça, [...] de etnia, eu acho que isso é importante. Não dá pra você separar uma coisa da outra, não é?²⁶

Verifica-se que o binômio homem-mulher não basta para explicar as desigualdades construídas socialmente, mas também há de se levar em conta brancos e negros, ricos e pobres. Isto significa que a mulher negra e pobre é mais discriminada nas relações sociais do que a mulher branca e rica. “Esses três antagonismos constituem um nó, que potencia o efeito dessas contradições, tomadas cada uma de *per si*, isoladamente” (SAFFIOTI, 2004, p.37).

Em segundo lugar, a Ministra Matilde Ribeiro é conhecida na região, pois foi titular da Assessoria dos Direitos da Mulher da Prefeitura de Santo André no período de 1997 a 2001, assim como foi responsável pelas primeiras ações de promoção da igualdade racial nessa cidade.

Terceiro, na região, alguns organismos de promoção dos direitos da mulher trabalham conjuntamente a promoção da igualdade racial e o inverso também ocorre. Isto é, os organismos que promovem a igualdade racial também têm um olhar de gênero sobre suas ações.

²⁶ Entrevista realizada pela pesquisadora com a Vereadora B, transcrição com as mesmas palavras.

Quarto, em 2005, a SEPIR, em conjunto com a OIT – Organização Internacional do Trabalho, realizou convênio com o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC para o desenvolvimento do Programa GRPE - Gênero Raça Pobreza e Emprego no Grande ABC. Esse programa teve como objetivo incorporar e fortalecer as dimensões de gênero e raça nas políticas e programas de combate à pobreza, à exclusão social e geração de emprego e renda.

4.2.3 Conhecimento de programas/projetos para promoção da igualdade de gênero

Nesse item, para que os dados fossem mais confiáveis, foi necessário considerar o conjunto da resposta. A pergunta consistia em: *O/A senhor(a) conhece algum programa ou projeto referente a políticas públicas de gênero – políticas de promoção da igualdade entre homens e mulheres – desenvolvidos pelos Executivos municipal, estadual ou federal? Em caso positivo. Qual/Quais?*

Pouco mais da metade dos vereadores(as), 56%, responderam sim à pergunta. Porém, houve incongruência ao se analisar a segunda parte das respostas, pois mesmo respondendo afirmativamente, quatro informantes mencionaram políticas públicas que não se enquadram como políticas de gênero, como, por exemplo, conselho tutelar da criança e do adolescente. Quatro citações foram de políticas afirmativas a respeito de promoção da igualdade racial e quinze informantes não lembraram de nenhuma. Portanto, ao não se considerarem tais respostas como afirmativas, na verdade, apenas 37% conseguiram citar um ou mais projetos ou programas referentes às políticas de gênero.

As atividades relacionadas no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e de prevenção dessa violência foram os mais citados, 15 vezes. As ações voltadas à Saúde da Mulher ficaram em segundo lugar, com 11 citações. Oito vereadores(as) citaram ações diversas, tais como Lei de Cota e titularidade da posse da moradia popular, dentre outras.

Apesar de 72% dos/das vereadores(as) dizerem conhecer os organismos específicos da administração pública, que formulam e executam políticas públicas de gênero, reduz-se para 37% aqueles que conseguem lembrar algum programa, projeto, ação ou atividade. Isto denota que, por um lado, os/as parlamentares não conseguem acompanhar adequadamente o que o executivo desenvolve, ou essa questão não é prioritária para o

mandato – mesmo sendo sua atribuição a fiscalização sobre os atos da administração municipal, a utilização dos recursos públicos e a prestação dos serviços públicos. Por outro lado, pode ser que políticas de promoção da igualdade de gênero façam parte de projetos restritos e de pouca visibilidade também por não serem prioridade para o próprio Executivo.

4.2.4 Apresentação de proposições relativas a relações de gênero

Dentre as atribuições das Câmaras Municipais encontram-se a de legislar sobre assuntos de interesse local e a de promover a fiscalização sobre os atos da Administração Municipal. Não é tão simples como parece propor nova legislação, revisar a legislação municipal de modo a revogar normas discriminatórias ainda existentes, emendar as proposições do Executivo, com a limitação imposta constitucionalmente de não poder propor leis que gerem aumento de receita à administração.

Se existem dificuldades para que o Legislativo produza legislação significativa

outros serão os mecanismos através dos quais os vereadores poderão acessar a preferência do eleitor a partir de sua atividade no legislativo [...] Indicações, solicitações e requerimentos, cuja função o senso comum sugere ser uma ‘perfumaria’, podem ser instrumentos de costura de redes políticas” (ÁVILA FILHO, 2004, p. 3-4).

Foi com base em tais atribuições e instrumentos disponíveis para o exercício do mandato, que se propôs a pergunta: *O/A senhor(a) já apresentou alguma indicação, requerimento ou projetos que contemplassem questões de gênero – políticas de promoção da igualdade entre homens e mulheres? Em caso positivo. Qual/Quais?*

A mesma distorção detectada na questão anterior ocorreu nesta. Foram 48% os vereadores(as) que responderam positivamente à pergunta, porém, 18 vereadores(as) não demonstraram, de fato, ter apresentado proposições relativas à promoção da igualdade entre homens e mulheres. Explica-se, 7 parlamentares não conseguiram lembrar nenhuma proposição para dar como exemplo. Oito citações foram de proposições a respeito de questões sociais, mas não se caracterizam como sendo de promoção da igualdade de gênero. Outras 3 referências foram de proposições para a promoção da igualdade racial. Assim, consideraram-se como positivas as respostas que foram acompanhadas de exemplos de proposições que minimamente levaram em conta a perspectiva de gênero.

Verifica-se, então, que menos de 30% dos/das vereadores(as) apresentaram proposições relativas à questão de gênero.

Houve vereadores(as) que se justificaram ao responder negativamente, dizendo que fazer projetos de lei específicos seria discriminatório à mulher; por isso seus projetos são para todos, para tratar com igualdade homens e mulheres.

Percebe-se tal posição com a manifestação de vereadora ao indagar-se sobre sua opinião a respeito de se promover a equidade entre homens e mulheres por meio de políticas públicas:

Tanto no social, como no público, como no privado, a questão deve ser de pessoa, não de homem, mulher, idoso, criança, negro, amarelo, porque com essa divisão, está-se fazendo com que a pessoa fala (sic) ‘ah, porque ele é negro, porque ela é vereadora, não é homem’. Então, faz uma diferença. Eu acho que todos nós somos iguais perante a Deus, e perante a lei também.²⁷

Houve outro vereador que afirmou que não deveria haver leis para promover a igualdade entre homens e mulheres.

Eu não consigo enxergar isso. Eu acho que não precisamos ter lei pra isso. [...]Porque eu acho que é uma coisa de entendimento. Se passar a obrigar a essa questão em leis, eu não concordo. Não que eu não concordo. Eu não consigo enxergar ainda que tem que ter uma lei pra que, por exemplo, uma empresa tem que ter 50% de homens, 50% de mulheres. [...] Eu acho que no lado profissional, [...] não tem mais desigualdade. Na parte profissional. O que a gente vê muito ainda, é que, na parte social. Eu acho que a mulher sofre mais ainda. O homem se acha que ele é o bom, o dono da razão, que ele é o chefe, vamos dizer. Mas na parte... eu não consigo enxergar que tem que ter a lei. Acho que não é pela lei que a gente é obrigado a fazer.²⁸

A Vereadora classifica ações afirmativas como regalias e sugere que o feminismo está do lado oposto da igualdade.

Mas nós achamos que todas essas regalias, vamos chamar assim, que se pretende dar pra mulher são erradas. Pra que comemorar o dia da mulher? Vamos comemorar o dia do homem. Porque não? Você não comemora o Dia das Mães, o Dia dos Pais? Igualdade. É isso que a gente quer. Nós não queremos feminismo, nós não queremos, não. Nós queremos igualdade de condições. Porque a mulher ela é diferente, assim, fisicamente, mas não mentalmente.²⁹

Constata-se que existe um grande desconhecimento das questões de gênero e das ações afirmativas. Ignora-se, até mesmo, que em todas as áreas existe ainda muita desigualdade entre homens e mulheres.

Se não há entendimento da existência de especificidades das mulheres que demandam políticas também específicas, como o PAISM – Programa de Atenção Integral à

²⁷ Entrevista realizada pela pesquisadora com a Vereadora G, transcrição com as mesmas palavras.

²⁸ Entrevista realizada pela pesquisadora com o Vereador F, transcrição com as mesmas palavras.

²⁹ Entrevista realizada pela pesquisadora com a Vereadora E, transcrição com as mesmas palavras.

Saúde da Mulher, muito mais difícil é compreender a necessidade de políticas que são fundamentadas numa perspectiva relacional e crítica, como as políticas afirmativas de gênero.

Políticas públicas de gênero implicam e envolvem não só a diferenciação dos processos de socialização entre o feminino e o masculino, mas também a natureza dos conflitos e das negociações, que são produzidos nas relações interpessoais, que se estabelecem entre homens e mulheres e, internamente, entre homens ou entre mulheres. Também envolvem a dimensão da subjetividade feminina que passa pela construção da condição de sujeito. (BANDEIRA, 2005, p. 11).

Para além do desconhecimento, constatou-se um sentimento generalizado de que a ação parlamentar é muito difícil.

Ao se perguntar sobre qual o papel do parlamentar para mudar a cultura machista, a resposta foi: “A questão de vereador é muito limitada prá quem toma essas decisões”³⁰.

A opinião de que a legislação referente a essa questão não está ao alcance do legislativo local, é outro pretexto para a ausência de iniciativas dos vereadores.

Então eu acho que [...], principalmente a classe política, a classe de vereadores, [...] muito pouco pode fazer, né? [...]Eu acho que a maior classe que pode fazer mais e maior até são os maiores lá, o Senado Federal, né, as Câmaras Federais é que podem fazer, promover um negócio melhor aí pras mulheres. Mas nós mesmos aqui do legislativo, [...] pouco se consegue fazer, né?³¹

Nesse mesmo sentido, expressou-se outra vereadora, porém, ainda acrescentou que a responsabilidade pela mudança é dos pais e não das políticas públicas.

Eu parto do princípio que a família é a célula mater de tudo. Se a família for bem, a mãe ensina, o pai ensina. [...]Então, começa de pai e mãe a educação. Porque o governo fica quatro anos, aí vai ensinar o que, em quatro anos? Agora pai e mãe ficam uma vida. Então, parto do princípio que educação vem de casa. [...]Olha, no legislativo, como diz a palavra legis, é lei. Então, aqui é uma casa de leis, onde se faz as leis. Porque a lei principal é a Constituição. Então, quem faz são os deputados federais e senadores, que devem fazer as leis. A gente, por intermeio (sic) dessa lei, a gente pode fazer uma coisa para o município. Mas nem tudo a gente pode fazer, entendeu? Porque muita coisa é inconstitucional.³²

Ao se perguntar se os movimentos de mulheres e feministas têm atuado suficientemente junto ao legislativo na proposição de projetos ou alguma outra ação parlamentar, a vereadora mencionou como um empecilho o fato de o legislativo não poder legislar sobre matérias que demandam gastos.

³⁰ Entrevista realizada pela pesquisadora com a Vereadora E, transcrição com as mesmas palavras.

³¹ Entrevista realizada pela pesquisadora com o Vereador D, transcrição com as mesmas palavras.

³² Entrevista realizada pela pesquisadora com a Vereadora G, transcrição com as mesmas palavras.

Não está de bom tamanho, só que é muito difícil, essas entidades raramente nos procuram. Raramente. E você sabe que nós somos limitados. Tudo que envolve a parte financeira, gastos, nós não podemos fazer. Então, você pode sugerir ao prefeito que ele encaminhe alguma coisa.³³

Uma outra vereadora menciona que um projeto seu, que tratava de indicadores de violência doméstica na cidade foi vetado:

Por exemplo, eu apresentei um projeto, [...] porque tá muito difícil de passar projeto com esse governo que nós temos aí. [...] Todas as pessoas que entrassem no hospital, nos hospitais tanto público quanto particular da cidade, vítimas de violência, que esse caso fosse registrado, pra que a gente pudesse perceber [...]o índice de violência na cidade, nesse bojo, poderíamos perceber a violência contra a mulher. Não é? Mas nem isso passou. Foi vetado pelo prefeito. Só isso. Nós queríamos estabelecer um banco de dados. Só isso foi vetado.³⁴

Assim como, menciona que mesmo quando havia mais vereadoras na câmara, a defesa de projetos para a promoção da igualdade de gênero não se tornava mais fácil.

E eu digo mais, nós éramos em 3 mulheres aqui na câmara [...], e era muito difícil fazer essa discussão (de gênero) na cidade, porque a visão de luta por igualdade é muito diferente.³⁵

Apontou-se, também, como um dos fatores para dificultar as ações parlamentares, a participação no legislativo como minoria partidária, somada à falta de pressão social por meio do Movimento de Mulheres.

Uma coisa é a minha opinião em relação ao tema da questão de gênero, então, são duas coisas diferentes. Uma coisa é a opinião geral, outra coisa é a opinião diante de um trabalho legislativo. E, mais do que isso, a opinião dentro de um trabalho legislativo onde você é amplamente minoria. Então, acho que considerar isso é uma questão importante, porque nós estamos trabalhando em meio a uma dificuldade, onde por exemplo, há um ano nós apresentamos aqui na câmara um projeto, que versava sobre essa questão da participação popular, [...]aquele projeto que tinha sido aprovado até na câmara de São Paulo. [...]Agora, aqui, não foi nem aprovado [...] É um olhar de quem considera relevante a questão do gênero, prá quem não considera uma coisa qualquer, lateral. Considera como parte do reconhecimento de diferenças que existem. Agora, num quadro onde a formulação das políticas públicas locais, onde nós, particularmente eu enfrento dificuldades, muito em função principalmente dessa coisa de ser minoria. [...] A impressão que eu tenho é que, assim, do ponto de vista da elaboração parlamentar, legislativa, você não tem uma pressão social, falando “olha, vamos ter uma preocupação em relação à questão das mulheres” [...] Têm diversas demandas sociais que na cidade não repercutem. Eu acho que essa, a questão de gênero é uma a mais que não dá prá dizer que você tenha aqui uma

³³ Entrevista realizada pela pesquisadora com a Vereadora E, transcrição com as mesmas palavras.

³⁴ Entrevista realizada pela pesquisadora com a Vereadora B, transcrição com as mesmas palavras.

³⁵ Idem.

instituição séria, interessante, fazendo um trabalho interessante de defesa da questão das mulheres.³⁶

O vereador que mencionou suas ações parlamentares contra a desigualdade estabelecida, também relatou a dificuldade de romper com a cultura machista.

Eu acho que ainda temos que fazer muito, não só eu, mas todos nós, que ocupamos postos no legislativo, na câmara, nas câmaras de vereadores, na Assembléia Legislativa, no Senado e na Câmara Federal. Eu por exemplo, [...]procuro acompanhar prá ver o que está sendo discutido no Congresso, faço Moção de Apoio a todos os projetos que estão em andamento que tocam nessa questão no Congresso e no Senado. Tenho feito requerimento de moção de apoio, da importância da aprovação desse projeto. Não é fácil, porque o Congresso tem uma postura machista, a câmara tem ainda uma postura machista, e às vezes até essa questão das mulheres mesmo, que tem a cultura implementada de que “não vamos reservar o espaço devido de cada um”.³⁷

Nos diversos discursos relatados nessa seção, tanto dos/das vereadores(as) que são favoráveis às políticas de gênero, como para aqueles que não as aceitam, registrou-se o sentimento generalizado de que a atuação parlamentar local é restrita e difícil.

4.2.5 Importância atribuída às políticas afirmativas de gênero

Como era esperado que os/as parlamentares não tivessem muito conhecimento do que tratam as políticas públicas de gênero, desenvolveu-se uma questão que pudesse mostrar concretamente algumas dessas políticas e levantar a percepção dos vereadores(as) a respeito da importância delas.

O pedido foi: *Eu vou citar algumas políticas públicas e gostaria que o/a senhor(a) me dissesse se acha muito importante, importante, um pouco importante, nada importante ou não sabe.*

Relacionaram-se cinco políticas públicas. Observa-se o resultado na Tabela 4.12.

³⁶ Entrevista realizada pela pesquisadora com o Vereador C, transcrição com as mesmas palavras.

³⁷ Entrevista realizada pela pesquisadora com o Vereador A, transcrição com as mesmas palavras.

Tabela 4.12 Importância atribuída às políticas afirmativas de gênero

Grau de Importância das Políticas Públicas	Muito importante	Importante	Um pouco importante	Nada importante	Não sabe
	%	%	%	%	%
Políticas Públicas					
1. A titularidade de posse da habitação popular ou da terra é concedida à mulher e não ao homem quando formam um casal.	67,35	29,59	0,00	2,04	1,02
2. Delegacias Especiais de Proteção à Mulher.	83,67	15,31	1,02	0,00	0,00
3. Programas específicos de geração de emprego e renda para as mulheres.	63,27	24,49	10,20	1,02	1,02
4. Cada partido ou coligação deve reservar o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo.	45,92	25,51	14,29	12,24	2,04
5. Obrigatoriedade de se tratar das questões de gênero nos programas escolares, desde o ensino fundamental até o universitário.	66,33	21,43	8,16	3,06	1,02

Fonte: Pechtoll, Maria Cristina P. Base – Pesquisa realizada com vereadores(as).

Em geral, os vereadores(as) deram muita importância às políticas afirmativas relacionadas na questão. Expressivos 83,67% dos/das vereadores(as) consideraram a Delegacia Especial de Proteção à Mulher uma política *muito importante*.

A política de titularidade de posse para a mulher é muito importante para 67,35% dos vereadores(as). A fala de uma das vereadoras ratificou a importância de tal política, ao se lembrar de quando o projeto de lei foi apresentado:

[...]teve um projeto de lei do executivo, que transferia, por exemplo, os títulos de propriedade para as mulheres e não para os homens. Por que? Porque eles abandonam as mulheres, e elas ficam com as crianças sem ter nem prá onde ir (sic). Agora não. Ela sabe que a casa é dela e ela fica na casa com as crianças.³⁸

Em terceiro lugar, na ordem de importância, com 66,33%, considerou-se a obrigatoriedade de se tratarem questões de gênero nos programas escolares. Para 63,27% os programas específicos para a geração de emprego e renda para as mulheres são muito importantes.

³⁸ Entrevista realizada pela pesquisadora com a Vereadora E, transcrição com as mesmas palavras.

Uma menor porcentagem, 45,92%, considera *muito importante* a política de cotas. Na oportunidade da escolha da alternativa que condizia com sua opinião a respeito dessa política, muitos vereadores(as) fizeram questão de comentar a respeito e mesmo criticar a reserva de vagas nas candidaturas para cada sexo, assim como nas entrevistas, o que mostra como tal questão é controversa.

Aqueles que se posicionam contrários à cota de gênero, também são contrários às cotas referentes à raça/etnia.

Eu acho que isso daí vale pela capacidade da pessoa. Se você estudar bem, você vai passar, você vai ser um bom aluno, agora se você estudar mal, não é através de cotas, que vai resolver seu problema. Mesma coisa seria aqui na parte política, aqui. A igualdade aqui eu acredito, que tem que ter sim, mas de uma forma democrática. Não sob imposição de lei. [...] Posição de livre e espontânea vontade. Você deixa a mulher à vontade, você deixa o homem à vontade e ela opina, ela decide se ela quer sair candidata à vereadora, deputada, se ela quer ser uma advogada, isso aí é uma opção dela, é um querer dela. Agora quando o camarada ele coloca, ele impõe sob imposição de lei eu acredito que ele já tá partindo pro lado do preconceito, porque ele tá querendo impor através de uma lei, uma cota, um certo contingente, um certo número de pessoas a exercer determinados cargos ou coisa semelhante. Então eu acho que isso daí não funciona. Mas questão da mulher na política é muito bem vinda, isso aí não tem dúvida nenhuma. Afinal de contas nós temos direitos iguais. Homens e mulheres têm direitos iguais.³⁹

Na opinião de muitos, as cotas não têm contribuído para aumentar a participação da mulher na política. Essa constatação condiz com os resultados das últimas eleições. O crescimento tem ficado abaixo do esperado e do que ocorreu em outros países que adotaram algum tipo de política de cotas.

[...]como você faria uma política, que você vai obrigar a ter o cargo do partido. Não funciona. Já foi provado que não funciona. Porque pra conseguir dez mulheres, nove mulheres, sei lá quantas precisa, você não consegue.⁴⁰

Os/As vereadores(as) comentam que os partidos não conseguem preencher a reserva de 30% das vagas para as mulheres e muitas só dão o nome, mas não fazem campanha, o que no meio político é chamada de *candidata laranja*. Nas eleições municipais de 2004 a média nacional de candidaturas femininas para as Câmaras Municipais foi de 22% e a porcentagem de vereadoras eleitas ficou em 12% (ALVES, 2004).

E não tem uma forma de estimular isso daí (a participação das mulheres na política). Quer dizer, já existe a obrigação de ter dentro do partido, por exemplo, em época de eleição, o percentual das mulheres. E não consegue preencher. [...]mas nós não conseguimos preencher, porque é difícil.

³⁹ Entrevista realizada pela pesquisadora com o Vereador D, transcrição com as mesmas palavras.

⁴⁰ Entrevista realizada pela pesquisadora com a Vereadora E, transcrição com as mesmas palavras.

Ninguém quer participar. Ela fala assim: “Eu ajudo, mas eu não quero participar.”⁴¹

Estudos detectam que, em geral, no Brasil, a política de cotas está surtindo um efeito acanhado. O problema está na forma como os partidos driblam a legislação e continuam restringindo o espaço para as mulheres. Aumentam as chances de mulheres serem eleitas quando os partidos lançam um maior número de candidatas. A existência de maiores opções de voto em lideranças femininas estimula resposta positiva do eleitorado (ALVES, 2004).

O que se infere é que a política de cotas, isoladamente, não surte o efeito desejado, são necessárias outras ações concomitantes, como o *empoderamento* das mulheres, capacitação, incentivos nas campanhas e, principalmente, a mudança da cultura de que o espaço público da política não foi feito para as mulheres.

Mesmo aqueles vereadores(as), que são favoráveis à política de cotas, entendem que só as cotas não bastam.

Então, por isso que eu acredito que ao lado da política de cotas, no caso das mulheres, deveria ter-se tomado outras iniciativas. [...] Teria que tomar outras iniciativas prá que garantisse a efetiva participação do conjunto das mulheres. Quase sempre o perfil das mulheres que participam, no caso do PT, [...] não é perfil de dona de casa, de mulher da classe C e D. São quase sempre de mulheres de classe média, quase sempre casadas ou separadas, sem filhos, ou com filhos, mas que vem de classe média, que consegue ter condição prá adequar a sua participação política com os cuidados que deve ter com o filho. Então, falta, na minha opinião, de uma maneira geral, um trabalho efetivo prá se garantir que as cotas não sejam apenas uma questão formal. Que as cotas sejam na prática o mesmo número que tem nas chapas de candidatos, se efetive na prática nas câmaras.⁴²

Estudiosos da questão têm elucidado essa dificuldade da entrada das mulheres na política eleitoral. Mesmo que a aceitação das candidatas tenha aumentado nas últimas décadas, existe maciça difusão dos preconceitos e estereótipos de gênero por meio dos discursos, do senso comum e do reforço pela mídia.

O discurso freqüente é o de que nada as impedem de ocupar esses espaços políticos e, por isso, podem ocupar, mas elas não querem ou elas não se esforçam. Na verdade, o que fica é uma mensagem camuflada de que elas “não devem”. Para tais vereadores, não há discernimento de que a mesma educação e cultura que talham os homens para ocupar cargos de liderança política é que também talham as mulheres para as lidas domésticas. Observa-se tal opinião nesse trecho de entrevista:

Eu acho que discriminação não tem nenhuma. Porque o direito é igual, e elas concorrem de igual prá igual com todo mundo. Principalmente comigo, as mulheres que estão hoje no PSDB que vão disputar as eleições vão disputar

⁴¹ Entrevista realizada pela pesquisadora com a Vereadora E, transcrição com as mesmas palavras.

⁴² Entrevista realizada pela pesquisadora com o Vereador C, transcrição com as mesmas palavras.

de igual prá igual, certo? Eu acho que elas precisam se dedicar mais, trabalhar mais. Porque campanha política é trabalho, não tem outra forma, você entendeu? [...] Então, eu acho que precisa trabalhar mais. Se elas trabalharem mais, nós teremos mulheres aqui vereadoras, não é? Mas eu acho que elas têm que se empenhar mais, trabalhar mais, elas trabalhando mais, evidentemente que a vitória vem, elas conseguem. [...] E, às vezes, as mulheres têm resistência, as vezes, dentro do próprio lar, dentro da própria família. Os familiares não apóiam, os familiares não ajudam.⁴³

As mulheres que ousam adentrar espaços eminentemente masculinos precisam enfrentar tais ambigüidades como, por exemplo, ter que apresentar qualidades necessárias para a liderança, como força e assertividade, sem parecerem masculinas.

A questão importante sugerida por esses estudos é que as candidatas femininas enfrentam um peso de serem mulheres que não pode ser explicado – ou contra-atacado – pela razão, exigindo delas um esforço maior para serem aceitas como ocupantes efetivas de cargos de liderança (FINAMORE; CARVALHO, 2006, p. 354).

4.2.6 Adequação da punição de autores de violência doméstica contra mulheres

Para verificar qual é a percepção dos/das vereadores(as) a respeito da violência doméstica contra a mulher colocou-se em pauta a pena polêmica que, muitas vezes, os Juizados Especiais Criminais imputavam aos agressores, que era a doação de uma cesta básica a instituição de caridade. A pergunta consistia em: *O que o/a senhor(a) acha da pena de doação de uma cesta básica a instituição de caridade pelos agressores de mulheres encaminhados aos Juizados Especiais Criminais?* As opções foram: *a – muito adequada, b – adequada, c – muito branda, d – extremamente branda, e – não sabe.*

Cabe esclarecer que se elaborou tal questão e que se aplicaram os primeiros formulários quando os delitos de violência contra a mulher ainda eram julgados sob a Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995. Essa lei julgava os crimes de menor potencial ofensivo, entre estes colocavam no mesmo patamar os acidentes de trânsito e a violência doméstica, com pena igual ou inferior a dois anos ou formas alternativas para a pena de prisão, com o pagamento de multa por meio de doação de cestas básicas a instituições de caridade, por exemplo.

A crítica social feita a essa Lei era de que ela tem conteúdo despenalizante, traduzindo-se como impunidade, fortalecimento e legitimidade para a ação do agressor. A pena de entrega de uma cesta básica a instituições sociais atenuava o crime de violência doméstica e banalizava a violência contra a mulher (LEMOS, 2003).

⁴³ Entrevista realizada pela pesquisadora com o Vereador D, transcrição com as mesmas palavras.

Após onze anos de vigência da Lei 9.099/1995 e muita pressão das instituições e pessoas que trabalham com o enfrentamento da violência contra a mulher, foi promulgada a Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006. Nessa nova lei, que pune com maior rigor os agressores de mulheres, banuiu-se a pena de doação de cesta básica e de acordo com a gravidade do crime o agressor pode ser preso por 6 meses a 3 anos.

Portanto, aproximadamente metade dos informantes respondeu ao formulário antes da promulgação da Lei 11.340/2006 e a outra metade, depois. No entanto, as respostas mantiveram a mesma tendência, isto é, os/as vereadores(as), em sua grande maioria, 70%, acreditam que essa pena era *extremamente branda*. Os que a acham *muito branda* correspondem a 19%. Apenas 4% dos/das vereadores(as) optaram pela alternativa *adequada* e 5% pela *muito adequada* e um vereador disse não saber.

Percebe-se que a questão do enfrentamento à violência contra a mulher tem grande ressonância entre os parlamentares. Tal tendência foi recorrente nas respostas de várias questões anteriores. A Delegacia da Mulher ficou em segundo lugar na lembrança, quando se perguntou sobre o conhecimento de organismos que tratam das questões de gênero. Os programas ou projetos referentes à prevenção da violência contra a mulher e o atendimento às mulheres em situação de violência foram os mais citados. Destaca-se, ainda, que novamente a Delegacia da Mulher obteve a maior porcentagem entre outras quatro políticas relacionadas para avaliação de importância.

4.2.7 A “População em Geral” tem a fidelidade prioritária no exercício do mandato

Na representação política proporcional por meio do voto, os eleitores delegam autoridade para que os eleitos possam agir em seu nome e em nome de seus melhores interesses. Em tal condição, fica implícito um conjunto de relações estabelecidas entre os cidadãos e os parlamentares (ANASTASIA; NUNES, 2006).

Com base nesta reflexão, propôs-se a questão: *No exercício de seu mandato, o/a senhor(a) considera que deve fidelidade prioritariamente a quais desses atores (colocando-os em ordem de importância)? a – população em geral; b – sua consciência, independente de qualquer outra fator externo; c – bases eleitorais mais importantes – movimentos sociais, categorias profissionais ou localidades; d – Partido; e – seu eleitorado, entendido genericamente.*

Houve dificuldade para alguns parlamentares conseguirem relacionar a ordem de importância e, por isso, nem todos o fizeram. Esses apenas assinalaram uma opção, considerando-a a mais importante, por isso não se responderam 100% à questão de acordo com a proposta. Portanto, construiu-se a tabela com as porcentagens calculadas sobre o total de resposta para cada opção.

Tabela 4.13 A quem deve fidelidade prioritária no exercício do mandato por ordem de importância

Atores sociais	Ordem de importância				
	1º lugar	2º lugar	3º lugar	4º lugar	5º lugar
População em geral	60,00%	23,81%	9,88%	4,76%	6,02%
Consciência	18,95%	34,52%	16,05%	7,14%	20,48%
Bases eleitorais	8,42%	8,33%	43,21%	28,57%	12,05%
Partido	9,47%	19,05%	17,28%	17,86%	36,14%
Eleitorado	3,16%	14,29%	13,58%	41,67%	25,30%

Fonte: Pechtoll, Maria Cristina P. Base – Pesquisa realizada com vereadores(as).

A *população em geral* foi a resposta que 60% dos/das vereadores(as) escolheram como primeira opção. Em segundo lugar, a resposta que apresentou maior incidência foi a *consciência* com 34,52%. A mais citada como terceira opção foram as *bases eleitorais*. O *eleitorado* foi o mais citado como quarta opção, com 41,67%, e como última opção ficou o *partido*, com 36,14%.

Se a prioridade estabelecida pela maioria dos parlamentares é a *população em geral* e, na Região do Grande ABC, 52% da população são de mulheres, seria concebível que as ações nos Legislativo tivessem maior ênfase para as questões de gênero. O que não acontece quando se verifica o resultado de que apenas 30% dos/das vereadores(as) apresentaram proposições relativas à promoção da igualdade de gênero.

Os representantes eleitos pela população acabam tendo liberdade de ação, sem muita consideração pelas expectativas dos eleitores. Para que os cidadãos e cidadãs possam responsabilizar o Estado, é necessário que se obtenham informações sobre as ações dos representantes, de modo a poder avaliá-los. Deve-se subsidiar esse processo com uma base informacional ampliada, em que a multiplicidade de identidades, preferências e demandas sejam consideradas e proporcionem aos legisladores(as) representar realmente o maior número possível de cidadãos e cidadãs abrangidos pela Casa Legislativa (ANASTASIA; NUNES, 2006).

É significativo observar que, mesmo a maioria tendo escolhido a fidelidade ao partido como última opção, o que se registrou com a bancada do PT foi justamente o contrário, 66% dos/das vereadores(as) do PT escolheram como primeira ou segunda opção o *partido*, sendo que 41% do PSDB – a segunda maior bancada – fizeram esta mesma escolha. Essa fidelidade partidária, demonstrada aqui, reforça o comentado na seção 4.3.6, a respeito da maior correlação existente entre partidos de esquerda e a importância da perspectiva de gênero nas políticas públicas. Se os partidos de esquerda tiveram maior influência do feminismo em suas histórias e em seus conteúdos programáticos e, ainda, seus vereadores têm maior fidelidade partidária, a tendência é esses vereadores serem mais propensos a se aliarem a promoção da igualdade de gênero.

4.2.8 Atores sociais e a tomada de decisão

Para verificar a percepção de como o/a vereador(a) procede para a tomada de decisão incluiu-se no formulário a pergunta: *A quem o/a senhor(a) consulta preferencialmente para tomar uma decisão importante?* Com as seguintes alternativas, nesta ordem: *a – alguns eleitores, b – partido, c – assessores, d – movimentos sociais, e – todas as opções acima, f – ninguém*. A resposta à pergunta mostrou-se evasiva, pois, a maioria, 55%, apontou a alternativa *todas as opções acima*. Essa tendência de resposta denota uma alternativa simplista e cômoda.

Tabela 4.14 Distribuição de vereadores de acordo com os atores sociais a quem consulta para a tomada de decisão a respeito de assuntos importantes do mandato.

Atores sociais	N	%
Alguns eleitores	8	8,16
Partido	4	4,08
Assessores	19	19,39
Movimentos Sociais	9	9,18
Todas as opções acima	54	55,10
Ninguém	4	4,08
Total	98	100,00

Fonte: Pechtoll, Maria Cristina P. Base – Pesquisa realizada com vereadores(as).

Em segundo lugar, com 19%, apareceu a categoria *os assessores*, que são as pessoas mais próximas no trabalho cotidiano do gabinete e que têm justamente essa função: dar subsídios ao/à parlamentar para o exercício do mandato. Existe uma grande probabilidade da assessoria ter sido escolhida por sua proximidade da base eleitoral com a intenção de fazer o trabalho de interlocução entre o vereador e a população.

A opção *movimentos sociais* foi escolhida por 9%. Em entrevista, o vereador reforça essa escolha para tomada de decisão em seu mandato:

Qualquer que seja o segmento, tem que ser uma discussão aprofundada. Eu não posso aprovar um projeto, à revelia desse segmento, que ele existe, então eu tenho que estar sempre buscando apoio desse segmento pra eles botarem a posição deles, o que eles pensam em relação a isso. Como eles vão se sentir contemplados, e não é demagogia. É porque é um segmento que tem que ser levado em consideração.⁴⁴

O partido continua sendo quem menos influência direta tem para as deliberações dos parlamentares, como se observa apenas 4% dos/das vereadores(as) consultam preferencialmente o partido para a tomada de decisões importantes em seus mandatos.

O fato de o partido não ter aparecido em destaque nem na questão da fidelidade, discutida na seção anterior, nem no momento da tomada de decisão, pode-se explicar por alguns fenômenos, que fazem parte do que foi chamado de nova ambiência eleitoral, que são mudanças associadas à americanização das eleições:

Supervalorização da figura do candidato; eleitor com baixa racionalidade de informação, autocentrado e propenso à aceitação de atalhos informativos que facilitem a decisão através do processamento de informações prévias; e campanhas com capacidade limitada de garantir vitórias, e que obrigam os atores políticos a considerar outras estratégias de conexão eleitoral mais duradouras (LEAL, 2005, p.23).

Tais fenômenos, cada vez mais, enfraquecem a vida partidária, pois os candidatos procuram os partidos para cumprir com a legislação eleitoral, mas, depois de eleitos não se sentem comprometidos com a organicidade dos partidos a que estão filiados.

Apesar de os estudiosos das ciências políticas definirem os partidos como mediadores da relação entre a sociedade e o estado (LEAL, 2005), no âmbito local, esse papel dos partidos é mais tênue do que nas esferas estaduais e federal.

Os/As vereadores(as), pelo seu contato mais próximo com a população, estão inseridos em um enredo de trocas mais intenso e freqüente do que acontece com os deputados estaduais ou federais. Assim, mesmo a contragosto, essa situação leva-os ao atendimento de demandas pessoais, não deixando muito espaço para a atuação orientada ideologicamente pelo partido (LOPEZ, 2004).

⁴⁴ Entrevista realizada pela pesquisadora com o Vereador A, transcrição com as mesmas palavras.

Em âmbito local, essas práticas clientelísticas estabelecem uma relação do legislativo com o executivo muito mais dependente que em outras esferas, justamente por esse fato de o/a vereador(a) ter essa representação social como distribuidor legítimo de benefícios, mesmo que os bens e serviços públicos sejam mais universalizados (LOPEZ, 2004, p. 174).

Dessa maneira, os/as vereadores(as) atuam muito mais nessa relação entre a sociedade e o estado como indivíduos, do que como representantes dos partidos a que pertencem.

4.2.9 Relações com os Movimentos Sociais

O interesse em saber se movimentos sociais estabelecem um relacionamento com vereadores(as) ou vice-versa, quais são esses movimentos e se essa aproximação influencia a ação parlamentar, motivou a inclusão das perguntas: *O/A senhor(a) avalia que sua eleição foi fortemente influenciada por suas ligações com algum movimento social específico? Qual?*

Na opinião de 56% dos/das vereadores(as) os movimentos sociais não influenciaram sua eleição.

Os outros 44%, que disseram que os movimentos sociais influenciaram sua eleição, citaram, por oito vezes, a Igreja Católica e, por 4 vezes, a Igreja Evangélica. O movimento de educação foi 6 vezes citado. O movimento de habitação popular, assim como o Movimento de Mulheres teve 5 indicações. O movimento de crianças, adolescentes ou juventude, o movimento popular e o movimento sindical obtiveram 4 citações cada um. Tiveram 3 referências cada um o movimento de saúde, os grupos esportivos e as associações de bairros. E finalmente, com duas indicações, ficou o movimento de recuperação de dependentes químicos.

Há que se registrar que nem todos os movimentos sociais citados podem ser considerados como tais. Muitos, na verdade, citaram agrupamentos que atuam no campo do assistencialismo. Pôde-se perceber isso quando os parlamentares disseram que suas eleições foram fortemente influenciadas por mulheres, pois não se demonstrou em suas falas que se tratava de movimentos de mulheres organizados, mas sim, grupos de mulheres ligados a denominações religiosas, que promovem ações de caridade.

Mesmo havendo uma distorção do que realmente pode ser considerado movimento social, é relevante registrar o resultado significativo, quando se cruza a variável

partido. Dos 21 vereadores do PT, 76% afirmaram que suas eleições foram influenciadas por movimentos populares.

Tal resultado pode ser fruto da recente história da política brasileira. Nos anos 1970 e 1980 os movimentos sociais ganharam força e se multiplicaram, articularam-se de forma mais intensa em torno de reivindicações por melhores condições de vida e pela democratização do Estado autoritário. Naquele regime político autoritário em que partidos e sindicatos estavam impedidos de agir, os movimentos sociais conseguiram ampliar o horizonte político. Muitas vezes, eles exerceram um papel alternativo de representante de interesses. Porém, com a redemocratização do País, surge a necessidade de os movimentos de procurarem abrigo político-institucional. Os principais partidos que receberam em suas fileiras esses movimentos, foram, inicialmente, o PMDB e, desde sua formação, o PT, que se configurou como uma nova forma de representação popular no âmbito institucional (MENEGUELLO, 1989).

Merece reflexão o fato de 44% de vereadores(as) considerarem os movimentos sociais como importantes para suas eleições.

Os movimentos sociais são fortemente embasados numa ideologia socialista, portanto, alinhados à ideologia de partidos de esquerda. De certa forma, ao perceberem que as causas dos problemas para os quais buscam soluções são estruturais na ordem sócio-político-econômica do sistema, agregam às suas demandas específicas questões mais abrangentes e universais, como por exemplo, a crítica ao neoliberalismo. Isto faz com que se aproximem dos partidos, que têm o socialismo como ideologia.

Por essa lógica, a busca por instrumentos mais eficazes para alcançar seus objetivos, tanto específicos, quanto os mais abrangentes, conduz as lideranças a ingressarem em partidos políticos com a finalidade de se elegerem para um mandato parlamentar que, conseqüentemente, terá como plataforma política as bandeiras do movimento de que são oriundos. Ou ainda, quando as lideranças do movimento não se tornam candidatos(as) podem procurar um/uma candidato(a) ou parlamentar que tenha afinidade com suas causas e os elegem como padrinhos ou madrinhas de seus movimentos.

4.2.10 A presença masculina e feminina nos gabinetes

A hipótese de que as pessoas que assessoram os trabalhos diários do gabinete parlamentar podem influenciar nas decisões e ações do/da vereador(a) seria um tema para ser melhor explorado numa outra pesquisa, com questões a respeito dos critérios de contratação,

das funções estabelecidas, dentre outras. Esta pesquisa limitou-se a verificar quantos profissionais homens e quantas profissionais mulheres trabalham no gabinete. O sentido é perceber se também nesse espaço as mulheres estão sub-representadas.

Constatou-se que 38,30% dos/das vereadores(as) possuem maior número de profissionais homens trabalhando em seus gabinetes. A presença de igual número de homens e mulheres a serviço dos gabinetes é de 35,11%. As mulheres estão em número maior em 26,60% dos gabinetes de vereadores.

Tabela 4.15 Distribuição de funcionários por sexo nos gabinetes

Funcionários no Gabinete	N	%
Maioria homens	36	38,30
Maioria mulheres	25	26,60
Igual número	33	35,11
Total ¹	94	100,00

Fonte: Pechtoll, Maria Cristina P. Base – Pesquisa realizada com vereadores(as).

¹ Quatro vereadores declararam não ter funcionários em seu mandato.

Ao somar as porcentagens de gabinetes que possuem um número maior de mulheres e aqueles com número igual de ambos os sexos, verifica-se que são 61,71%. Portanto, há uma presença feminina equilibrada nos gabinetes.

Em seu estudo a respeito da política cotidiana de vereadores, Lopez pôde constatar que

Os assessores têm um papel importante no desempenho político dos vereadores. Eles são encarregados da redação das proposições encaminhadas ao Plenário, do atendimento aos eleitores que vão ao gabinete, da realização de serviços e atendimento às demandas nas ruas e de aumentar o número de eleitores do seu Vereador, por meio da ampliação de sua própria rede de contatos (2004, p.161).

Entretanto, Lopez não verificou a divisão dos trabalhos nos gabinetes por sexo. Mesmo não sendo objeto da pesquisa, observou-se, quando das visitas para a coleta dos dados, e também pela longa experiência profissional da pesquisadora no legislativo local, algumas diferenciações nos papéis atribuídos aos homens e às mulheres.

As mulheres, na maioria dos gabinetes, têm funções de recepcionistas ou secretárias, realizam tarefas tais como: atendimento ao público, organização do gabinete e da agenda e redação de proposituras - tarefas de atuação interna ao gabinete.

Os homens, por sua vez, assumem função de articuladores entre população e gabinete, ou entre o gabinete e setores do executivo e outros órgãos e instâncias, com atuação externa mais preponderante.

Pode-se inferir que, mesmo havendo presença feminina em porcentagem considerável nos gabinetes, ainda existe a reprodução da divisão do trabalho entre o público e o privado, entre o que culturalmente considera-se como trabalho de homem e de mulher.

4.2.11 A influência de estereótipos de gênero na desigualdade entre homens e mulheres

Para se verificar em que medida vereadores(as) se posicionam favorável ou desfavoravelmente com referência à igualdade entre homens e mulheres na sociedade, foi apresentada a seguinte questão: *Eu vou dizer algumas coisas que as pessoas costumam falar e gostaria que o/a senhor(a) me dissesse se concorda totalmente, concorda em parte, discorda totalmente, discorda em parte ou não sabe.*

Relacionaram-se 15 enunciados - veja questão 24 do Anexo I. Quatorze desses enunciados manifestam opiniões, crenças e atitudes do senso comum, que reforçam os estereótipos do feminino e do masculino e sedimentam a desigualdade de como são tratadas as mulheres em vários espaços e situações. O enunciado n. 9 está inversamente posicionado, visto que seu sentido é de reverter a situação de desigualdade entre homens e mulheres na política.

Verificou-se que 67,35% dos/das vereadores(as) têm uma percepção totalmente favorável à igualdade entre homens e mulheres. Aqueles que podem ser considerados favoráveis em muitos aspectos são 26,53%. Apenas 6% são favoráveis em poucos aspectos e ninguém se posicionou totalmente desfavorável.

Tabela 4.16 Percepção em relação à igualdade de gênero

Percepção	N	%
Totalmente desfavorável	0	0,00%
Favorável em poucos aspectos	6	6,12%
favorável em muitos aspectos	26	26,53%
Totalmente favorável	66	67,35%
Total	98	100,00%

Fonte: Pechtoll, Maria Cristina P. Base – Pesquisa realizada com vereadores(as).

4.3 Resultados da aplicação do cálculo de correlação entre variáveis

A Tabela 4.17 apresenta as variáveis independentes e o coeficiente de correlação com a variável dependente, tal produto é a aplicação do cálculo do Q de Yule. Nas sessões seguintes, realizam-se as considerações a respeito da existência de maior ou menor força entre a correlação das variáveis.

Tabela 4.17 Correlação entre a percepção de vereadores(as) acerca da importância de se considerar as questões de gênero na formulação de políticas públicas e variáveis sócio-demográficas e percepções relativas às relações de gênero

Variáveis sociais e perceptíveis	Valor de Q - Coeficiente de Correlação	Descrição da correlação
X ₁ – sexo.....	0,13	Baixa
X ₂ – idade.....	0,21	Baixa
X ₃ – raça/etnia.....	0,16	Baixa
X ₄ – estado conjugal.....	0,11	Baixa
X ₅ – nível de escolaridade.....	0,31	Moderada
X ₆ – religião.....	0,61	Substancial
X ₇ – partido político.....	0,55	Substancial
X ₈ – número de mandatos.....	0,10	Baixa
X ₉ – ocupação/atividade profissional, concomitante à vereança.....	0,48	Moderada
X ₁₀ – conhecimento de organismos administrativos específicos de políticas de gênero	0,68	Substancial
X ₁₁ – conhecimento de programas/projetos para promoção da igualdade de gênero.....	0,04	Ínfima
X ₁₂ – apresentação de proposições relativas a relações de gênero.....	0,42	Moderada
X ₁₃ – importância atribuída às políticas afirmativas de gênero.....	0,94	Muito forte
X ₁₄ – Adequação da punição de autores de violência doméstica contra mulheres.....	0,11	Baixa
X ₁₅ – relações com movimentos sociais.....	0,38	Moderada
X ₁₆ – A presença masculina e feminina nos gabinetes....	0,01	Ínfima
X ₁₇ – Percepção em relação à igualdade de gênero.....	0,38	Moderada

Fonte: Pechtoll, Maria Cristina P. Base – Pesquisa realizada com vereadores(as).

4.3.1 O fato de ser mulher não influencia as vereadoras em favor das políticas de gênero

No tocante à importância que os/as vereadores(as) atribuem à perspectiva de gênero nas Políticas Públicas e o fato de ser homem ou mulher, houve correlação baixa, 0,13.

Das vereadoras pesquisadas, 60% consideraram importante a perspectiva de gênero nas políticas públicas, muito próximo aos 53% de vereadores que assim consideram. Denota-se que o fato de ser mulher não influencia as vereadoras nessa percepção.

O suposto era de que as vereadoras, por serem de um segmento da sociedade cultural e historicamente discriminado, tivessem percepção de maior importância da questão de gênero nas políticas públicas como instrumento para a eliminação da desigualdade entre homens e mulheres. Ao contrário, as mulheres não estão livres de assimilar os preconceitos de gênero. As vereadoras têm uma diversidade de origens, história de vida e formação, configurando-se heterogeneidade entre elas.

Sendo assim, ser vítima de preconceito não pressupõe que o sujeito esteja imune à reprodução, ele próprio, do preconceito.

A constituição do sujeito é um processo que se dá nas relações sociais. Nesse caráter relacional, a formação do *eu* leva em conta outros *eus*. Porém, não só a identidade de gênero masculina ou feminina completa o sujeito. O sujeito é constituído de forma tripla, gênero, raça/etnia e classe (SAFFIOTI, 2004).

Até porque, a categoria *mulheres* não é homogênea, nela também se encontram diferenças, conforme as categorias socialmente construídas se intersectam. Isto significa que a mulher negra e pobre será mais discriminada nas relações sociais do que a mulher branca e rica. A cultura da naturalização da desigualdade ainda é muito forte em toda a sociedade independentemente de sexo, raça/etnia e classe.

Ao serem questionados(as) se as políticas públicas de gênero seriam tratadas com mais profundidade no legislativo se houvesse mais mulheres eleitas, os/as vereadores(as) reconheceram que nem todas as vereadoras defendem políticas de gênero.

Conforme detectou-se em entrevista, o Vereador não percebe a atuação de vereadoras, e nem mesmo de deputadas, na defesa de políticas de gênero:

Elas não tratam assim, especificamente o lado delas, especificamente essa questão das mulheres. Eu não vejo isso. Hoje nós temos uma vereadora aqui e eu não vejo por exemplo, um trabalho. E nem no meio das deputadas, [...] é que eu não tenho um conhecimento profundo, mas a gente não vê um destaque, [...] uma deputada trabalhando diretamente só sobre a questão das mulheres. Agora é lógico que se tiver mais mulheres no meio, vai ter mais facilidade e tendência pra esse tipo de projeto, mas eu não consigo enxergar isso ainda. As mulheres com essa tendência.⁴⁵

É importante lembrar que, mesmo numa região fortemente urbanizada, como a Região do Grande ABC, ainda existem contextos políticos com características oligárquicas. Estudos relatam que as mulheres que participam da política e fazem parte desses contextos oligárquicos contribuem para a perpetuação da dominação política por meio dos laços familiares. “Nestes casos, as mulheres políticas são portadoras dos valores e interesses nem sempre identificados com as causas femininas, reafirmando a rede de relações clientelísticas que ligam o poder local ao Estado central” (AVELAR, 1996, p. 21).

Outro Vereador arrisca uma opinião de que a religião leva as mulheres a terem uma posição mais tradicional:

Infelizmente, é um pouco da cultura, [...] tem aquela postura mais tradicional. Às vezes, até pela questão religiosa, nem todas as mulheres têm uma postura e uma defesa forte em relação a essa questão de gênero. Que é aquela tradicional que acha que tem que respeitar mesmo aquela coisa dogmática, e tal. Só que eu diria que tem uma minoria entre as pessoas eleitas. Isso ajuda e muito trazer essa melhoria nessas políticas públicas voltadas pra essa questão do gênero.⁴⁶

Como se observa na seção 4.3.6, que discute a interferência da religião na percepção dos/das vereadores, pode-se inferir que tanto vereadores, como vereadoras podem ter uma postura mais conservadora conforme a religião que professam.

As áreas da educação e saúde foram lembradas pelo Vereador como prioritárias nos mandatos de vereadoras, mas não especificamente a defesa dos interesses das mulheres.

Já teve várias mulheres que passaram pela câmara, agora essas mulheres não tinham o tema da questão do gênero como uma questão prioritária no mandato. [...] Todas elas, mulheres, faziam um trabalho cada uma na sua área. Uma mais na saúde, outra mais na educação, mas nunca teve “olha, essa é uma vereadora, uma parlamentar que defende as mulheres, que tem como luta central a defesa do interesse das mulheres”. Então, de um modo geral, cada uma acaba trabalhando sua área profissional prioritária.⁴⁷

Em seus estudos sobre a participação das mulheres na política Avelar ressalta que as mulheres conseguem defender políticas sociais ligadas à saúde da mulher e da criança e pleitear verbas para escolas e creches e melhoria do ensino de uma forma singular e com

⁴⁵ Entrevista realizada pela pesquisadora com o Vereador F, transcrição com as mesmas palavras.

⁴⁶ Entrevista realizada pela pesquisadora com o Vereador A, transcrição com as mesmas palavras.

⁴⁷ Entrevista realizada pela pesquisadora com o Vereador C, transcrição com as mesmas palavras.

mais intensidade. Tal participação traz modernidade política na situação de enorme dívida social em que se encontra o País (1996). Mesmo não defendendo as bandeiras do movimento de mulheres é importante a presença feminina no legislativo.

Apesar de que é mulher, [...] mas no aspecto geral da sociedade tem um discurso conservador. Mesmo assim, eu acho que é importante ter mulher. É uma coisa mais ou menos como eu defendo com a questão racial: é importante, porque a visibilidade é importante, inclusive do ponto de vista de visibilidade. Porque a mulher percebe que ela pode eleger mulheres. E têm mulheres na câmara que só foram eleitas pelo povo, então a auto-estima, inclusive, que faz com que as mulheres tenham um olhar diferenciado, os homens tenham um olhar diferenciado, e a sociedade tenha um olhar diferenciado pra mulher. Não a que cozinha, a que lava, a que passa, mas a que faz política. Então, desse ponto de vista, acho importantíssimo que tenhamos mulheres na câmara.⁴⁸

Acrescente-se a essa observação da importância das mulheres se verem nos espaços de poder, o diferencial que podem imprimir nessas esferas, pelas suas próprias experiências distintas construídas na sociedade que educa mulheres e homens diferentemente. Também as prioridades de homens e mulheres diferem. Assim, as experiências e prioridades das mulheres, somadas às dos homens, ampliam o campo das temáticas tratadas na política (AVELAR, 1996).

4.3.2 Ser mais jovem não favorece a percepção da importância da perspectiva de gênero nas Políticas Públicas

Causa estranhamento ao se verificar que a correlação entre idade e importância das questões de gênero nas políticas públicas é baixa (0,21). Diante do senso comum, a tendência seria acreditar que os/as vereadores(as) mais velhos(as) tivessem uma posição mais conservadora e, por isso, suas percepções seriam de não considerarem a questão de gênero importante nas políticas públicas. E, de outro lado, que os mais jovens preferissem a mudança à conservação. No entanto, tal comportamento não se revelou.

A reflexão é: serão os jovens de hoje conformados, comparando-se com a revolucionária juventude de 1968? É preciso levar em conta a sociedade em que esse jovem está inserido. Ele vive em uma sociedade pretensamente democrática, em que os movimentos sociais perderam força. O inimigo não é concreto. Portanto, as pessoas retratam o meio social em que vivem, assim também a juventude.

⁴⁸ Entrevista realizada pela pesquisadora com a Vereadora B, transcrição com as mesmas palavras.

Mesmo ainda existindo jovens que seguem uma vertente revolucionária, subversiva, “o modo de inserção no mundo exige um nível de acerto que já não admite a estação juvenil de desvios em relação à norma que, tempos atrás, era aceita e mesmo valorizada” (RIBEIRO, 2004).

Afinal de contas, os 11% de vereadores(as) com mais de 60 anos, faziam parte da juventude de 1968.

4.3.3 Raça/etnia é fator de baixa influência na percepção dos vereadores

A raça/etnia é fator de influência baixa na percepção dos vereadores(as), pois a correlação entre estas variáveis foi de 0,16. Seria plausível admitir que pessoas pertencentes a grupos étnicos que historicamente sofrem discriminação e preconceito racial manifestassem, por solidariedade, percepção mais favorável acerca da importância da promoção da igualdade de gênero.

Tal resultado indica que, dentre os homens negros, também existe a reprodução da desigualdade de gênero. As mulheres e os negros se constituíram social, cultural e historicamente com tamanho preconceito e discriminação que, muitas vezes, não conseguem enxergar além dos estereótipos.

As mulheres negras sofrem com o fenômeno da dupla discriminação, ou seja, estão sujeitas a “múltiplas formas de discriminação social [...], em consequência da conjugação perversa do racismo e do sexismo, as quais resultam em uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida” (CARNEIRO, 2002).

As discriminações de gênero e raça não se excluem mutuamente, interagem, sendo frequente a discriminação racial se imbricar na discriminação de gênero. Dessa forma, as mulheres tendem a experimentar discriminações e outros abusos de direitos humanos de forma diferente dos homens (PINHEIRO, SOARES, 2005).

Portanto, as desigualdades de gênero e raça/etnia precisam ser objetos da ação do Estado por meio de políticas públicas, que contemplem as duas dimensões de discriminação em conjunto. Entretanto, não só o Estado é responsável por ações de combate ao racismo e ao sexismo, a sociedade civil tem também um grande papel a cumprir, no entendimento de Boaventura de Sousa Santos:

Essa pressão não pode ser obra exclusiva do movimento negro e do movimento indígena. É necessário que o MST, os movimentos de direitos

humanos, sindicais, feministas e ecológicos se juntem à luta, no entendimento de que, no momento presente, a luta pelas cotas e pela igualdade racial condensa, de modo privilegiado, as contradições de que nascem todas as outras lutas em que estão envolvidos (SANTOS,2006).

4.3.4 O estado conjugal não tem importância na percepção dos vereadores

Estar casado ou viver em união consensual é um fator que poderia influenciar na percepção dos vereadores em considerar a importância da perspectiva de gênero nas políticas públicas? Levantou-se que a relação entre a percepção e a variável estado conjugal é baixa (0,11).

Na entrevista, em resposta à pergunta se a Vereadora teria alguma sugestão para o movimento de mulheres ou organizações feministas, de como sensibilizar, conscientizar os legisladores que ainda não despertaram para essa questão, indicou-se uma estratégia que poderia, ao longo do tempo, mudar essa correlação. Seria tentar envolver as mulheres dos vereadores. “Porque você traz as mulheres para a discussão, de certa forma, tem alguém dentro da casa dele falando”⁴⁹

Na opinião da vereadora as mulheres têm poder de influenciar as atitudes de seus maridos e se esse poder fosse canalizado para o convencimento da importância das políticas públicas de gênero haveria mudanças.

Qual é o suporte que dão essas mulheres? Já pensou o suporte que a Marisa deve dar pro Lula? [...] São mulheres que fazem política sim. As mulheres dos vereadores também. Mas elas não aparecem, porque elas acham que não é o papel delas. É o marido que tem esta função. Dizem: ‘a minha função é ficar nos bastidores’.⁵⁰

Tal relação familiar, a que se reporta a vereadora, tem fundamento na teoria de que o primeiro filtro por meio do qual se começa a ver e significar o mundo é a família, mesmo com toda a diversidade de composição e organização que ela possa ter. Esse processo não opera apenas na infância, produz efeitos ao longo de toda a vida e de maneiras diferentes com base nos lugares que se ocupa na família. Assim, a família serve de espaço de elaboração das experiências vividas (SARTI, 2004).

As relações de gênero estabelecidas no espaço privado, na família, são reproduzidas no espaço público, isto é, nos espaços políticos, econômicos e sociais. Para que as mulheres possam ser sujeitos de mudança para a superação da desigualdade que está

⁴⁹ Entrevista realizada pela pesquisadora com a Vereadora B, transcrição com as mesmas palavras.

⁵⁰ Idem.

sedimentada nas relações sociais é necessário que sejam *empoderadas*. Tal estratégia sugerida pela vereadora contribui nesse sentido, já que, com o *empoderamento* “as mulheres em particular, individual ou coletivamente, tomam consciência de como as relações de poder operam nas suas vidas e ganham autoconfiança e capacidade para as desafiar” (FERREIRA, 2004).

Assim, em forma de retro-alimentação, as ações propostas no âmbito público incidem na vida privada e a elaboração das experiências vividas no âmbito privado, contribuem para as mudanças necessárias na vida pública.

4.3.5 O maior número de anos de estudo não sensibiliza para as Políticas Públicas de Gênero

Existe uma moderada correlação (0,31) entre o nível de escolaridade e a importância percebida na consideração das questões de gênero nas políticas públicas, numa proporção inversa. A proporção de vereadores com ensino superior que consideram a questão de gênero importante nas políticas públicas é menor, 48%. Inversamente, é maior a proporção, 63%, de vereadores que não têm nível superior que consideram importante as questões de gênero.

Ao contrário do que se poderia supor, o maior número de anos de estudo não influencia na sensibilização ou conscientização a respeito da necessidade de enfrentamento da assimetria nas relações de gênero e da importância das políticas públicas nessa questão.

A escola, como um espaço social que foi se tornando, historicamente, nas sociedades urbanas ocidentais, um *locus* privilegiado para a formação de meninos e meninas, homens e mulheres é, ela própria, um espaço *generificado*, isto é, um espaço atravessado pelas representações de gênero (LOURO, 1997, p.77).

Nesse espaço social, a reprodução de preconceitos e discriminações ainda se mantém. Sempre esteve permeada de uma ação distintiva, pois, ao mesmo tempo, tornava os que nela entravam distintos dos outros que a ela não tinham acesso e dividia internamente os que lá estavam, por meio de diversos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização (LOURO, 1997).

Raramente a cidadania e a promoção da igualdade estavam presentes nos currículos das escolas. Ao contrário, o que existia e ainda existe são posturas sexistas de professores(as), livros didáticos ou para-didáticos que reproduzem estereótipos de gênero e raça e que contribuem para manter a mulher em uma posição social inferior à do homem. As

recentes iniciativas para revisão dos livros didáticos e para a formação continuada do corpo docente com a finalidade de imprimir nas atitudes o respeito à diversidade e a promoção da inclusão social são experiências ainda poucas e pontuais.

Sendo assim, a cultura da discriminação no meio educacional se perpetuou. A conscientização de homens e mulheres para a importância da promoção da igualdade de gênero aconteceu e acontece em outros espaços.

Os movimentos sociais, populares e, principalmente, os movimentos de mulheres e organizações feministas, são especialmente eficazes na condução da mulher para fora do isolamento social e para a mudança da cultura de naturalização das desigualdades (SUÁREZ; TEIXEIRA; CLEAVER, 2002).

4.3.6 Conservadorismo das religiões evangélicas pentecostais pode favorecer manutenção da superioridade do homem sobre a mulher

A influência da religião nas opiniões, crenças e atitudes, que se percebe nas respostas dos/das vereadores(as) ao formulário e nas entrevistas, está presente na correlação com a percepção da importância que os/as vereadores(as) dão à questão de gênero nas políticas públicas. Tal correlação é substancial, pois o coeficiente é 0,61.

Ao se proceder à dicotomização da variável religião, necessária para o cálculo da correlação, os católicos ficaram em um grupo e as demais religiões em outro. A maior parte dos católicos, 63%, considera importante a questão de gênero. Porém, 70% do segundo grupo dão pouca importância à perspectiva de gênero nas políticas públicas. Cabe registrar que nesse segundo grupo a religião predominante é a Evangélica, 63%.

A partir da constatação de que a religião do/da vereador(a) pode influenciar na maior ou menor importância que se dá à questão de gênero, levantaram-se algumas diferenças entre os católicos e evangélicos pentecostais para tentar entender tal correlação.

A posição conservadora do Vaticano sobre o uso da camisinha, o aborto, a união civil entre homossexuais, o segundo casamento, o papel da mulher, não leva os/as vereadores(as) católicos(as) a defenderem esses princípios em sua atuação parlamentar.

Observa-se pela entrevista como um dos vereadores se manifestou ao discorrer sobre políticas públicas para segmentos discriminados da sociedade. Especificamente, comentava a respeito de um projeto de lei que incluía os parceiros, companheiros ou

companheiras do mesmo sexo, na condição de dependentes para fins previdenciários, ou seja, o direito à pensão e a outros benefícios, para o funcionalismo público da cidade.

Você pode ter posição divergente, pode, por um motivo religioso, ou qualquer que seja o motivo, mas você não pode ignorar que existe esse problema e que precisa ser levado em consideração. [...] Mas foi um tabu, o pessoal..., teve alguns vereadores ligados ao setor evangélico levaram essa discussão pra dentro do seu segmento. Eu fui muito questionado pelos evangélicos, mas tive que fazer o debate.⁵¹

Os católicos nasceram nessa religião porque pertencem a famílias católicas há várias gerações. Não foi necessária uma conversão com mudanças de hábitos, não houve necessariamente um momento de escolha. São católicos como são brasileiros. Não se condiciona a prática da religião para se dizer católico. Portanto, o católico brasileiro se mostra menos conservador que a Igreja. Observou-se tal comportamento em trecho da entrevista com o mesmo vereador:

[...]em muitos momentos, as religiões têm essa coisa dogmática, de não querer entrar nessas questões, ou de ignorar. Mas manda nos segmentos. Porque o que adianta, [...]na questão de gênero[...], eu, por exemplo, tenho característica católica apostólica romana, de tradição de família e tal. Mas eu não ignoro isso. Se tiver que chegar na igreja um dia e fazer essa discussão e dizer: “olha padre, eu tenho posição divergente e vou me posicionar com essa posição divergente em relação a isso”.⁵²

Os pentecostais, ao contrário, passam pela conversão e por mudanças de hábitos. Pesquisa do Instituto Datafolha aponta que 54% dentre os pentecostais e 45% entre os evangélicos não-pentecostais declaram ter mudado algum hábito por causa da fé. Os católicos são apenas 9%. Dentre os católicos, 51% dizem ir à missa uma vez por semana ou mais, e dentre os pentecostais, a frequência à Igreja é de 85%.⁵³

A necessária mudança de comportamento dos evangélicos pentecostais no momento da conversão leva a moralidade estrita, ascetismo e puritanismo. Tal postura mais conservadora e a maneira como defendem esses princípios em sua atuação parlamentar é observada em trechos das entrevistas com vereadores(as) evangélicos.

O Vereador evangélico comenta sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo:

É como a legalização do casamento de homossexuais, que o pessoal tanto quer nesse Brasil, que eu nunca vou aprovar, se um dia eu for deputado eu nunca vou querer, casamento de homem com homem isso não existe, a Bíblia não aprova, não apóia, então, não tem como.⁵⁴

⁵¹ Entrevista realizada pela pesquisadora com o Vereador A, transcrição com as mesmas palavras.

⁵² Idem.

⁵³ Pesquisa Data Folha Os Brasileiros e a Religião, 6 mai 2007.

⁵⁴ Entrevista realizada pela pesquisadora com o Vereador D, transcrição com as mesmas palavras.

Nessa outra fala, a Vereadora evangélica diz como é pautada pela Bíblia e pela sua religião cristã:

Eu acho o cúmulo a pessoa dever. Uma falta de educação, e uma falta de religiosidade, que quando a gente tem uma religião, não importa ela qual seja, principalmente a cristã, você tem a Bíblia como uma constituição na vida cristã. E na Bíblia fala que a gente não deve dever nada a ninguém. E a gente vê que as pessoas pecam por tudo isso, não é? [...] Eu não gosto que fumem perto de mim, não gosto que falem palavrão, não gosto que mintam, porque se mente, faz tudo o que é errado. E por isso eles (os vereadores) têm um certo respeito comigo. Eu não gosto dessas coisas erradas. Eu estou aqui pra fazer as coisas certas. Se for pra fazer errado eu me retiro, vou embora.⁵⁵

A estreita relação da prática religiosa com a prática parlamentar detectada dentre os/as vereadores(as) de igrejas evangélicas pentecostais pode favorecer a manutenção da superioridade do homem sobre a mulher.

4.3.7 Partidos da esquerda dão mais importância para a promoção da igualdade entre homens e mulheres

Para testar a variável *partido político* procedeu-se ao agrupamento dos partidos por seu alinhamento no espectro político, observando-se as categorias: direita, centro e esquerda. Esse alinhamento é habitual nas avaliações dos especialistas da ciência política brasileira, dos meios de comunicação e bem como nas avaliações daqueles que militam na política.

Os partidos DEM, PHS, PP, PR, PSC, PSDC, PTB podem ser considerados de direita. O PSDB e o PMDB situam-se ao centro. À esquerda desse eixo ficam PC DO B, PDT, PMN, PPS, PSB, PSOL, PT e PV (MIGUEL, QUEIROZ, 2006; RODRIGUES, 2002).

Houve dúvida ao se categorizar as pequenas legendas, por não terem uma história consolidada, por não possuírem perfil programático e por serem utilizadas meramente como *siglas de aluguel*. Logo, pode haver questionamento acerca do local reservado a elas nesse eixo direita-esquerda. No entanto, para os fins desta pesquisa, não são percentualmente significativas a ponto de acarretarem impacto na análise.

Até mesmo as legendas com maior tradição histórica, às vezes, causam receio para sua categorização, pois

os partidos são percebidos de modo diferente na medida em que o sistema partidário se institucionaliza e suas orientações políticas e programas mudam, especialmente quando confrontados com a realidade do governo ou com as possibilidades de alcançá-lo (RODRIGUES, 2002, p. 32).

⁵⁵ Entrevista realizada pela pesquisadora com a Vereadora G, transcrição com as mesmas palavras.

Superadas as ambigüidades, observa-se que a esquerda tem 48,94% da representação nas câmaras da Região do Grande ABC, os partidos de centro são 24,47% e os de direita 26,60%.

No entanto, para efeito do cálculo de correlação somaram-se os partidos de centro aos de direita. O resultado foi uma correlação substancial, 0,55. Isto significa que os/as vereadores(as) que pertencem a partidos posicionados no campo da esquerda dão mais importância para a promoção da igualdade entre homens e mulheres por meio das políticas públicas do que os vereadores(as) de partidos mais conservadores.

Apesar da tendência na política brasileira de crescente valorização do personalismo, em detrimento do partido político, é inegável que as pessoas se alinham em partidos que traduzem ideologicamente suas aspirações sociais e sua mundividência.

Teoricamente, os/as vereadores(as) filiados(das) aos partidos de esquerda pensam o mundo da perspectiva da teoria marxista. A inserção das feministas marxistas em tais partidos foi intensa e influenciou decisivamente nas definições programáticas, na organicidade e nas práticas partidárias. Logo, existe uma estreita relação entre feminismo e socialismo nos partidos de esquerda. Observa-se o fato pelo relato de como as mulheres se organizaram no PT.

Para parte significativa das ativistas que se dedicaram à construção do movimento, a luta pela libertação das mulheres não poderia deixar de ser parte integrante de um projeto socialista, [...]. Não por acaso uma das primeiras palavras de ordem destacadas pelas mulheres organizadas dentro do PT [...] foi “Não há socialismo sem feminismo” (GODINHO, 1998, p. 15).

Essa participação das ativistas feministas no Partido dos Trabalhadores fez com que ele fosse o primeiro partido a instituir a cota de 30% de mulheres nas instâncias da direção partidária, deliberação aprovada no 1º Congresso do PT, realizado no final de 1991.

Nesse sentido, observa-se que 40% do total de vereadoras das câmaras da Região do Grande ABC são do PT. O dado confirma que “os partidos políticos organizados sob o princípio de classes é que incorporam, em maior proporção, segmentos representativos das mulheres” (AVELAR, 1996, p. 32).

É importante registrar, também, que dos/das 21 vereadores(as) do PT, apenas um não considerou importante a questão de gênero nas políticas públicas.

4.3.8 O número de mandatos não tem relação com a percepção da importância de políticas de gênero

Para verificar a correlação entre as variáveis, neste item, os vereadores foram distribuídos em duas categorias, os que estão no primeiro e segundo mandatos e os demais que possuem de três a cinco mandatos. Verificou-se correlação baixa entre essas variáveis, de 0,10.

O maior tempo na vida pública pode proporcionar mais informações a respeito de políticas públicas e organismos governamentais específicos para a questão de gênero e isto poderia ser um fator positivo para a sensibilização dos/das vereadores(as) para a promoção da igualdade entre homens e mulheres. Porém, não foi o que ocorreu, pois essa pequena correlação foi resultado da tendência dos vereadores com um e dois mandatos serem um pouco mais propícios a dar importância à perspectiva de gênero nas políticas públicas do que os vereadores com três ou mais mandatos.

4.3.9 Dedicção exclusiva permite que vereadores(as) sejam mais sensíveis à importância da promoção da igualdade de gênero pelas políticas públicas

A correlação entre as duas variáveis foi de 0,48, portanto, moderada. Verifica-se que entre os que têm ocupação profissional, além do mandato, a tendência é a posição negativa à importância da questão de gênero. Inversamente, os que têm dedicação exclusiva como vereador(a) estão muito mais sensibilizados para a importância da promoção da igualdade de gênero.

A hipótese que poderia responder a esse fenômeno é o tempo dedicado exclusivamente à política que pode proporcionar condições de assimilar mais informações a respeito de políticas públicas e organismos governamentais específicos para a questão de gênero, o que levaria os/as vereadores(as) a refletir mais acerca dessa questão.

Mesmo porque, os/as parlamentares ainda não conseguem desempenhar plenamente seu papel de avaliadores de políticas públicas (PPs), principalmente por elas possuírem quatro singularidades básicas que dificultam tal ação:

As PPs não são formuladas por um agente determinado, mas por múltiplos agentes; as PPs, como norma, não são claramente explicitadas pelos seus formuladores; as PPs são operacionalizadas por intermédio de um vasto número de agentes e ações; as PPs são submetidas a constantes mudanças, sofrendo os efeitos de novas PPs (SANCHES, 2000, p. 1).

Para verificar tal hipótese, relacionaram-se duas variáveis independentes. Dos vereadores que têm dedicação exclusiva, 77% disseram conhecer organismos que tratam de políticas de gênero nos executivos. Enquanto, dentre os vereadores que têm outra ocupação ou

exercem profissão além da vereança, a porcentagem foi menor, são 69% os que conhecem esse tipo de organismo na administração pública.

Outra suposição é que a dedicação exclusiva favorece a interação dos representantes eleitos com os movimentos sociais, os tornando mais disponíveis para receber as demandas sociais, afinal, é na cidade que se configura o local da “expressão concentrada dos problemas e desafios da humanidade: crescimento e meio ambiente, desperdício e pobreza, liberdades possíveis e exclusões reais” (BORJA, CASTELLS, 1997, p. 368).

Essas demandas sociais também se configuram por meio dos novos arranjos participativos locais, que são os conselhos temáticos consultivos e deliberativos e o orçamento participativo. É desejável que esses meios de participação direta articulem-se melhor com os legislativos locais. “Somente assim cada uma das formas de exercício da soberania, a participação e a representação, poderão complementar déficits ou incompletudes presentes na outra” (AVRITZER, 2006, p. 42). Para isto, é necessário que os/as parlamentares tenham predisposição, disponibilidade e dedicação.

De todo o exposto, depreende-se que o papel do vereador é bem mais complexo do que se possa imaginar.

Porém, essas hipóteses poderiam ser testadas por pesquisas futuras para uma melhor análise do fenômeno.

4.3.10 O conhecimento de organismos específicos de promoção da igualdade de gênero é fator relevante

Pela substancial correlação estabelecida, 0,68, demonstra-se que o conhecimento da existência de estruturas específicas nos executivos para a promoção da igualdade entre homens e mulheres é um fator que influencia para se considerar importante essa questão.

No sentido de qualificar e aumentar o conhecimento desses organismos e, conseqüentemente, aumentar a percepção da importância das políticas de gênero, é necessário encarar o desafio que Godinho explicita. Fazer com que as Políticas Públicas de Gênero realmente deixem de ser apenas projetos pilotos e restritos. Recomenda-se que o governo se esforce em ampliar os espaços de solidariedade interna e em aumentar a capilaridade das ações e do debate sobre a discriminação (2004).

4.3.11 A percepção da importância da questão de gênero nas políticas públicas não leva à ação parlamentar

Era de se esperar uma correlação mais forte entre a percepção da importância das políticas públicas de gênero e a apresentação de proposições a esse respeito, porém o resultado foi 0,42, o que mostra uma correlação moderada. Isto significa que somente 38%, daqueles que consideraram *muito importante* ou *importante* a questão de gênero nas políticas públicas, consubstanciaram em ação parlamentar tal percepção.

4.3.12 Correlação forte entre políticas afirmativas de gênero e a percepção da importância de considerar a perspectiva de gênero nas políticas

A correlação detectada foi muito forte, 0,94 e deve-se ao fato de tanto a variável independente quanto a dependente medirem percepções que guardam muita similaridade entre si.

É interessante registrar a receptividade dos vereadores(as) ao se concretizar em exemplos as políticas públicas de gênero, mesmo para aqueles(as) que se mostraram refratários em questões anteriores, por desconhecer o princípio das políticas afirmativas e por demonstrar, em comentários, que não poderia haver diferença de tratamento para homens e mulheres nas políticas. Percebe-se que exemplos concretos falam mais do que conceitos abstratos. Trabalhar mais com exemplos e menos com discursos teóricos conceituais pode ser uma estratégia para os movimentos de mulheres e os grupos feministas explorarem a fim de convencer os detentores de poder a agir em favor da promoção da igualdade entre homens e mulheres.

4.3.13 O enfrentamento da violência doméstica contra a mulher tem apelo maior do que outras políticas de promoção da igualdade

Verificou-se uma correlação baixa entre essas duas variáveis: 0,11. Isso significa que considerar inadmissível a violência contra a mulher não é um fator que influencia na percepção da importância das políticas públicas de gênero.

Infere-se é que o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher tem um apelo muito maior do que as outras frentes de promoção da igualdade. Mesmo aqueles que têm percepção desfavorável a respeito da importância da perspectiva de gênero nas políticas públicas, percebem o problema da violência de maneira mais incisiva.

Tal percepção também pôde ser medida com a reação à afirmativa *existem momentos nos quais a mulher merece apanhar*, que consta na questão 24, em que a opção *discorda totalmente* foi praticamente unânime, pois apenas um vereador respondeu *concorda em parte*. Além da escolha da opção, as reações de desaprovação a essa afirmativa foram intensas, tanto verbalmente com comentários do tipo: “isto é um absurdo”, “de jeito nenhum”, “quem bate em mulher tem que ir pra cadeia”, como com gestos de balançar a cabeça demonstrando negação.

As ações de enfrentamento da violência contra a mulher, nos últimos anos, estão tendo mais visibilidade e são menos polêmicas se comparadas às demais ações afirmativas. Porém, seria objeto de outra pesquisa, saber qual a causa que os/as informantes imputam à violência doméstica contra a mulher. Talvez, seguindo o senso comum, as causas acabem sendo atribuídas ao alcoolismo, ao desemprego, à baixa escolaridade e cultura, aos problemas psíquicos, mas não ao cerne do problema. Provavelmente, serão poucos os que terão a percepção de que a principal causa é a relação desigual de poder estabelecida pela cultura patriarcal que as submetem à condição inferior ao homem, ao longo da história.

Pois essa cultura patriarcal se estabelece nas seguintes bases:

1 – Não se trata de uma relação privada, mas civil; 2 – dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres; 3 – configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; 4 – tem uma base material; 5 – corporifica-se; 6 – representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência (SAFFIOTI, 2004).

Por não haver essa relação causal é que as ações diretas de punição ficam mais em evidência e não se dá maior importância para as políticas afirmativas de gênero que agem como prevenção à violência doméstica ao promover a autonomia e fortalecimento das mulheres, contribuindo para desfazer as relações de dependência.

4.3.14 Apoio de movimentos sociais influencia na percepção da importância de políticas públicas de gênero

É moderada, 0,38, a relação entre a influência exercida pelos movimentos sociais e a percepção dos parlamentares da importância da perspectiva de gênero nas políticas públicas.

Uma via de mão dupla pode explicar essa correlação. De um lado, o movimento de mulheres e as organizações feministas, a partir do princípio da constituição do sujeito pelas categorias relacionais gênero, raça e classe, atuam em outros movimentos sociais no sentido de potencializar o enfrentamento às desigualdades e discriminações em várias frentes.

De outro lado, diversos movimentos sociais também procuram unir forças com o movimento de mulheres e organizações feministas para potencializar suas reivindicações.

No campo ou na cidade, os movimentos sociais brasileiros têm se mobilizado na defesa não apenas de suas reivindicações específicas, mas na luta por mudanças estruturais tão necessárias para a construção da justiça social neste País (SOARES, 2005, p. 2).

É comum que os movimentos com maior amplitude, mais estruturados e mais dinâmicos - como é o caso do Movimento dos Sem Terra - constituam em sua organização grupos específicos para atuarem nas relações de gênero.

O Movimento de Mulheres Sem Terra, cuja multiplicidade e diversidade não têm impedido que, além de lutar contra as evidentes desigualdades de gênero e de raça, entendam que a luta por direitos universais consubstanciados em políticas públicas efetivas é absolutamente essencial. (SOARES, 2005, p. 6)

Dessa forma, sendo os movimentos sociais, em geral, permeados pela perspectiva de gênero, há sentido que exista uma percepção favorável para as políticas públicas de gênero para aqueles(as) parlamentares que tiveram influência dos movimentos sociais em suas eleições.

Essa percepção também é notada no discurso daqueles vereadores(as) entrevistados(as) e que consideraram importante a perspectiva de gênero nas políticas públicas.

O Vereador leva em conta a opinião do movimento, que aqui é chamado de segmento:

Eu não posso aprovar um projeto, à revelia desse segmento, que ele existe, então eu tenho que estar sempre buscando apoio desse segmento pra eles botarem a posição deles, o que eles pensam em relação a isso. Como eles vão se sentir contemplados, e não é demagogia. É porque é um segmento que tem que ser levado em consideração⁵⁶

Ou ainda a fala da Vereadora:

Todo o movimento de mulheres, todo o movimento organizado vai estar dentro, não é, porque como é que você discute políticas para mulheres sem

⁵⁶ Entrevista realizada pela pesquisadora com o Vereador A, transcrição com as mesmas palavras.

discutir com elas? Não dá pra ele (governo) implementar uma política que tirou da cabeça.⁵⁷

4.3.15 Assessoria predominantemente feminina nada influencia na percepção da importância das políticas públicas de gênero

Essa variável foi dividida em duas categorias. Os/As vereadores(as) assessorados(as) por uma maioria de homens e aqueles(as) assessorados por uma maioria de mulheres ou em igual número de homens e mulheres. Houve uma correlação ínfima de apenas 0,01.

Considerar importante a questão de gênero nas políticas públicas, não se manifestou em atitude igualitária na escolha da assessoria.

Por outro lado, ter uma assessoria predominantemente feminina também não influenciou na percepção da importância dada às políticas públicas de gênero.

4.3.16 Opiniões conservadoras levam a percepção de menor importância para políticas públicas de gênero

A correlação moderada de 0,38 entre essas variáveis demonstra que quanto mais conservadoras forem as opiniões, crenças e atitudes em relação à igualdade entre homens e mulheres, menos importância se dará à questão de gênero nas políticas públicas, como era de se esperar.

Observam-se entre os/as vereadores(as) que percebem a perspectiva de gênero nas políticas públicas como sendo de pouca importância, manifestações preconceituosas e discriminatórias.

O Vereador se refere às políticas de gênero com um tom de menosprezo quando diz “promover um negócio melhor aí pras mulheres”⁵⁸. Esse mesmo vereador, mais adiante na entrevista, comenta a respeito do fato da cidade não ter nenhuma vereadora, dando a atender que o papel de uma mulher na câmara seria apenas de embelezamento do ambiente, isto é, como um objeto de decoração: “A gente espera que na próxima eleição a gente tenha pelo menos uma mulher aí, pra ficar mais bonito o plenário da casa né?”⁵⁹

⁵⁷ Entrevista realizada pela pesquisadora com a Vereadora B, transcrição com as mesmas palavras.

⁵⁸ Entrevista realizada pela pesquisadora com o Vereador .D, transcrição com as mesmas palavras.

⁵⁹ Idem.

Notou-se a reprodução de estereótipos negativos em relação ao sexo feminino por parte também de vereadora, como nesse trecho de entrevista ao se solicitar à vereadora para dar sua opinião a respeito de haver tão pouca representação feminina no legislativo. A Vereadora generaliza um comportamento como sendo de todas as mulheres, traçando um modelo de mulheres irracionais, históricas e que têm como único fim o casamento.

Porque as mulheres não votam nas mulheres. Porque elas votam por um rosto bonito, pensando que elas vão casar com a pessoa que elas tão votando. É a mesma coisa quando participa de um show, de um calouro, de um artista. Elas ficam gritando, pensando que eles vão namorá-las, casar com elas. E as mulheres ficam endoidecidas pensando em arrumar um marido. Então elas quando vêem um rapaz bonito pensam: “ah, esse daí, eu vou votar nele”.⁶⁰

A desconstrução de valores culturais preconceituosos e discriminatórios enraizados em nossa sociedade é muito importante para haver reflexo nas atitudes frente às políticas públicas para a promoção da igualdade de gênero.

Observou-se, também, que há um senso comum de que algumas características femininas, como sensibilidade, meiguice, paciência, amor incondicional, são inatas, um dom natural.

Quando na entrevista esse assunto veio à tona o comentário do vereador foi:

Eu acho que a mulher tem mais sensibilidade, muito mais sensibilidade. É por isso que quando o legislativo, ou qualquer que seja o segmento, tem um equilíbrio entre homens e mulheres, as coisas funcionam com muito mais harmonia.⁶¹

Perguntado se concordava que as mulheres nascem com essas características, a resposta desse vereador foi:

Concordo. [...]Eu vejo a diferença do pai e da mãe. A minha mãe, eu tenho quarenta anos. Hoje eu fui sair de manhã de casa ela falou: Põe a blusa, olha, põe uma meia a mais. Quer dizer, já é da mulher isso aí. E meu pai, o máximo que ele pode falar é: Bom dia, liga. [...] A gente vê isso aí na própria natureza da gente. Que a mãe, até na própria vida animal, né?⁶²

Entretanto, vozes dissonantes foram encontradas, como é o caso da Vereadora que discordou do senso comum e manifestou sua opinião de que existe um aprendizado, uma construção social e cultural para que as mulheres apresentem tais características.

[...]eu não sou meiga, não sou paciente, não sou. Nada disso que você disse, eu me enquadrei. [...]isso não é uma questão de nascimento, porque você nasce mulher ou porque você nasce homem, né? [...] conheço homens também que são meigos, e conheço mulheres que são meigas. [...] Sou sensível às causas sociais, sou sensível à luta das mulheres, sou sensível à luta dos negros, sou sensível à luta do povo brasileiro, mas essa sensibilidade, do dia a dia, de encher meu gabinete de flores, de andar de

⁶⁰ Entrevista realizada pela pesquisadora com a Vereadora G, transcrição com as mesmas palavras.

⁶¹ Entrevista realizada pela pesquisadora com o Vereador A, transcrição com as mesmas palavras.

⁶² Entrevista realizada pela pesquisadora com o Vereador F, transcrição com as mesmas palavras.

uma forma como se eu fosse louça. Eu não sou louça. Eu sou uma mulher, que sou vereadora. [...] E se precisar ser radical, enérgica e ser dura, nós somos, mas lógico que nós gostamos também, eu gosto muito de uma flor, de um carinho. Eu sou uma mulher. Não necessariamente uma mulher de louça, mas também não sou uma mulher que não queira carinho, porque eu acho que homens e mulheres, nós queremos ser amados, né? Eu quero ser amada, e acho que da mesma forma que os homens. Essa coisa de..., dessa mulher aí, é uma farsa, uma ficção, né? Você viu que as mulheres espartanas...[...]Quando os filhos nasciam, [...]já era costume, de quando o filho tinha algum problema físico, alguma deficiência, elas próprias jogavam do penhasco – não é isso? Então, quer dizer, essa história de “eu nasci pra ser mãe”... [...]É cultural. E isso lá era cultural, entendeu? Então ninguém nasceu pra ser mãe, porque se você nasce, você nasce em qualquer época, em qualquer sociedade, você é mulher. Você nasceu mulher, você nasceu pra ser mãe, você nasceu pra ser dona de casa, você nasceu pra ser isso, pra aquilo outro. Então têm coisas que não se explica, até do ponto de vista histórico, essa questão de ser essa mulher que tentam nos... é, subjugar. Não é só paternalista. É pra colocar mesmo quem é que manda nessa sociedade, entendeu? Eu mando, e vocês são nosso cabidinho, né? [...] Então por isso que eles tentam descaracterizar o dia 8 de março (Dia Internacional da Mulher). [...] Os vereadores aqui da casa eles mandam florzinha, mas não comparecem à atividade do 8 de março, que é pra fazer discussão concreta do que é esse dia.⁶³

Ainda essa outra Vereadora diz:

Têm homens que são mais meigos que mulher. Têm homens que criam os filhos melhor. [...] Nós somos iguais. A criação é que é diferente. Quando deixa uma criança como aqueles irmãos que foram criados no meio da floresta. Quando acharam eram bichos. Eles são produtos do meio. Então, se você deixa um homem ser bruto, ele vai ser bruto. Agora, se você ensinar que tem que respeitar a irmã, o irmão igualmente, eles vão ser sensíveis também. E tem mulher que é bruta, que nossa senhora! Eu vejo, vem aí, cada coisa que falam então. Nascer a gente nasce perfeito. O meio que modifica tudo.⁶⁴

⁶³ Entrevista realizada pela pesquisadora com a Vereadora B, transcrição com as mesmas palavras.

⁶⁴ Entrevista realizada pela pesquisadora com a Vereadora G, transcrição com as mesmas palavras.

5 CONCLUSÃO

Além da possibilidade de caracterizar a atual constituição dos legislativos locais, este estudo indicou que a metade dos/das vereadores(as) considera importante a perspectiva de gênero nas políticas públicas e apontou as variáveis que influenciam com maior ou menor intensidade nessa percepção de importância.

Pôde-se construir um protótipo do vereador típico da Região do Grande ABC. Esse vereador é um homem branco, com mais de 40 anos, casado, católico, com formação superior completa, filiado a um partido de centro-esquerda e no exercício do segundo mandato. Mantém atividade profissional (médico, advogado, comerciante ou empresário) além da vereança.

Para além dessa fotografia instantânea, é importante colocar luz no que não se vê nas Câmaras Municipais. Não se vêem mulheres, negros e jovens em proporção representativa à dessa população que vive na Região do Grande ABC.

Como o foco desta pesquisa são as políticas públicas de gênero, importa comentar a ausência feminina no legislativo. Os/As vereadores(as) apontaram motivos para essa pequena inserção das mulheres nos legislativos. Alguns apresentam motivos que reproduzem preconceitos e discriminações, como, por exemplo: as mulheres não agem com inteligência, são desinteressadas e sem iniciativa. Assim, no plano do esforço individual, responsabilizam unicamente as mulheres pela não-participação.

Outros apontam razões diferentes, dentre as quais as características e papéis atribuídos e impostos social, cultural e historicamente ao mundo feminino; a falta de consciência das mulheres quanto à própria importância; a condição social da maior parte das mulheres, cujas necessidades básicas não são supridas adequadamente.

As vereadoras da Região do Grande ABC que conseguiram ultrapassar essas barreiras têm escolaridade de nível superior, prova de que a presença das mulheres nos parlamentos e postos de decisão está estreitamente relacionada à posição social que ela ocupa na sociedade: quanto mais alta sua posição social, mais possibilidades de conquistar espaços.

A política afirmativa de cotas como meio de garantir a presença das mulheres nos legislativos foi alvo de maiores críticas e ressalvas.

Aqueles(as) que se posicionam contrários à cota de gênero nas candidaturas das eleições proporcionais também são contrários às cotas referentes à raça/etnia nas universidades. É por essa lógica que se consideram as desigualdades sociais mero fruto de

incapacidade individual e não como conseqüência das injustiças provenientes da estrutura social, política e econômica. O discurso freqüente é que nada impede às mulheres de ocupar esses espaços políticos. Esses(as) vereadores(as) não se apercebem que a mesma educação e cultura que talham os homens para ocupar cargos de liderança política é que também talham as mulheres para as lidas domésticas.

Mesmo os/as vereadores(as) favoráveis à política de cotas, porque aumentam a possibilidade de eleger mulheres, entendem que só as cotas não bastam. São necessárias outras ações concomitantes: o *empoderamento* proporcionado pela atuação coletiva no Movimento de Mulheres e pelas políticas públicas afirmativas; a qualificação das mulheres como sujeitos da história e para a conquista da autonomia; os incentivos para as campanhas eleitorais e, principalmente, a mudança da cultura de que o espaço público da política não foi feito para as mulheres.

Verificou-se que ser mulher não influencia a percepção das vereadoras quanto à importância da perspectiva de gênero nas políticas públicas. Ao contrário, as mulheres não estão imunes aos preconceitos de gênero. A cultura da naturalização da desigualdade ainda continua muito forte em toda a sociedade, independentemente de sexo, raça/etnia e classe.

Mesmo que nem todas as vereadoras assumam as bandeiras do movimento de mulheres, é inegável que as mulheres nos espaços de poder fazem diferença, porque a democracia só será plena quando houver participação de mulheres igual à de homens na elite política. Os próprios vereadores constatam que as mulheres priorizam as questões sociais em seus mandatos, principalmente a educação e a saúde, diferencial de atuação entre eles e as vereadoras. O simples fato de as mulheres se identificarem nesse espaço como categoria pode despertar o desejo de um número maior de mulheres para igualmente ocupar aquele espaço.

De outro lado, as religiões evangélicas pentecostais influenciam na atuação parlamentar tanto de homens quanto de mulheres. Os/As vereadores(as) têm postura mais conservadora, segundo a religião que professam. Os/As evangélicos(as) atuam no legislativo de acordo com seus preceitos religiosos e dizem que o peso de suas congregações influenciou para os eleger. Apesar de os católicos serem maioria, a posição conservadora do Vaticano sobre a contracepção, o aborto, a união civil entre homossexuais, o segundo casamento e o papel da mulher não os leva a defender tais princípios em sua atuação parlamentar.

O conhecimento de organismos administrativos específicos que se dedicam às políticas de gênero é fator que influencia na percepção da importância da perspectiva de gênero nas políticas públicas. Porém, em geral, há desconhecimento de programas/projetos que promovem a igualdade de gênero. Isso denota a falta de acompanhamento das ações do

Executivo ou irrelevância da questão para o mandato. Por outro lado, é provável que políticas de promoção da igualdade de gênero não serem tampouco prioridade para o próprio Executivo que as restringem a projetos restritos e de pouca visibilidade. Prova disso é que nem todas as cidades da Região do Grande ABC possuem organismos específicos.

Apesar do desconhecimento generalizado de projetos, programas ou ações, o atendimento às mulheres em situação de violência doméstica foi o mais lembrado, o que permite inferir que o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher tem apelo muito maior do que as outras frentes de promoção da igualdade. Mesmo os que têm percepção desfavorável a respeito da importância da perspectiva de gênero nas políticas públicas consideram necessário haver maior rigor na punição aos agressores.

O que pode estar por traz desse discurso favorável às políticas de enfrentamento da violência contra a mulher é o senso comum que parte do princípio da existência da fragilidade feminina e, por isso, a importância da mulher ser protegida. No entanto, não há percepção de que a principal causa dessa violência é a relação desigual de poder estabelecida pela cultura patriarcal, visto não se atribuir importância às políticas afirmativas de gênero que promovem a autonomia e fortalecimento das mulheres, políticas que contribuem para eliminar a dependência das mulheres em relação aos homens e que, conseqüentemente, atuam na raiz do problema, como prevenção da violência doméstica.

A pouca iniciativa dos/das vereadores(as) em apresentar proposições relativas à questão de gênero demonstra que nem todos os vereadores(as) que consideram importante a perspectiva de gênero nas políticas públicas transformam em atitude essa convicção. Houve um sentimento generalizado de que a ação parlamentar é restrita e difícil. Vários são os motivos mencionados por eles/elas para justificar a pequena atuação nessa área: há quem não concorde que o tema seja objeto de legislação ou políticas públicas, por considerar que a responsabilidade pela mudança reside no âmbito privado: há quem alegue que exorbita do alcance do legislativo local e que há impedimento de legislar sobre matérias que demandam gastos; há, por fim, quem responsabiliza a cultura machista e a falta de pressão social dos Movimentos de Mulheres pelas dificuldades apontadas. Mesmo quem apresenta proposições com essa temática relata dificuldades da atuação legislativa por constituir minoria partidária ou por não pertencer à bancada de sustentação do prefeito, o que resulta em vetos a seus projetos.

Quanto à questão partidária, pôde-se perceber que vereadores(as) de partidos de esquerda estão mais propensos a se aliarem à promoção da igualdade de gênero, já que esses partidos tiveram maior influência do feminismo em suas histórias e conteúdos programáticos.

Além do que, seus parlamentares prezam pela fidelidade partidária, o que, no geral, não foi detectado nos vereadores dos demais partidos. Esses, ao contrário, tendem a atuar muito mais como indivíduos na relação entre Sociedade e Estado, do que como representantes dos partidos a que se filiam, fator que impede atribuir orientação ideológica à sua atuação.

Existe também uma estreita relação dos vereadores dos partidos de esquerda com os Movimentos Sociais. Essa proximidade demonstrou uma percepção favorável para as políticas públicas de gênero, dado que o Movimento de Mulheres e as organizações feministas também atuam em outros movimentos sociais a fim de potencializar o enfrentamento das desigualdades e discriminações em várias frentes.

A mudança da cultura de naturalização das desigualdades está muito mais assimilada pelos que participam dos Movimentos Sociais do que em qualquer outro espaço. A pesquisa o comprova principalmente ao mostrar que a alta escolaridade influencia menos a valorização das políticas de promoção da igualdade entre homens e mulheres pelos/as vereadores(as) do que a ação dos Movimentos Sociais.

O que as entrevistas revelaram é que o tema é ainda novo para muitos dos/das parlamentares e, freqüentemente, causa estranheza e resistência a adoção da questão de gênero nas políticas públicas. É provável que a desinformação e a falta de elementos sejam o entrave para que legislem sobre o assunto, acompanhem e fiscalizem as ações do Executivo nessa área.

Percebe-se que a abordagem direta da questão por meio de exemplos num processo de sensibilização pela ação assertiva poderá surtir mais efeito do que o embate ideológico. Novas formas de agir, com inovação e criatividade, precisam ser pensadas para convencer os detentores de poder, a agir em favor da promoção da igualdade entre homens e mulheres. Para tanto, caracterizar esse público, seu pensamento e as influências que sofre contribui para traçar essa nova estratégia, seja para os Movimentos de Mulheres e organizações feministas, como para os/as gestores(as) públicos(as) que atuam no desenvolvimento de políticas de gênero nos organismos específicos dos Executivos municipais da Região do Grande ABC.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel, BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fund. Perseu Abramo, 2005.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Pertencimento do Mandato. In ANASTASIA, Fátima; AVRITZER, Leonardo (Org.). *Reforma política no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. p. 180-182.

ALVES, José Eustáquio Diniz. *A mulher na política e a política de cotas*. Brasília: CFEMEA, 2004. Disponível em:
<<http://www.cfemea.org.br/temasedados/detalhes.asp?IDTemasDados=108>>. Acesso em 26 nov. 2005.

ANASTASIA, Fátima; NUNES, Felipe. A Reforma da Representação. In ANASTASIA, Fátima; AVRITZER, Leonardo (org.). *Reforma política no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p.17-30.

AVELAR, Lúcia. *Mulheres na Elite Política Brasileira: canais de acesso ao poder*. Série Pesquisas, nº 6. São Paulo: Fund. Konrad-Adenauer-Stiftung, 1996.

AVRITZER, Leonardo. Reforma Política e Participação no Brasil. In ANASTASIA, Fátima; AVRITZER, Leonardo (org.). *Reforma política no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. p. 35-43.

BANDEIRA, Lourdes M. *Brasil – Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: avançar na transversalidade da perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas*. Brasília: CEPAL/SPM, 2005. Disponível em:
<http://200.130.7.5/spmu/docs/integra_public_lourdes_bandeira.pdf>. Acesso em 20 ago. 2006.

BLAY, Eva A. Igualdade de oportunidades para as mulheres: construindo o caminho. In BLAY, Eva A. (Org.). *Igualdade de oportunidades para as mulheres: um caminho em construção*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002. p. 9-20.

BLAY, Eva A. Violência contra a mulher e políticas públicas. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo: USP, n. 49, p. 87-98, set./dez. 2003.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 12. ed. Brasília: LGE, 2004. v. 2.

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOGHOSSIAN, Cynthia Ozon. *Vivências de violência em Vigário Geral: experiência de gerações*. (Mestrado) Fund. Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, vii, 1999. Disponível em
<http://portalteses.cict.fiocruz.br/transf.php?script=thes_chap&id=00003002&lng=pt&nrm=is_o>. Acesso em 15 jun. 2007.

BORJA, Jordi; CATELLS, Manuel. *Local y Global: la gestión de las ciudades en la era de la información*. Madrid: Taurus, 1997.

CAMPOS, Leonildo Silveira. *Teatro, Templo e Mercado: a Igreja Universal do Reino de Deus e as mutações no campo religioso protestante*. Artigo apresentado na VIII Jornada sobre Alternativas Religiosas na América Latina, São Paulo, 22 a 26 de setembro de 1998.

Disponível em:

<http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_51.pdf>. Acesso em 15 jun. 2007.

CAPPELLIN, Paola. Ações afirmativas: uma estratégia para corrigir as desigualdades entre homens e mulheres. In: LIGOCKI, Malô Simões Lopes, LIBARDONI, Marlene (Org.). *Discriminação positiva, ações afirmativas: em busca da igualdade*. 2. ed. São Paulo: CFEMEA/ELAS, 1996. p. 13-31.

CARNEIRO, Sueli. A batalha de Durban. In: *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis: UFSC, v. 10, n. 1, jan 2002, p. 209-214.

CARVALHO, Maria Aparecida de. *Perfil Demográfico intra-urbano de São Caetano do Sul: uma ferramenta de gestão*. Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade Municipal de São Caetano do Sul, São Caetano do Sul, 2004.

CONCEIÇÃO, Jefferson José da. *As fábricas do ABC no olho do furacão: a indústria de autopeças e a reestruturação da cadeia de produção automotiva nos anos 90*. Dissertação (Mestrado em Administração) Universidade Municipal de São Caetano do Sul. São Paulo: IMES, 2001.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO GRANDE ABC. *Plano Regional do ABC de Combate à Violência à Mulher*. Santo André. 2003.

CRESCE número de mulheres que bancam as despesas da família. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 5 out. 2006, p. B4.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de Teoria Geral do Estado*. São Paulo: Saraiva, 2005.

DANIEL, Celso. População é que decidirá destino. In: LIMA, Daniel (coord.). *Nosso Século XXI: especialistas de diferentes atividades analisam Grande ABC de ontem, hoje e de amanhã*. Santo André: Livre Mercado, 2001. p. 71-80.

DIDEROT, Denis. *Verbetes políticos da enciclopédia: Denis Diderot, Jean Lê Rond d'Alembert*. Seleção, tradução e comentários de Maria das Graças de Souza. São Paulo: Discurso Editorial; Unesp, 2006.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, jan./abr. 2004. p. 47-71.

FARIA, Nalu, NOBRE, Miriam. *Gênero e Desigualdade*. São Paulo: SOF, 1997.

FERREIRA, Virginia. A globalização das políticas de igualdade entre os sexos: do reformismo social ao reformismo estatal. In GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lucia

(Org.). *Políticas Públicas e Igualdade de Gênero*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 77-102.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: Fund. Getúlio Vargas. 1999.

FINAMORE, Claudia Maria; CARVALHO, João Eduardo Coin de. Mulheres candidatas: relações entre gênero, mídia e discurso. In *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis: UFSC, v. 14, n. 2, p. 347-362, maio/set. 2006.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Pesquisa Juventude, Cultura e Cidadania. São Paulo: FPA. 1999. Disponível em:
<<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/wfdownloads/viewcat.php?cid=19>>. Acesso em 3 set. 2006.

GIFFIN, Karen Mary. Produção do Conhecimento em um mundo ‘problemático’: contribuições de um feminismo dialético e relacional. In *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis: UFSC, v. 14, n. 3, set/dez. 2006, p. 635-653.

GIL, Antonio Carlos, GARCIA, Carla Cristina, KLINK, Jeroen. Região, Regionalismo e Regionalidade. *Caderno de Pesquisa*, São Caetano do Sul, Ano 5, n. 9, 2º sem./2003. p. 11-28.

GODINHO, Tatau. Construir a desigualdade combatendo a discriminação. In GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lucia (Org.). *Políticas Públicas e Igualdade de Gênero*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 55-64.

_____. O PT e o feminismo. In BORBA, Ângela, FARIA, Nalu, GODINHO, Tatau (Org.). *Mulher e Política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Fund. Perseu Abramo, 1998, p. 15-32.

HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002.

IBGE. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Cidades@*. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em 21 nov. 2005.

IDOSOS no Brasil: Vivências, desafios e expectativas na 3ª idade - *Pesquisa de opinião pública da Fundação Perseu Abramo*: - 2007, disponível em
<<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/index.php?storytopic=1642>> Acesso em 15 mai 2007.

INÁCIO, Magna. Regras Decisórias: poderes de agenda do Presidente. In ANASTASIA, Fátima; AVRITZER, Leonardo (org.). *Reforma política no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. p. 170-175.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. As Câmaras Municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. In *Opinião Pública*, Campinas, Vol. XI, n. 2, outubro, 2005, p. 337-365.

KLIKSBERG, Bernardo. *O desafio da exclusão: para uma gestão social eficiente*. São Paulo: FUNDAP, 1997.

KLINK, Jeroen Johannes. *A cidade-região: regionalismo e reestruturação no Grande ABC paulista*. Rio de Janeiro: PD&A, 2001.

LEAL, Paulo Roberto Figueira. *O PT e o dilema da representação política: os deputados federais são representantes de quem?* Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

LEMOS, Marilda de Oliveira. *Entre Nós: um estudo de caso sobre a Casa-Abrigo Regional do ABC para mulheres em situação de violência*. Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade Municipal de São Caetano do Sul, São Caetano do Sul, 2003.

LENCIONI, S. *Região e geografia*. São Paulo: EDUSP, 1999.

LEÓN, Oscar Dávila. Adolescência e juventude: das noções às abordagens. In FREITAS, Maria Virgínia de. *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa, 2005, p. 9-18.

LIGOCKI, Malô Simões Lopes. Incentivos ao trabalho da mulher: estudo comparativo na legislação em diversos países. In LIGOCKI, Malô Simões Lopes, LIBARDONI, Marlene (Org.) *Discriminação positiva, ações afirmativas: em busca da igualdade*. 2. ed. São Paulo: CFEMEA/ELAS, 1996. p. 35-71.

LOPEZ, Felix G. A política cotidiana dos vereadores e as relações entre executivo e legislativo em âmbito municipal: o caso do município de Araruama. In *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba: Universidade Federação do Paraná, 22 jun. 2004, p. 153-177.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e Magistério: Identidade, História, Representação. In CATANI, Denice Bárbara et al. (Org). *Docência, Memória e Gênero: estudos sobre formação*. São Paulo: Ed. Escrituras, 1997, p. 77-84.

MACHADO, Mario Brockmann. Raízes do controle externo do Judiciário. *Monitor Público*, 8. Rio de Janeiro, 1996, p. 5-9. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/mario_machado/main_marioraizes.html>. Acesso em 30 set. 2006.

MASSOLO, Alejandra. El espacio local: oportunidades y desafíos para el empoderamiento de las Mujeres. Una visión Latinoamericana. In: *Jornadas sobre Género y Desarrollo*. Ayuntamiento de Vitoria-Gasteiz. País Vasco, 2002. Disponível em: <<http://www.redmujer.org.ar/articulos.htm>>. Acesso em 2 nov. 2005.

MIGUEL, Luis Felipe, QUEIROZ, Cristina Monteiro de. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. In *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis: UFSC, v. 14, n. 2, maio/set. 2006, p. 347-362.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. *Os Estudos sobre Feminização da Pobreza e Políticas Públicas para Mulheres*. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu-MG – Brasil, de 20- 24 de setembro de 2004.

OS BRASILEIROS e a Religião: Pesquisa Data Folha. In *Folha de São Paulo*, caderno especial 1 – 6 mai 2007.

PACHECO, Paula. Quo vadis, Bento XVI? In *Revista Carta Capital*, São Paulo: Ed. Confiança, ano XIII, n. 443, 9 maio 2007.

PINHEIRO, Luana Simões, SOARES, Vera. *Retratos da Desigualdade*. Brasília: UNIFEM/IPEA, 2005, CDROM.

PINTO, Céli Regina Jardim. Política de Cotas. In ANASTASIA, Fátima; AVRITZER, Leonardo (Org.). *Reforma política no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

PRASAD, Prarthana; BARON, Jonathan N. *Measurement of gender-role attitudes, beliefs, and principle*. Philadelphia: University of Pennsylvania. 1996. Disponível em: <<http://www.sas.upenn.edu/%7Ebaron/pp.htm#23>>. Acesso em 19 out. 2005.

RIBEIRO, Renato Janine. Política e juventude: o que fica da energia. In NOVAES, Regina, VANNUCHI, Paulo (org.) *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fund. Perseu Abramo, 2004, p. 19-33.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Partidos, Ideologia e Composição Social. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, v. 17, n. 48, fevereiro/2002, p. 31-47.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiência, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. Diferença ou Indiferença: gênero, raça/etnia, classe social. In GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lucia (Org.). *Políticas Públicas e Igualdade de Gênero*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 35-42.

SALDANHA, Nelson. *O que é Poder Legislativo*. 5 ed. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1992.

SANCHES, Osvaldo Maldonado. *O papel do Legislativo na avaliação de políticas públicas: Limites, Instrumentos e Perspectivas*. Brasília: Câmara Federal, 2000. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/orcament/principal/artigos/Papel_Legislat_Aval_Pol_Pub.pdf>. Acesso em 6 set. 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. As dores do pós-colonialismo. In *Folha de S. Paulo*: São Paulo, 11 ago 2006, p. A3.

_____. Uma concepção multicultural de direitos humanos. In *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo: CEDEC, n. 39, 1997.

SARTI, Cyntia Andersen. O jovem na família: o outro necessário. In NOVAES, Regina, VANNUCHI, Paulo (org.) *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fund. Perseu Abramo, 2004, p. 19-33.

SAULE JR., Nelson. Políticas públicas locais: Município e direitos humanos. In BUCCI, Maria Paula Dallari et al. *Direitos humanos e políticas públicas*. Cadernos Pólis, 2. São Paulo, Pólis, 2001.

SCOTT, Joan W. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS Corpo, 1991.

SOARES, Laura Tavares. Contra as teses do “refluxo”: intelectuais de esquerda e Movimentos Sociais em tempos de crise. In *Projeto de Análise de Conjuntura Brasileira*: www.outrobrasil.net, 2005, disponível em: http://www.lpp-uerj.net/outrobrasil/Docs/2162005193457_laura_junho_2005.doc. Acesso em 30 maio 2007.

SOARES, Vera. Muitas faces do feminismo no Brasil. In BORBA, Ângela, FARIA, Nalu, GODINHO, Tatau (Org). *Mulher e Política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Fund. Perseu Abramo, 1998, p. 33-54.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. Republicanismo. In ANASTASIA, Fátima; AVRITZER, Leonardo (org.). *Reforma política no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. p. 73-76.

STIEGLER, Bárbara. *Gênero, Poder e Política: 10 perguntas e respostas sobre o conceito de “gender mainstreaming”*. São Paulo: Fund. Friedrich Ebert Stiftung/ILDES, 2003. Disponível em: http://www.fes.org.br/media/File/inclusao_social/genero/genero_poder_e_politica.doc. Acesso em 12 jul. 2006.

SUÁREZ, Mireya, TEIXEIRA, Marlene, CLEAVER, Ana Julieta Teodoro. Gestão local e desigualdades de gênero. *Cadernos Agende*, v. 2, Brasília, 2002.

TRABALHO e renda da mulher na família. *Estudos e Pesquisas*. São Paulo: DIEESE, ano I, n. 6, mar. 2005. Disponível em: http://www.dieese.org.br/esp/estpesq06_mulher05.pdf. Acesso em 27 set 2005.

**APÊNDICE - Questionário para pesquisa sobre o tema: percepção de vereadores e
vereadoras da Região do Grande ABC acerca da importância de se considerar as
questões de gênero na formulação de políticas públicas**

DATA: ____/____/2005

FORMULÁRIO Nº _____ (1)

Nome: _____

2Sexo: 1 Masculino 2 Feminino

3Idade: _____ 1 21-30 2 31-40 3 41-50 4 51-60 5 mais de 61

4Cor/Raça:

1 Branca 2 Preta 3 Amarela
 4 Parda 5 Indígena 6 Outras

5Como o/a senhor(a) se define em relação à raça ou etnia? _____

6Atualmente, qual é o seu estado conjugal?

1 Casado(a)/amigado(a) 2 solteiro(a) 3 viúvo(a)
 4 separado(a)/divorciado(a)

7Qual o seu nível de instrução?

1 Fundamental incompleto
 2 Fundamental completo
 3 Médio incompleto
 4 Médio completo
 5 Superior incompleto
 6 Superior completo

8Qual é sua religião?

1 Católico 2 Protestante/Evangélico 3 Espírita
 4 Outra religião 5 Sem religião

9A que partido político o/a senhor(a) pertence? _____

10 Há quantos mandatos o/a senhor(a) exerce a vereança?

1 2 3 4 5

11 O/A Senhor(a) exerce outra atividade profissional além da vereança?

1 Sim 2 Não

Em caso positivo: Qual? _____

12 Que atividade profissional o/a senhor(a) exercia antes de assumir a vereança?

13 Qual das alternativas abaixo corresponde melhor ao que o/a senhor(a) pensa acerca da maneira como deve ser tratada a questão de gênero nas políticas públicas – políticas de promoção da igualdade entre homens e mulheres?

()1 Nenhum projeto de cunho social deveria ser levado a plenário se não considerasse a questão de gênero.

()2 Seria bom que os vereadores considerassem a questão de gênero na formulação de seus projetos.

()3 Admito que seja importante tratar da questão de gênero, mas essa questão não pode ser considerada obrigatória no processo legislativo.

()4 A questão de gênero só deve ser considerada em projetos que tratam especificamente dessa questão.

14O/A senhor(a) conhece algum organismo específico que trata das questões de gênero – políticas de promoção da igualdade entre homens e mulheres – nos executivos municipal, estadual ou federal?

()1 Sim ()2 Não Em caso positivo. Qual/Quais?

15O/A senhor(a) conhece algum programa ou projeto referente a políticas públicas de gênero – políticas de promoção da igualdade entre homens e mulheres – desenvolvidos pelos Executivos municipal, estadual ou federal?

()1 Sim ()2 Não Em caso positivo. Qual/Quais?

16O/A senhor(a) já apresentou alguma indicação, requerimento ou projetos que contemplasse questões de gênero – políticas de promoção da igualdade entre homens e mulheres?

()1 Sim ()2 Não Em caso positivo. Qual/Quais?

17Eu vou citar algumas políticas públicas e gostaria que o/a senhor(a) me dissesse se acha muito importante, importante, um pouco importante, nada importante ou não sabe.

	1 MUITO IMPORTAN- -TE	2 IMPORTANTE	3 NÃO SABE	4 UM POUCO IMPORTAN- -TE	5 NADA IMPORTAN- -TE
1. A titularidade de posse da habitação popular ou da terra é concedida à mulher e não ao homem quando formam um casal.	1	2	3	4	5
2. Delegacias Especiais de Proteção à Mulher.	1	2	3	4	5
3. Programas específicos de geração de emprego e renda para as mulheres.	1	2	3	4	5
4. Cada partido ou coligação deve reservar o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo.	1	2	3	4	5
5. Obrigatoriedade de se tratar das questões de gênero nos programas escolares, desde o ensino fundamental até o universitário	1	2	3	4	5

18O que o/a senhor(a) acha da pena de doação de uma cesta básica a instituição de caridade pelos agressores de mulheres encaminhados aos Juizados Especiais Criminais?

()1 Muito adequada

- ()2 Adequada
 ()3 Muito branda
 ()4 Extremamente branda
 ()5 Não sabe

19A atividade parlamentar convive com variados atores sociais simultaneamente. No exercício de seu mandato, o/a senhor(a) considera que deve fidelidade prioritariamente a quais desses atores (colocando-os em ordem de importância)?

- ()1 População em geral
 ()2 Sua consciência, independente de qualquer outro fator externo
 ()3 Bases eleitorais mais importantes – movimentos sociais, categorias profissionais ou localidades
 ()4 Partido
 ()5 Seu eleitorado, entendido genericamente

20A quem o/a senhor(a) consulta preferencialmente para tomar uma decisão importante?

- ()1 Alguns eleitores
 ()2 Partido
 ()3 Assessores
 ()4 Movimentos Sociais
 ()5 Todas as opções acima
 ()6 Ninguém

21O/A senhor(a) avalia que sua eleição foi fortemente influenciada por suas ligações com algum movimento social específico?

- ()1 Sim ()2 Não Qual?

22Quantos profissionais homens e quantas profissionais mulheres trabalham em seu gabinete?

- _____1Homens _____2Mulheres 3 igual número

23Qual é a sua principal base eleitoral?

- ()1 Movimento sindical
 ()2 Seu bairro
 ()3 Movimento social
 ()4 Impossível delimitar, pois o voto é disperso por quase todo o município
 ()5 Sua região

24Eu vou dizer algumas coisas que as pessoas costumam falar e gostaria que o/a senhor(a) me dissesse se concorda totalmente, concorda em parte, discorda totalmente, discorda em parte ou não sabe.

	1 CONCORDA TOTALMENTE	2 CONCORDA EM PARTE	3 NÃO SABE	4 DISCORDA EM PARTE	5 DISCORDA TOTALMEN- TE
1. Palavrões e obscenidades são piores na boca de mulheres do que na boca de homens.	1	2	3	4	5
2. Trocar fraldas, dar banho nas crianças e fazer comida não é coisa de homem.	1	2	3	4	5
3. Quando tem filhos pequenos, é melhor que o homem trabalhe fora e a mulher fique em casa.	1	2	3	4	5
4. A mulher casada deve satisfazer o marido sexualmente mesmo quando não tem vontade.	1	2	3	4	5
5. É principalmente o homem quem deve sustentar a família.	1	2	3	4	5
6. Homens são naturalmente melhores líderes religiosos do que as mulheres.	1	2	3	4	5
7. Existem momentos nos quais a mulher merece apanhar.	1	2	3	4	5
8. Nas decisões importantes, é justo que na casa o homem tenha a última palavra.	1	2	3	4	5
9. A política seria melhor se tivesse mais mulheres em postos importantes.	1	2	3	4	5
10. Em um casal é importante que o homem tenha mais experiência sexual que a mulher.	1	2	3	4	5
11. As mulheres não devem freqüentar exatamente todos os lugares que os homens e não devem ter a mesma liberdade de ação que eles.	1	2	3	4	5
12. Os homens são naturalmente melhores em matemática e ciência do que as mulheres.	1	2	3	4	5
13. Enfermagem é uma carreira mais apropriada para as mulheres do que engenharia.	1	2	3	4	5
14. Os salários das mulheres não precisam ser maiores do que os salários dos homens, pois as mulheres trabalham para complementar a renda familiar.	1	2	3	4	5
15. É da natureza da mulher principalmente ser mãe, esposa e cuidadora dos doentes e idosos da família, por isso a maioria dos espaços de poder e mando na política e nas empresas não são ocupados por elas.	1	2	3	4	5